



ISSN: 2178-8839

CONJUNTURA AUSTRAL

JOURNAL OF THE GLOBAL SOUTH





CONJUNTURA AUSTRAL

JOURNAL OF THE GLOBAL SOUTH

ISSN 2178-8839

CONJUNTURA AUSTRAL

JOURNAL OF THE GLOBAL SOUTH



Foco e Escopo

A *Conjuntura Austral: Journal of the Global South* recebe contribuições em fluxo contínuo, na forma de Análises de Conjuntura, Artigos de Pesquisa e Resenhas Bibliográficas, escritos em português, inglês ou espanhol. Ela publica trimestralmente produções originais cuja temática se situe na grande área das Relações Internacionais, com ênfase em temas pertinentes aos países do Sul Global, tendo como área geográfica de abrangência as relações internacionais da África, Ásia e América Latina, na perspectiva dos grandes temas das Relações Internacionais, especialmente as agendas de segurança, diplomacia e desenvolvimento.

Nesse sentido, submissões que não sejam centradas em fenômenos internacionais ou transfronteiriços, definidos como pertencentes à agenda de estudos internacionais, são consideradas como fora do escopo da publicação.

Objetivo

O objetivo principal da *Conjuntura Austral* é publicar as mais recentes, inovadoras e relevantes contribuições no campo das Relações Internacionais, tendo como público alvo pesquisadores, especialistas, pós-graduandos e graduandos da área de Relações Internacionais. A *Conjuntura Austral* mantém um padrão de alta qualidade e os critérios primordiais para avaliar contribuições são a relevância e a qualidade científica dos trabalhos.

A *Conjuntura Austral: Journal of the Global South* ressalta que as opiniões expressas nos artigos são de responsabilidade de seus(suas) respectivos(as) autores(as).

Nossa História

A *Conjuntura Austral* foi criada em 2010, fruto de um ambicioso projeto de divulgar o conhecimento científico produzido pelo e sobre os países em desenvolvimento, que refletia não apenas a consolidação e a força da área de Relações Internacionais, mas também a realidade de transformação vivenciada pelas relações internacionais no período.

Ao completar cinco anos, a Revista passou por uma renovação, adotando uma nova identidade visual e um novo subtítulo, *Journal of the Global South*, reafirmando sua vocação para a divulgação de pesquisas sobre Ásia, África e América Latina – sem, contudo, afastar-se do diálogo com o Norte, pois é impossível pensar o Sul Global sem pensar o próprio Global. O símbolo do Cruzeiro do Sul, assim, permaneceu como sua marca referência, significativa para os navegadores austrais desde a época dos descobrimentos da era moderna.

Ao longo de seus dez anos de existência, a *Conjuntura Austral: Journal of the Global South* publicou mais de 320 artigos de cerca de 370 autores diferentes, contando para isso com a colaboração voluntária de mais de 450 pareceristas. Nesse período, a revista foi acessada por mais de 100.000 pessoas diferentes, em mais de 130 países.



Focus and Scope

Conjuntura Austral: Journal of the Global South receives contributions in a continuous flow, in the form of Scenario Analysis pieces, Research Articles, and Book Reviews, written in Portuguese, English or Spanish. It issues original scientific works whose theme falls within the broad area of International Relations, with an emphasis on topics relevant to the countries of the Global South. With Africa, Asia, and Latin America as the geographical area of coverage, its main focus is on the major themes of international relations, especially issues of security, diplomacy, and development.

Contributions that are not centered on international or cross-border phenomena, defined as belonging to the international studies agenda, are considered outside the scope of the publication.

Objective

The main objective of *Conjuntura Austral* is to publish the most recent, innovative, and relevant contributions in the field of International Relations. Its target audience is composed of researchers, specialists, graduate students, and undergraduate students in the field of International Relations. *Conjuntura Austral* maintains a high-quality standard whereby the relevance and scientific quality of the submissions are the primary criteria for evaluating contributions.

Conjuntura Austral: Journal of the Global South emphasizes that the opinions expressed in the articles are the sole responsibility of their respective authors.

Our History

Conjuntura Austral was created in 2010, as the result of an ambitious project to disseminate scientific knowledge produced by and about developing countries. It reflected not only the consolidation and strength of the International Relations area but also the reality of transformation experienced by international relations during this period.

On its fifth birthday, the Journal underwent a renovation, adopting a new visual identity and a new subtitle, *Journal of the Global South*. The Journal, therefore, reaffirmed its vocation for the dissemination of research on Asia, Africa, and Latin America – without, however, abandoning the dialogue with the North, since it is impossible to think of the Global South without thinking of the Global North. The Southern Cross constellation thus remained our reference symbol, extremely relevant to the southern sailors since the time of the discoveries in the modern era.

Throughout this decade, *Conjuntura Austral: Journal of the Global South* has published more than 320 articles by around 370 authors, with the voluntary collaboration of more than 450 reviewers. During this period, the journal articles were read by more than 100,000 different people, in more than 130 countries.



Enfoque y alcance

Conjuntura Austral: Journal of the Global South recibe contribuciones en un flujo continuo, en forma de Análisis de Coyuntura, Artículos de Investigación y Reseñas Bibliográficas, escritos en portugués, inglés o español. Publica producciones originales cuya temática se encuentre dentro del campo amplio de las Relaciones Internacionales, con énfasis en temas relevantes para los países del Sur Global, teniendo como área geográfica de cobertura a África, Asia y América Latina, en la perspectiva de los principales temas de las relaciones internacionales, especialmente las agendas de seguridad, diplomacia y desarrollo.

En este sentido, los artículos remitidos que no se centren en fenómenos internacionales o transfronterizos, definidos estos como parte de la agenda de los estudios internacionales, se consideran fuera del alcance de la publicación.

Objetivo

El objetivo principal de *Conjuntura Austral* es publicar las contribuciones más recientes, innovadoras y relevantes en el campo de las Relaciones Internacionales, teniendo como público objetivo a investigadores(as), especialistas y estudiantes de posgrado en el área de las Relaciones Internacionales. *Conjuntura Austral* mantiene un alto estándar de calidad, siendo la relevancia y la calidad científica de los artículos los criterios principales para evaluar las contribuciones.

Conjuntura Austral: Journal of the Global South enfatiza que las opiniones expresadas en los artículos son responsabilidad de sus respectivos(as) autores(as).

Nuestra Historia

Conjuntura Austral se creó en 2010, el resultado de un ambicioso proyecto para divulgar el conocimiento científico producido por y sobre los países en desarrollo, reflejando no solo la consolidación y la fuerza del campo de las Relaciones Internacionales, sino la realidad de la transformación experimentada por las relaciones internacionales en aquel período.

Tras cinco años de existencia, la Revista pasó por un proceso de renovación, adoptando una nueva identidad visual y un nuevo subtítulo, *Journal of the Global South*, reafirmando su vocación por la divulgación de investigaciones sobre Asia, África y América Latina – sin dejar, no obstante, de dialogar con el Norte, dado que es imposible pensar el Sur Global sin pensar en el Global mismo. El símbolo de la Cruz del Sur, por lo tanto, se ha mantenido como su marca de referencia, importante para los navegantes del sur desde la época de los descubrimientos de la era moderna.

A lo largo de sus diez años de existencia, *Conjuntura Austral: Journal of the Global South* publicó más de 320 artículos de unos 370 autores(as) diferentes y contó con la colaboración voluntaria de más de 450 revisores. Durante este período, la revista fue leída por más de 100.000 personas diferentes, en más de 130 países.

Equipe Editorial

Editor-chefe

André Luiz Reis da Silva *Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil*

Editor Adjunto

Guilherme Ziebell de Oliveira *Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil*

Editores Assistentes

Mateus Webber Matos *Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil*

Vinícius Henrique Mallmann *Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil*

Editores de Revisão

José Oviedo Pérez *Ohio State University, Estados Unidos da América*

Raquel de Holleben, *Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil*

Yuri Bravo Coutinho, *Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil*

Assistente Editorial

Beatriz de Castro Ferreira *Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil*

Comitê Editorial

André Moreira Cunha *Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil*

Camilo Lopez Burian *Universidad de la República, Uruguai*

Chris Landsberg *University of Johannesburg, África do Sul*

Eduardo Ernesto Filippi *Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil*

Jing Cheng *Hubei University, China*

Paulo Wache *Universidade Joaquim Chissano, Moçambique*

Veronica Korber Gonçalves *Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil*

Contato:

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Faculdade de Ciências Econômicas
Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais
Av. João Pessoa, 52 sala 33A - 3º andar - CEP 90040-000 - Centro - Porto Alegre/RS - Brasil
Tel: +55 51 3308-3150 | Fax: +55 51 3308-3963
Email: conjunturaaustral@ufrgs.br

Conselho Editorial

Aaron Schneider *Denver University, Estados Unidos da América*

Alejandro Simonoff *Universidad Nacional de La Plata, Argentina*

Alfredo Dombe *Instituto Superior de Relações Internacionais Venâncio de Moura, Moçambique*

Amado Luiz Cervo *Universidade de Brasília, Brasil*

Ana Flávia Barros Platiau *Universidade de Brasília, Brasil*

Anabela Busso *Universidad Nacional de Rosario, Argentina*

Anselmo Otávio *Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil*

Carlos Arturi *Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil*

Danny Zahreddine *Pontificia Universidade Católica de Minas Gerais, Brasil*

Deisy Ventura *Universidade de São Paulo, Brasil*

Deltlef Nolte *GIGA Hamburg, Alemanha*

Elodie Brum *Colégio de México, México*

Fabian Scholze Domingues *Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil*

Fabício Chagas Bastos *University of Melbourne, Austrália*

Germán Soprano *CONICET / Universidad Nacional de Quilmes / Universidad Nacional de La Plata, Argentina*

Gilberto Aranda Bustamante *Universidad de Chile, Chile*

Gladys Lechini *Universidad Nacional de Rosario, Argentina*

Guilherme Casarões *Fundação Getúlio Vargas, Brasil*

Joseph Marques *Webster University Geneva, Suíça*

Lilia Ilikova *Kazan Federal University of Russia, Russia*

Marco Cepik *Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil*

Marcos Costa Lima *Universidade Federal de Pernambuco, Brasil*

Mohammad Jahirul Hoque *Shahjalal University of Science and Technology, Bangladesh*

Naif Bezwan *Mardin Artuklu University, Turquia*

Samuel Pinheiro Guimarães *Ministério das Relações Exteriores, Brasil*

Samuel Soares *Universidade Estadual Paulista, Brasil*

Sean W. Burges *Australian National Centre for Latin American Studies, Austrália*

Shiguenoli Miyamoto *Universidade Estadual de Campinas, Brasil*

Vijay Prashad *Tricontinental: Institute for Social Research, Índia*

Yetzy Urimar Villarroel *Universidad Simón Bolívar, Venezuela*

Zaad Mahmood *Presidency University Kolkata, Índia*

Apoio:



Os artigos publicados na Revista Conjuntura Austral estão sumarizados e indexados nos seguintes serviços:

Bases de dados:

- EBSCO Host
- Bibliografía Latinoamericana (BIBLAT)
- Citas Latinoamericanas em Ciencias Sociales y Humanidades (CLASE)
- Red Iberoamericana de Innovación y Conocimiento Científico (REDIB)
- Sumários de Revistas Brasileiras
- EuroPub
- Scilit
- PKP Index
- Scientific Indexing Services
- Academia.edu
- Open Academic Journals Index (OAJI)
- Sistema de Información Científica Redalyc

Diretórios/Repositórios:

- Google Scholar
- Directory of Open Access Journals (DOAJ)
- Directory of Open Access Scholarly Resources (ROAD)
- Latindex
- Ulrichs Web
- Journal Table of Contents
- Bielefeld Academic Search Engine (BASE)
- IFindr
- Timbó FOCO
- Land Portal
- Sherpa/Romeo
- Diadorim
- Journals for Free (J4F)
- OpenAire
- AuraAmelica
- Columbia University Libraries
- Semantic Scholar

Portais:

- GIGA Information Centre
- European Reference Index for the Humanities and Social Sciences (ERIH plus)
- LatinREV
- Portal de Periódicos CAPES
- Mirabel
- SmartCat
- Revistas de livre acesso (LivRe)
- Portal de Periódicos Científico UFRGS
- Oasis/IBICT
- Core

Índices:

- Information Matrix for the Analysis of Journals (MIAR)
- Index Copernicus
- Advanced Sciences Index
- Clasificación Integrada de Revistas Científicas (CIRC)
- CiteFactor

Divulgadores:

- WorldCat
- Crossref

Volume. 16, Número. 74 (abr./jun. 2025)

ARTIGOS

“A memória aniquila o tempo”: Orientalismo e afetos nos expansionismos russos sobre a Ucrânia em 2014 e 2022	p. 7
<i>Danielle Makio</i>	
Charting a new course: the reasons behind Angola's withdrawal from OPEC	p.23
<i>Lin Xinyi, Luo Ningfan e Pan Rouya</i>	
Fundamentos teóricos e morais da resistência armada islâmica: o pensamento de Mohamad Hussein Fadlallah e Hezbollah	p. 45
<i>Issam Rabih Menem e Mamadou Alpha Diallo</i>	
Guyana en Petrocaribe: auge y caída de la cooperación energética con Venezuela	p. 57
<i>Ricardo Salvador De Toma-García</i>	
O Beemote e o Leviatã: aspectos geopolíticos para a ausência de um acordo de paz entre Rússia e Japão	p. 74
<i>Valdir da Silva Bezerra</i>	
O impacto da proposta chinesa de civilização ecológica no sistema agroalimentar: uma análise da experiência da COFCO International	p. 87
<i>Laura Schneider de Lima e Marina Paula Oliveira</i>	
Normas de Submissão/Submission Standards	p. 102

“A memória aniquila o tempo”: Orientalismo e afetos nos expansionismos russos sobre a Ucrânia em 2014 e 2022

“Memory annihilates time”: Orientalism and affects in Russian expansions over Ukraine in 2014 and 2022

DOI: <https://doi.org/10.22456/2178-8839.145663>

Danielle Makio
PPGRI San Tiago Dantas (Unesp, Unicamp, Puc-SP), São Paulo, Brasil
daniellemakio@gmail.com  

Resumo

A incursão russa sobre a Ucrânia em 2022 e a anexação da Crimeia em 2014 compartilham características centrais da agenda política de Moscou, como a manutenção da influência sobre o território ucraniano, a reação a provocações ocidentais e o uso de discursos históricos para legitimar sua identidade nacional. O Kremlin, por meio de memorização histórica e discursos afetivos, vem, desde as vésperas de 2014, promovendo a construção de uma identidade nacional que se baseia em uma espécie de excepcionalismo que justifica e legitima o papel moscovita de salvador da Ucrânia. Nesse sentido, o trabalho propõe analisar os ditos episódios sob a ótica do Orientalismo de Edward Said, sugerindo que a Rússia constrói uma narrativa histórica que legitima sua ação sobre outro Estado. A partir da análise de discursos oficiais e decisões constitucionais, a pesquisa visa explorar como as bases socioideológicas da política russa são formuladas e como se materializam.

Palavras-chave: Rússia; Ucrânia; Orientalismo.

Abstract

The Russian incursion into Ukraine in 2022 and the annexation of Crimea in 2014 share central features of Moscow's political agenda, such as maintaining influence over Ukrainian territory, reacting to Western provocations, and using historical discourses to legitimize its national identity. Since the eve of 2014, the Kremlin has been promoting the construction of a national identity based on a kind of exceptionalism that justifies and legitimizes Moscow's role as Ukraine's savior through historical remembrance and affective discourses. In this sense, the paper proposes to analyze these episodes from the perspective of Edward Said's Orientalism, suggesting that Russia constructs a historical narrative that legitimizes its action over another state. Based on the analysis of official speeches and constitutional decisions, the research aims to explore how the socio-ideological bases of Russian politics are formulated and how they materialize.

Keywords: Russia; Ukraine; Orientalism.

Recebido: 06 Fevereiro 2025
Aceito: 24 Abril 2025

Conflitos de interesse: A autora não reportou potenciais conflitos de interesse



Este é um artigo publicado em acesso aberto e distribuição sob os termos da Licença [Creative Commons de Atribuição Não-Comercial Compartilhá-Igual 4.0 Internacional \(CC BY-NC-SA 4.0\)](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/), que permite seu uso, distribuição e reprodução em qualquer meio bem como sua transformação e criações a partir dele, desde que o autor e a fonte originais sejam creditados. Ainda, o material não pode ser usado para fins comerciais, e no caso de ser transformado, ou servir de base para outras criações, estas devem ser distribuídas sob a mesma licença que o original.

Introdução

A memória e a identidade são centrais nas relações russo-ucranianas contemporâneas. Enquanto Moscou justifica suas ações com base em uma identidade comum, Kiev as refuta para afirmar sua soberania. A memória molda temporalidades, reforçando traumas e impulsionando disputas políticas. O trauma, assim, não é superado, mas reencenado, reforçando a busca por uma organização política que evite novos traumas. Memória e trauma, portanto, influenciam a identidade, que é uma construção discursiva definidora de papéis (Edkins, 2006). Ao incluirmos esses elementos na análise, ampliamos o entendimento das relações sociais, ultrapassando visões que compreendem o Estado enquanto uma entidade legal e jurídica e avançando para um estudo das dinâmicas sociais, afetivas e institucionais (Fierke, 2006). O agente estatal, neste entendimento, não se reproduz apenas por dispositivos de coerção diversos, ele se infiltra no imaginário social, moldando os corpos e afetos das populações. Esse novo tipo de poder estatal está ligado à identidade nacional, que determina a posição de diferentes grupos na sociedade. A disputa pela identidade do Estado é, portanto, uma disputa pelo poder, controlando a representação e a dignidade dos corpos através de dispositivos que relacionam controle físico, afetivo e discursivo.

Esse dispositivo que dita o processo de formação identitária é, muitas vezes, acompanhado de diferentes formas de autoridade política, de influência, de dominação e de poder. Este, assim, deixa de ser compreendido apenas por meio do uso da força bruta ou de instrumentos tradicionais de controle. Ele é agora manifesto em diferentes níveis, passa a gozar de uma capilaridade que o permite se entremear nas mentes e na vida daqueles que estão sob seu domínio. Portanto, se o Estado era antes compreendido como uma estrutura político-burocrática que exercia sua função por meio sobretudo da coerção, agora, como dirá John Rigi (2007), a dominação dar-se-á por meio da “dominação caótica”, que combina coerção e biopolítica, amálgama entre a dimensão civil, física e afetiva de um indivíduo. Há, assim, um transbordamento das limitações jurídicas, territoriais e sociais do ente estatal à medida que este passa a exercer seu poder para além do horizonte de ação previsto por outras perspectivas. Os mecanismos de dominação estatal não são mais restritos por fronteiras que definem povo e território, nem tampouco são definidos unicamente pelo léxico jurídico. Surge, portanto, um Estado cuja capacidade de ação se dilui desde as instâncias mais tradicionais até o cotidiano dos cidadãos.

Nesse sentido, sendo a identidade um elemento essencialmente relacional, para que um país crie a sua própria é preciso que ele crie também suas próprias visões acerca dos Estados com os quais irá interagir. Nesta “alterização”, a qual não basta para entender a identidade em sua totalidade, reside o potencial de externalização do processo de formação identitária: é preciso também criar uma narrativa acerca do Outro (Campbell, 1992). A construção de uma historiografia oficial, portanto, é feita não somente acerca da história do Estado em questão, mas também do estrangeiro. Se pensarmos em dois países que em algum momento foram parte de uma mesma entidade estatal, a “historização” de um deles torna-se ainda mais fundamental, pois é ela também parte da própria identidade nacional do outro.

Nos episódios de 2014 e 2022, momentos em que Moscou define e implementa incursões militares sobre a Ucrânia para anexação/reunificação de Crimeia e Donbas, respectivamente, as ações russas são precedidas justamente por discursos que revisitam a história com o objetivo de sugerir a existência de um elo mítico, milenar, que legitime a existência de um território e identidade unos. Em 2014, Putin afirmou: “Nos corações e mentes das pessoas, a Crimeia sempre foi e permanece como uma parte inseparável da Rússia. Esse comprometimento, baseado na verdade e na justiça, é firme, foi passado de geração em geração” (Putin *apud* Putin: Crimeia sempre foi russa, 2014, n.p.). Na mesma época, o presidente também fez declarações segundo as quais a península era “terra santa” da Rússia. Já em 2022, novas declarações voltaram a sugerir uma espécie de sobreposição das identidades russa e ucraniana.

Gostaria de enfatizar novamente que a Ucrânia não é apenas um país vizinho para nós. É uma parte inalienável de nossa própria história, cultura e espaço espiritual. Estes são nossos camaradas, aqueles que nos são mais queridos [...] Desde tempos imemoriais, as pessoas que vivem no sudoeste do que

historicamente tem sido terra russa se autodenominam russos e cristãos ortodoxos. Este foi o caso antes do século XVII, quando uma parte desse território voltou ao Estado russo, e depois (Discurso Vladimir Putin, 2022, n.p., tradução nossa).

Há algo nas declarações que sugere uma unicidade, um pertencimento de natureza histórica, física ou mesmo afetiva. Este tom usado por Putin ao tratar da Ucrânia durante os momentos de intervenção sugere que, para além dos claros interesses geoestratégicos e econômicos envolvidos nas empreitadas de 2014 e 2022, há algo além do material que incide sobre a tomada de decisão do Kremlin. Vantagens econômicas e geopolíticas são clássicos componentes dos interesses de qualquer Estado. No caso da Rússia, fazem-se particularmente importantes por conta da política de grande potência desempenhada por Putin e pela insegurança causada pela sistemática e crescente expansão ocidental em direção a Moscou. A Ucrânia, nesse contexto, destaca-se enquanto objeto de interesse por conta das grandes vantagens que oferece à Rússia, como acesso facilitado a porções navegáveis do Mar Negro, ao porto de Sevastopol e a importantes rotas de dutos russos. O interesse material, no entanto, não necessariamente se traduz em declarações de anexação territorial, como sugere o caso da Transnistria, reduto separatista da Moldávia que nunca foi reconhecido como parte da Federação Russa. O que, então, levou o Kremlin a subir o tom em relação à Ucrânia em 2014 e em 2022? Nossa hipótese é a de que as incursões russas sobre o país são moduladas a partir de um projeto político que, baseado em memória, afeto e geopolítica, embasa uma agenda de política externa que culmina na incursão territorial sobre território ucraniano. Ao longo deste trabalho, entendendo que a dimensão estratégica dos eventos aqui abordados é já robustamente estudada pela Academia brasileira, debruçar-nos-emos na compreensão acerca dos mecanismos ideacionais por trás da formulação de política externa da Rússia de Vladimir Putin, cujo retorno à presidência em 2012 foi seguido de reformulações identitárias importantes para o país.

Nossa contribuição terá como eixo condutor o trabalho seminal de Edward Said (1990). Tal escolha se dá, sobretudo, em razão da estrutura analítica proposta pelo autor, que permite explorar de forma robusta o processo de construção da imagem daquele sobre o qual a empreitada militar se direciona. Partimos, pois, da hipótese de que, dado o controle russo sobre a máquina científico-literária e midiática (Sanina, 2022), o Kremlin goza de ampla capacidade de construção e disseminação de uma historiografia que usa de processos de memorização afetiva para impor uma narrativa histórica que consolida um comportamento “orientalista” por parte da Rússia. Sugerimos, ainda, que esta se vale de uma noção de excepcionalismo da qual advém o direito à posse sobre outros territórios e de um certo messianismo que reitera o papel de Moscou como salvadora de seu povo, argumentos legitimadores do comportamento russo nos anos destacados (Lassila, 2022).

A partir da análise de discursos, leis e outras ações tomadas no ínterim dos casos analisados, esperamos (i) demonstrar de que maneira é formado o discurso que dá corpo ao dito orientalismo que sugerimos existir e (ii) caracterizá-lo, buscando, assim, detectar semelhanças temáticas entre eles. Para além disso, analisaremos também de que maneira o Kremlin foi capaz de materializar tais narrativas em meio à sua agenda política de forma a cristalizar uma representação particular da Ucrânia e dos povos russófonos que a habitam. Nesse sentido, destacamos a análise da evolução da construção de estruturas institucionais e legislativas que corroboram o projeto político por trás dos expansionismos, como a aprovação de leis que impedem a publicação de versões alternativas acerca da Grande Guerra Patriótica (McGlynn, 2023). Esperamos que, dessa forma, possamos demonstrar como operam as bases da política russa contemporânea com foco particular no escopo socioideológico que tanto permite a legitimação das ações sobre a Ucrânia quanto incidem sobre a própria formulação destas.

Identidade e política externa na Rússia contemporânea

Em 2022, às vésperas das incursões sobre a Ucrânia, Vladimir Putin afirmou: “a Ucrânia, na verdade, nunca teve tradições estáveis de verdadeira soberania” (Discurso Vladimir Putin, 2022, tradução nossa). A fala reflete um contexto mais amplo, no qual a história compartilhada entre ambos os países vem sendo utilizada como ferramenta política pelo Kremlin desde as vésperas do cenário de anexação da Crimeia de 2014. O discurso ecoa abordagens historiográficas que vêm sendo utilizadas por Putin já há algum tempo na esteira da política de grande potência desempenhada pelo líder. Desde seu retorno à presidência em 2012, o presidente tem promovido uma reformulação identitária do país, cujo nacionalismo vem se apoiando cada vez mais fortemente em memórias afetivas de eventos significativos da história russa (Lassila 2022; McGlynn 2023). Nesse contexto, alguns elementos centrais da nova identidade russa vêm sendo construídos pelo Kremlin. Entre estes, dois chamam especial atenção.

O primeiro diz respeito a processos de memorização acerca de grandes marcos históricos do Estado, como o mito da Terceira Roma, segundo o qual Moscou é, na realidade, a sucessora natural da glória do Império Romano (Neuman, 2003), e a Grande Guerra Patriótica do país, que atestou a superioridade soviética no combate ao nazifascismo. A partir da lembrança coletiva e celebratória destes e outros eventos, formula-se a ideia de que está a Rússia destinada à grandeza, o que sugere a existência de características excepcionais do Estado (Haskins 2022). O conceito de *excepcionalismo russo* então emerge como uma base discursiva que legitima a formulação política do Estado, apoiando a busca por seus interesses e corroborando suas decisões. Com base nas obras de Miklóssy (2022), Wijermars (2019) e Kangaspuro (2022), argumentamos que o excepcionalismo russo pode ser compreendido enquanto uma crença de que a Rússia possui características civilizacionais e ideológicas únicas que a tornam predestinada à grandeza. Logo, esse excepcionalismo confere ao país uma missão messiânica segundo a qual deve usar de sua estrutura política e ideológica superior em prol dos outros, especialmente aqueles em busca de salvação. Este entendimento contrasta e é fortalecido também pela crescente rivalização do Ocidente, que é apresentado como antagonista que ameaça a existência ontológica e física do país, haja vista a preocupação de Putin em relação ao alargamento da OTAN. Há, portanto, a sobreposição de memórias gloriosas que conferem a Moscou sua superioridade e de memórias traumáticas¹ que revelam a existência de um inimigo a ser combatido na busca pelo lugar de direito dos russos.

O segundo elemento diz respeito à celebração da russianidade, dos elementos definidores do sistema ideacional que sustenta a singularidade do povo e do Estado russos. Nesse sentido, há tanto a exaltação dos grandes marcos da ortodoxia eslava, como o idioma e aspectos culturais, quanto a construção de um discurso que busca reunir os povos que se identificam com essa noção de identidade étnica. Evoca-se um senso de unidade que pode levar indivíduos a priorizar sua identificação com a Rússia em detrimento do país onde residem, facilitando a aceitação ou legitimação das ações russas voltadas para a reunificação étnica (Makio; Fuccille, 2023).

Da polarização em relação ao Ocidente surge a necessidade de reiterar quais são as características que fazem da Rússia uma civilização gloriosa, as quais são selecionadas pelo presidente e pela elite política russa por meio de uma cronologia histórica que celebra momentos grandiosos. Assim, o alto escalão da política russa consegue forjar uma narrativa que torna explícito o lugar de direito da Rússia entre as grandes potências, dada sua superioridade moral e sua distinção enquanto civilização. Nesse ínterim, voltam à consciência coletiva marcos como a força do Estado czarista, as conquistas da máquina soviética e o poder da Rus Kievana, o berço da russianidade (Makio, 2022).

Essa narrativa é a base para a formação do discurso que sustenta a identidade atual do país. A exaltação explícita dos momentos de esplendor da Rússia pode ser entendida como uma resposta aos traumas pelos quais passou o país. Como sugerem Edkins (2006) e Fierke (2006), a memória traumática cria sua própria temporalidade e induz uma resposta

¹ Alguns exemplos são as consequências catastróficas que a liberalização dos anos 1990 impôs à Rússia de Yeltsin; a subrepresentação da centralidade do Exército Vermelho para a vitória na Segunda Guerra Mundial; entre outros.

imediate e forte por parte do país para que proteja sua própria existência. Os recorrentes traumas impostos pelo Ocidente, que questiona a civilização russa e a humilha em diferentes momentos da narrativa histórica apoiada pelo Kremlin, criam, assim, uma temporalidade em que a Rússia deve responder à ocasião para se defender como Estado soberano. Não basta sobreviver a esses momentos de dificuldade, Moscou deve superá-los por completo, provando seu valor. Como as grandes ameaças à própria existência de Moscou como tal são perpetradas pelo Ocidente, é natural que este seja sistematicamente apresentado como o Outro que se opõe ao *Self* russo, permitindo-lhe definir-se como um Estado e ditar, também, o tipo de autoridade política que será legitimada.

A superação destes “traumas” prova o valor da Rússia e comprova como, através de seus marcadores identitários tradicionais, é ela capaz de superar adversidades. É nesse âmbito que consideramos outro elemento fundamental para compreender o nacionalismo russo contemporâneo: o crescimento do conservadorismo, representado particularmente pela aliança estreita entre o Estado e a Igreja Ortodoxa. O estreitamento das relações entre Putin e o Patriarca Kirill trouxe à tona uma supervalorização de marcadores importantes que tradicionalmente definem a identidade russa e sua organização estatal. Nesse contexto, ortodoxia e conservadorismo tornam-se centrais para a identidade da Federação desde 2012 (Miklóssy 2022; Sanina 2022). Nesse quadro, o antiocidentalismo volta ao centro da discussão aliado ao excepcionalismo. A “distorção moral” do Ocidente é mobilizada de forma a conferir à Rússia uma posição valorativa superior. Assim, se reforça-se a ideia do excepcionalismo: Moscou é vista como uma fortaleza que resiste à depravação ideacional ocidental. Se a narrativa histórica permeada por memórias e traumas cria a necessidade urgente de construir uma identidade que se afaste absolutamente do Ocidente e defina que tipo de autoridade política será legítima na Rússia, é a tradição (re)politicizada que define quais valores ideais devem ser seguidos pelo país.

Devemos nos orgulhar de nossa história e temos algo do que nos orgulhar. [...]Podemos ver quantos dos países euro-atlânticos estão realmente rejeitando as suas raízes, incluindo os valores cristãos que constituem a base da civilização ocidental. Eles estão negando os princípios morais e todas as identidades tradicionais (Putin, 2013, n.p., tradução e grifos nossos).

Junto com a secularização, os elevados princípios dos direitos inalienáveis perderam seu vínculo com a dimensão sagrada da vida, e a proteção da liberdade pessoal se transformou na proteção da vontade própria, abrindo portas para a imoralidade, permissividade, anarquia e tirania. Não aprovamos a abordagem liberal-secular relativista da liberdade, onde não existem valores e critérios absolutos e onde o bem-estar material é a única coisa pela qual devemos lutar (Interreligious Council, 2015, n.p., tradução nossa).

Assim, cria-se o Outro antagônico ao *Self* russo em um contexto no qual instituições como UE e OTAN se expandem cada vez mais em direção às fronteiras da Federação, movimento que, a partir da perspectiva do Kremlin, emula uma espécie de rivalização, ou de subjugação, ocidental histórica e, por isso, demanda resposta².

O fortalecimento de uma visão tradicionalista acerca dos marcadores socioideológicos da identidade estatal corrobora o local da etnia. Se são a Rússia e seu povo excepcionais, se foram eles quem historicamente se mostraram íntegros e capazes de superar os desafios a eles impostos, então, no século XXI, são também estes atores que responderão às ameaças presentes para alçar lugar de prestígio na política internacional. Nesse sentido, a russianidade é intimamente interpretada de acordo com os valores tradicionais do Estado, coadunando com aquilo que defende o conservadorismo russo-ortodoxo. É por essa razão que o nacionalismo da Rússia contemporânea ganha contornos muito mais etnicizados do que cívicos, o que justifica o crescimento do conceito de *Ruskii mir*, mundo russo compreendido em bases étnicas.

Ao adotar o *Ruskii mir* de forma muito mais contundente e corriqueira, o Kremlin atrela todos os esforços de retomada do excepcionalismo russo ao fator étnico. Mais especificamente, atrela-se todo o sentido de glória e grandeza do país ao eslavismo e ao eslavismo exclusivamente russo. Esse marco na empreitada está de acordo com a narrativa histórica

² Há entendimentos que vão de encontro à versão do Kremlin e sugerem que a ocidentalização da Ucrânia é na realidade uma resposta à política russa de busca de manutenção e/ou aprofundamento de sua influência sobre o Estado ucraniano (Ferraro, 2024).

promovida pelo governo, uma vez que o mito da Terceira Roma é apresentado como o fator primordial de toda a existência grandiosa da Rússia (Neumann, 2003). A capacidade de criação de consenso da qual goza o comando central de Moscou é, nesse contexto, crucial ao funcionamento do Estado nos moldes atuais. Apoiado por seu amplo controle sobre os mecanismos de produção de conhecimentos e sobre os meios de transmissão dessas formulações, Putin e seus apoiadores colocam em prática seu projeto político de forma quase desimpedida. Nesse cenário, é importante ressaltar que, desde que retorna à presidência em 2012, o ensino de história nas escolas tornou-se um tema central do governo. Criticando a falta de eficácia do sistema de educação básica em difundir os valores nacionais e promover o patriotismo entre os jovens, cujas ideias em muito começavam a ser influenciadas pelas redes sociais, o governante coopta o ensino e o torna matéria de interesse estatal. Nesse contexto, é interessante, ainda, atentar ao fato de que as críticas são direcionadas exclusivamente a matérias ligadas à história e à filosofia.

Amigos, devemos reconhecer que a influência da escola na formação de crianças e adolescentes tem diminuído nos últimos anos. Eles agora têm alguns concorrentes poderosos: a Internet e a mídia eletrônica. Os próprios pais e alunos são agora muito mais exigentes e uma escola não deve ficar atrás dos seus alunos, do desenvolvimento da sociedade ou do fluxo de informação; em vez disso, deve estar bem à frente de todos eles. As escolas devem recuperar seu valor absoluto. Isso significa renovar o conteúdo educacional, mantendo, é claro, nossas tradições e vantagens, como nossa educação matemática fundamental, sem esquecer o enorme significado da educação de alta qualidade na língua russa, história, literatura, fundamentos da ética secular e religiões tradicionais (The Kremlin, 2014, n.p., tradução nossa).

A fala explicita bem a correlação entre a formação da identidade nacional, as políticas de memória e a disputa de poder pela construção da narrativa histórica de uma nação. Como o presidente bem demonstra, há uma causalidade absoluta entre os valores e os discursos disseminados pelo Estado e a formação de um senso de unidade nacional. Quando reconhece a necessidade de fazer com que as escolas retomem as tradições e as vantagens russas, Putin deixa claro que é preciso lançar mão de diversos tipos de instrumentos para garantir a hegemonia do discurso oficial do Estado. Esta, evidentemente, é formada por inúmeros fatores, mas tem como eixo definidor os afetos mobilizados pelas memórias, sejam elas boas ou traumáticas. E diz mais: caso este projeto falhe, a sociedade será cooptada por forças externas, o que, em última instância, enfraquece a legitimidade das autoridades no poder e inviabiliza que as mesmas atinjam seus objetivos. Nesse contexto, temos o início de um projeto político que promove uma reforma não somente nos componentes curriculares das escolas, mas, sobretudo, na forma com que algumas matérias são ensinadas.

O aumento do controle estatal sobre os meios de comunicação e sobre o sistema educacional, assim, despontam como estratégia do Kremlin para introjetar suas visões acerca da identidade da Rússia (Sanina 2022). Nesse cenário, o regime de Moscou não apenas dissemina sua versão da história, mas também busca torná-la a compreensão predominante sobre a Rússia. A lembrança contínua e a celebração de episódios vitoriosos são apresentadas de modo a mobilizar afetos e memórias que fomentam um senso de orgulho patriótico alinhado ao projeto político de Putin (Makio; Fuccille, 2023). A Grande Guerra Patriótica exemplifica bem essa dinâmica. Desde 2012, ela tem sido reavivada por meio de desfiles nacionais e propaganda televisiva destinados a reacender o orgulho social pelas conquistas do país. O ressurgimento dos grandes desfiles públicos promovidos pelo Regimento Imortal ilustra como os processos de memorização e as conexões afetivas são cruciais para normalizar o excepcionalismo russo – não apenas como um conceito acadêmico ou propaganda estatal, mas como um sentimento vivido no cotidiano das pessoas (Haskins, 2022). Moscou também assegura legitimidade incontestável para seu projeto através da institucionalização de organizações estatais e leis que regulam a produção historiográfica-científica-literária. Exemplos disso incluem o restabelecimento da Sociedade Histórica Russa e da Sociedade Militar Histórica Russa; o projeto Memória Histórica da Rússia Unida; e as novas leis sob o Artigo 354 que proíbem narrativas divergentes sobre a anexação dos Estados bálticos (McGlynn, 2023).

(Re)imaginando a Ucrânia: reverberações do nacionalismo russo

Convém ressaltar que a memória, além de temporalidade, tem também espacialidade. A história de um povo em geral está atrelada a um local tido como berço de sua civilização. Estes espaços, em geral, têm uma capacidade de mobilização ímpar, pois estão diretamente atrelados a afetos ligados à herança histórica de toda uma sociedade. A posse e/ou dominação, estrita ou ideológica, de regiões tão elementares são, portanto, indispensáveis a organizações cuja identidade tem como pilar central a relação com suas origens, com um passado territorialmente localizado (Edkins, 2006). A Rússia, sendo uma dessas formações políticas cuja configuração depende muito diretamente de uma narrativa de enaltecimento do período originário, apresenta esse comportamento, um zelo exacerbado para com seu local de nascimento. Nesse caso, é a Ucrânia, mais especificamente o território ucraniano, que assume, aos olhos do Kremlin, o papel de lugar sagrado a ser protegido em vista da configuração espacial da Rus Kievana³. Garantir que o país se mantenha como um reduto de domínio russo, assim, é indispensável, entre outros, para a segurança da narrativa identitária atual do Kremlin (Eggert, 2021).

As políticas de memória, portanto, moldaram e impulsionaram o componente ideacional das incursões sobre a Ucrânia de maneiras importantes e complexas, como bem expressa Malinova acerca dos eventos de 2014 “[...] No atual conflito russo-ucraniano, estamos testemunhando o surgimento e, em alguns casos, o cultivo do que equivale a uma nova temporalidade na qual elementos do passado e do presente se fundem e o tempo histórico linear entra em colapso” (Malinova, 2017, p. 5, tradução nossa). A justificativa ideológica para a ação russa no Estado ucraniano, tanto em 2014 quanto em 2022, baseou-se fortemente em alegações sobre a memória do passado. Não à toa, a atual guerra é rotineiramente imaginada, narrada e justificada como uma continuação da Segunda Guerra Mundial, argumento também fortalecido pelo imperativo de desnazificação da Ucrânia recorrentemente mencionado por Putin como objetivo fundamental dos eventos de 2022.

Estamos lutando pelo nosso povo em Donbas. Não podemos permitir que a história se repita [...] Mas lembramos que o destino da humanidade foi decidido nas grandes batalhas perto de Moscou e Leningrado, Rzhev, Stalingrado, Kursk e Kharkiv, perto de Minsk, Smolensk e Kiev, em batalhas pesadas e sangrentas de Murmansk ao Cáucaso e à Crimeia (Putin *apud* Faulconbridge; Soldatkin, n.p., 2024).

A posição de destaque que a Ucrânia ocupa no discurso identitário de Moscou ganha ainda mais centralidade ao sobrepor espacialidade à carga étnico-valorativa e histórica outrora mencionadas. Mais do que palco da formação do Estado, o solo ucraniano foi o espaço em que grandes feitos foram auferidos, tais quais a vitória na Guerra da Crimeia (1853 e 1856); a criação e o fortalecimento da Frota do Mar Negro sob o reinado de Pedro, o Grande; o batismo do príncipe Volodymyr e a adoção da Ortodoxia (988); a expulsão dos nazistas na Segunda Guerra Mundial; entre outros exemplos de episódios intimamente relacionados a todo o discurso político que sustenta o nacionalismo russo (Plokhyy, 2000). Assim, a Ucrânia se liga tanto às memórias de grandiosidade da Rússia, sendo, portanto, indispensável para a robustez do excepcionalismo russo, quanto aos marcadores da russianidade, seja do ponto de vista dos mitos fundadores do Estado ou dos elementos que distinguem os eslavos de demais povos. Não à toa, então, o projeto de construção narrativa que embasa a identidade performada pelo Kremlin se direciona não somente ao território russo, mas também ao ucraniano.

Às vésperas da anexação da Crimeia e também no período que sucede os eventos de 2022, a Rússia adotou uma série de medidas que se destacam enquanto recursos de fortalecimento do discurso do Kremlin dentro e fora da Rússia. Do ponto de vista jurídico, uma série de leis foi promulgada a fim de garantir maior proximidade entre Crimeia e Moscou. Entre estas, destacamos: (i) a lei que vincula a Crimeia ao fuso horário de Moscou; (ii) a lei que exige visto para que turistas

³ Formação histórica que origina os Estados russo e ucraniano no século IX.

possam adentrar a península; (iii) alistamento militar obrigatório, garantindo assim uma vinculação clara às Forças Armadas ucranianas; (iv) a adoção do rublo como moeda oficial; (v) controle de tráfego *online* especialmente voltado à inacessibilidade de sites proibidos na Rússia desde 2012⁴ (Dearo, 2014). Esses dispositivos legais desempenharam, e ainda desempenham, duas funções importantes à medida que solidificam o controle russo sobre a região e garantem a legitimidade das ações russas na península anexada, combatendo narrativas potencialmente contrárias vindas de Kiev.

Além disso, monumentos foram erguidos ao longo de toda a Crimeia no intuito de prestar homenagem aos serviços prestados pelos soldados russos no contexto do Euromaidan e consequentemente reforçar o valor da Rússia sobre a Ucrânia. Entre estas obras, destacamos o *Polite People*, em Simferopol, uma estátua que representa um “soldado verde”, como ficaram conhecidos os russos que ocuparam a península à época da anexação, e uma garotinha que caracteriza os habitantes locais e dá ao homem um buquê de flores. O militar, que, em geral, representa relações violentas, aqui aparece imbuído de outro significado: sua presença evoca harmonia e paz, o que fica evidente pelo gesto da menina, que parece grata a ele (Toal, 2017). Esta representação de gratidão em relação ao exército russo está diretamente relacionada a uma justificativa para a ação de Moscou que volta a se repetir em 2022: a salvação dos russos étnicos em solo ucraniano.

Em ambos os momentos, Putin reiterou seu compromisso para com a diáspora russa que sofria com políticas etnocêntricas de Kiev. Estas, segundo o Kremlin, teriam como objetivo maior promover uma ucranização de toda a extensão da sociedade ucraniana, ameaçando assim o direito de autodeterminação daqueles que desejassem exercer a cultura, a fé e o idioma russos. No período que antecede a anexação da Crimeia em 2014, uma série de medidas adotadas por Kiev já pareciam avançar um projeto de fortalecimento dos marcadores étnicos ucranianos em detrimento dos russos. Nesse contexto, podemos citar (i) a adoção de uma narrativa oficial que apresentava o Holodomor como projeto genocida deliberadamente imposto à Ucrânia pela URSS, assim contrariando as visões russas de exaltação das qualidades do período comunista e de irmandade histórica entre ambos os povos (russos e ucranianos); (ii) a gradual redução do emprego do idioma russo nas escolas⁵ e na burocracia estatal; (iii) a baixa representatividade de regiões de maioria étnica russa no Parlamento (Pogrebinskiy, 2015).

Este cenário, que já esboçava uma situação potencialmente conflitiva, assevera-se pós-Maidan. Como consequência dos protestos e da efetivação da presença russa na Crimeia, uma série de determinações “descomunizadoras” toma a Ucrânia. Na tentativa de desmobilizar qualquer base possível para a permanência ou o alastramento da influência russa sobre o país, Kiev implementa um conjunto de manobras que tinham como objetivo central esmaecer possíveis pontos de contato entre ucranianos e a Federação da Rússia. Nesse sentido, não apenas foram impostas leis que dificultavam o exercício da etnia russa, como também teve início um processo amplo de ressignificação histórica. Esperava-se, dessa forma, afastar a Ucrânia do alcance das narrativas russas de valorização histórico-afetiva. Nesse ínterim, merecem destaque: (i) a derrubada de monumentos soviéticos; (ii) a promulgação de leis, como a 2558, que proíbe a propagação de símbolos soviéticos; (iii) outra lei de 2019 que determina a obrigatoriedade da adoção do idioma ucraniano nos órgãos de poder e em todos os aspectos da vida pública; (iv) e a lei de 2016 que estipula cotas mínimas para o uso de material audiovisual ucraniano no rádio e na TV, no intuito de controlar a exposição de locais a conteúdos pró (EFE, 2019). Cria-se, assim, uma disputa narrativa complexa: de um lado, uma Rússia que busca cristalizar uma identidade que depende de marcadores históricos e étnicos que confere à Ucrânia um local de destaque; do outro, uma Kiev que vai na contramão do Kremlin ao buscar se desvincular de possíveis narrativas que a atrelem a Moscou. Como bem explicita Putin às vésperas do início da incursão militar de 2022:

⁴ Moscou justifica as proibições de acesso sob o argumento de que se tratam de sites que propagam conteúdos degenerados. Na realidade, porém, há suspeitas de que o controle atinge especialmente sites de oposição ao governo e/ou a suas políticas e discursos (Dearo, 2014).

⁵ De 1991 a 2005 houve uma queda de aproximadamente 30% no número de estudantes do ensino básico cuja instrução era feita em russo (Pogrebinskiy, 2015).

Ao mesmo tempo, as autoridades ucranianas – eu gostaria de enfatizar isso – começaram construindo seu estado na negação de tudo o que nos unia, tentando distorcer a mentalidade e a memória histórica de milhões de pessoas, de gerações inteiras que vivem na Ucrânia. Não é de surpreender que a sociedade ucraniana tenha enfrentado a ascensão do nacionalismo de extrema-direita, que rapidamente se transformou em russofobia e neonazismo agressivos (Discurso Vladimir Putin, 2022, n.p.).

Em 2020, emendas constitucionais russas subiram o tom da disputa discursiva. Para além de permitirem que Putin fosse eleito em um novo pleito e permanecesse no poder por mais tempo, as mudanças se dedicaram também a tratar dos valores e história russos. Aprovadas com 77.9% de votos a favor, instituíram, entre outras determinações, que: (i) defendem os valores tradicionais russos, como trata o artigo 68, que menciona que a cultura russa é uma herança milenar de um povo que vive em harmonia; (ii) assegura a defesa da “verdade nacional”, como no artigo 67, evidenciando assim os esforços do governo para garantir a indisputabilidade da historiografia oficial no sentido de fortalecer o discurso identitário atual; (iii) reforçam o apoio da Federação aos compatriotas no exterior, como aqueles que habitam a Ucrânia, estendendo assim o alcance de leis aprovadas ainda em 2019 que concederam o direito à cidadania russa a habitantes de regiões leste da Ucrânia (Gielow, 2020; Kremlin, 2020).

Após o início da incursão militar russa sobre a Ucrânia em 2022, novas tensões em torno da segurança narrativa escalonam. Em decorrência da ação russa e de suas reverberações, tanto Moscou quanto Kiev passaram a despender esforços mais robustos direcionados à defesa de suas próprias narrativas históricas, demonstrando consciência de que estas estão diretamente atreladas à construção de identidade nacionais e à capacidade de definição e legitimação de agenda política. Da parte ucraniana, uma série de leis foram aprovadas no sentido de limitar o acesso da população a qualquer material potencialmente relacionado à narrativa russa. Nesse sentido, ganham destaque: (i) a proibição da importação e do comércio de livros impressos na Rússia, em Belarus ou ainda nas regiões ocupadas da Ucrânia; (ii) a proibição de reprodução de músicas de artistas russos em meios públicos; (iii) a proibição de publicação de livros por autores ucranianos que têm passaporte russo a não ser que abdicuem da dupla cidadania; (iv) o aumento de quotas de conteúdo ucraniano no rádio e na TV (Reuters in Kyiv, 2022). Do lado russo, determinação similares chamam a atenção, como a aprovação de leis que: (i) proíbem que jornalistas se refiram aos eventos de 2022 como uma guerra ou uma invasão (Simon, 2022); (ii) penalizam cidadãos russos que, aos olhos do Kremlin, desacreditem os esforços do exército russo e/ou critiquem abertamente a ação russa, questionando sua legitimidade (Shevchenko, 2024).

Os comportamentos aqui relatados, sejam eles discursos, aprovação de leis ou ainda o uso de recursos artísticos, demonstram não somente a preocupação russa em relação à garantia da segurança de sua narrativa identitária, mas, também, a centralidade da Ucrânia na estabilização ontológica do Estado russo contemporâneo. Ademais, o jogo de pesos e contrapesos representado pelo embate russo-ucraniano pela história, algo que data de muito antes dos eventos de 2022, apontam para a complexidade das relações entre Moscou e Kiev. Se a primeira, sob comando de Vladimir Putin, lançou-se em um projeto de busca pela grandeza pautado por um exepcionalismo tradicionalista, preocupado com seus valores e história originários, a segunda vem apresentando um caminho diferente. Desde sua independência, a Ucrânia vem buscando, com algumas oscilações em intensidade, construir uma identidade própria desvecilhada da proximidade russa e potencialmente mais ocidentalizada, o que se traduz em grandes interesses nacionais como a adesão à OTAN e a UE (Hrytsak, 2015). Ainda que este caminho tenha relações próximas com o histórico de relações com a Rússia e também com a URSS, atualmente tem se revestido de um tom combativo, ao passo em que se direciona para o caminho contrário dos interesses do Kremlin. Importa, nesse contexto, salientar que nem a totalidade dos russos, nem dos ucranianos necessariamente compactua com as visões e posturas adotadas por seus governos, mas estes têm, ainda assim, demonstrada uma grande resiliência em perseguirem seus objetivos de forma estável. Do lado ucraniano, parte desta situação é respondida por uma atual cooptação das pautas por partidos e grupos que gozam de grande capacidade de articulação e se baseiam em muito em discursos nacionalistas altamente contrários à Rússia (Burkovsky; Haran, 2015). Do

lado russo, a capacidade de aprofundamento e de legitimação das ações do Estado e da identidade por ele desenvolvida guarda relações com questões burocrático-estruturais e socioideológicas. A criação de aparatos de convenção narrativa acerca de memórias coletivas é, nesse sentido, indispensável a ambos os lados e suas consequências são profundas e complexas. Na próxima seção, buscaremos compreender as vicissitudes desta realidade na Rússia à luz da obra de Edward Said.

Orientalismo: de Said a Putin

A obra de Said (1990) lança luz sobre as relações de poder que se articulam no âmbito da cultura e da criação de conhecimento. Na visão do autor, o Ocidente, a partir da formação de consensos acerca do entendimento do Oriente, perpetua e legitima a dominação deste. Said sugere que um pilar fundamental deste projeto é a capacidade de introjetar objetivos à produção científica e de propagar valores e ideais perante a sociedade civil. Controlando o sistema científico-educacional-literário, é fácil criar as bases que permitirão a legitimação. O orientalismo, assim, depende da produção de obras que apresentam o Oriente de uma maneira específica, que essencializa a existência deste, revestindo-o de uma aura de mistério e exotismo que, a um só tempo, atrai e cria uma ideia de inferioridade. O Oriente, assim, ainda que se trate de uma região extensa e diversa, é completamente aplainado. Mais, é retratado como um reino de prazeres desprovido de moralidade, o que não somente o torna passível de ser dominado, mas que torna necessária a dominação, que é vista como uma salvação.

Inspirado por Gramsci, o autor baseia sua argumentação na diferença entre sociedade civil e sociedade política. A primeira representa as estruturas privadas, a família, as relações particulares; a segunda diz respeito aos mecanismos públicos, o Estado e suas burocracias. A sociedade política, segundo o autor, possui controle sobre os mecanismos que permitem a criação e a disseminação de valores que, expressos, por exemplo, nas narrativas históricas adotadas pelo sistema educacional, no conhecimento científico que embasa a tomada de decisões políticas ou mesmo nos instrumentos de concessão de cidadania, legitimam os valores e normas do Estado ao ponto de torná-los um consenso entre a sociedade civil. A sociedade política, portanto, é responsável pela dominação, pela coerção, enquanto a sociedade civil é o lugar em que se constrói e se expressa o consenso. Podemos, então, concluir que o orientalismo, de certa maneira, pode ser descrito como um projeto que: (i) essencializa o outro; e (ii) é possibilitado pelo domínio sobre a produção de conhecimento científico/técnico e de consumo generalizado, como romances literários. Logo, podemos também assumir que o aparato estatal usa diversas dimensões da sociedade civil para expressar suas vontades e sua ideologia ao ponto de politizar com suas pretensões as mais diversas arenas. O corpo estatal é superado e o poder passa a se expressar no cotidiano, no particular.

Tendo em mente essa conceitualização básica, convém questionar o componente étnico que baliza a atual constituição identitária russa. De um lado, temos o discurso de multiculturalidade e multinacionalidade usado por Putin em momentos em que busca apresentar seu país enquanto um reduto democrático de tolerância e diversidade. Do outro lado, temos o “mundo russo”, a Rússia eslava que se constrói sobre marcadores essencialmente ortodoxos, entre os quais se destaca o idioma. A segunda proposta parece-nos, neste momento, mais relevante na condução da política externa de Moscou: a Rússia liderada por Putin para os eslavos. Mais, a Rússia que valoriza sobremaneira os russos étnicos. Os demais povos eslavos são mais prontamente aceitos, mas há momentos em que seu protagonismo dá lugar à centralidade russa, o que se justifica pelo papel do excepcionalismo e das memórias afetivas para a segurança ontológica do país. Do ponto de vista do presidente, porém, a primeira imagem, de uma Rússia mais afeita à ideia de uma identidade civil, não é nem totalmente descartada, nem inexistente, ela é, na realidade, apresentada em contextos específicos como instrumento político.

A ênfase do tópico racial divide as pessoas, e aqueles que realmente queriam lutar pelos direitos civis queriam remover a distinção de raça, de cor, eles realmente queriam remover essa distinção. Martin Luther King disse que gostaria que chegasse o dia em que seus quatro filhos vivessem em um país onde seriam julgados não pela cor da pele, mas pelo conteúdo de seu caráter. Esse é o verdadeiro valor. Mas o que vemos lá no Ocidente é o contrário. Na verdade, na Rússia, a maioria dos russos não se importa com a cor da pele, se você está lidando com um homem ou uma mulher, cada um de nós é um ser humano individual. Isso é o que importa (RT, 2021, n.p., tradução nossa).

A ideia da Rússia étnica está alinhada com as ambições do Kremlin à medida que se baseia nos mesmos marcadores valorativos que determinam a atual orientação política do país. Se a rivalidade com o Ocidente e a sobreposição de memória e trauma levaram Moscou a se valer de uma narrativa histórica deliberadamente construída e de um arcabouço de tradições que bebe dos mitos e da religião da época da Rus Kievana, então é razoável concluir que a exaltação do eslavismo é, em última instância, um dos efeitos do atual contexto do país.

Nesse cenário, fica muito claro que a Rússia goza de ampla capacidade de criar e legitimar sua própria narrativa histórica e, por conseguinte, seu próprio desejo de Estado. Esse poder de criação normativa se dá conforme proposto por Said (1990): a cooptação dos instrumentos da sociedade política pelos interesses do Estado e a extensão destes sobre a sociedade civil. Dessa maneira, os contributos de Vera Tolz (2005), cujo argumento sugere que, na Rússia, há um claro diálogo que parte do universo acadêmico e informa a construção de políticas de Estado e que também parte deste em direção àquele. As noções de nação, Estado e povo perpetradas pelos governantes historicamente moldam a produção acadêmica, criando um mecanismo em que a Academia produz as bases teóricas e literárias que irão promover a disseminação e legitimação do projeto estatal. Tratando-se da Rússia, a própria base ideológica do orientalismo, conforme proposto por Said (1990), é apresentada a um só momento como consequência do nacionalismo e como fim dele (a confirmação da superioridade e a concessão do direito à dominação). Tolz (2005) demonstra, por exemplo, como é graças aos esforços eslavófilos do Estado que os historiadores criam narrativas que centram na Rússia o nascimento e o desenvolvimento da Ortodoxia e do eslavismo, o que, mais tarde, viria a embasar a política externa contemporânea de Moscou. Assim, sugere Nathaniel Knight (2000), a Rússia emana como interessante objeto à medida que se configura como um Estado não-ocidental que, apesar de não integrar o universo de poder colonial analisado por Said, incorre em atitudes que de certa maneira parecem remeter a instrumentos de formação hegemônica que dialogam com o objeto do autor palestino.

Uma primeira demonstração disso é a forma com que a construção discursiva de Putin promove uma série de essencializações. A primeira diz respeito ao Ocidente, cuja antagonização é elemento fundamental para a Rússia contemporânea. Nesse contexto, porém, ainda que o antagonista seja representado de forma plana e enviesada⁶, não há exatamente uma tentativa de dominação russa do Ocidente, mas, sim, uma “rivalização”. A segunda essencialização fomentada pelo Kremlin é o próprio mundo russo. Ao se referir à diáspora russa, aos Estados e povos russo/eslavos como integrantes de um mesmo corpo civilizacional, o *Russkii mir*, Putin, em geral, ignora, ou diminui, quaisquer outros traços identitários dessas comunidades. Dessa forma, todos esses grupos são compreendidos a partir de uma perspectiva que os essencializa à medida que se parte do pressuposto de que cada indivíduo se sente parte integrante do mundo russo proposto pelo Kremlin. Ainda que isso não necessariamente corresponda à realidade, todos esses corpos são codificados sob a égide de uma narrativa única que, agora, sim, é sustentada por um desejo de inclusão a um mesmo corpo político. Esta, aqui, dar-se-á de forma caótica: ela pode se expressar desde uma dominação coercitiva de fato até a persistência de mecanismos informais de influência russos (O’Loughlin *et al.*, 2017).

⁶ O enviesamento, neste contexto, é entendido como uma leitura que sobremaneira valoriza ou silencia aspectos e episódios que corroboram a sustentação do discurso russo. Não se trata, portanto, de uma inversão completa de valores ou de alterações fundamentais de aspectos históricos e/ou políticos.

Podemos, ainda, sugerir um outro nível de essencialização: o da própria Rússia. Ambas as imagens do país usadas por Putin, aquela mais afeita à diversidade e a outra, mais próxima da etnia como marco nacional, subtraem muitas camadas da complexa realidade do país. Se considerarmos a narrativa da nação *rossiiskii*, ideia ligada a aspectos cívicos da nação, a grande essencialização tem a ver com a harmonia entre as muitas culturas e etnias que compõem o povo em questão. Ao se valer dessa identidade, o Kremlin em geral apresenta um país formado por povos completamente reconciliados com suas diferenças, uma população altamente tolerante e um governo democrático que sabe acomodar, de maneira ótima, as muitas pautas levantadas pelas diferentes comunidades que o constituem. Qualquer análise mais cautelosa da realidade de regiões não-eslavas questiona a sustentação dessa narrativa. Na esteira desse pensamento, a grande essencialização da outra proposta de nação sustentada por Putin, a de povo *russkii*, entendimento essencialmente étnico de nação, também ocorre. Ao adotar essa imagem para o país, Moscou nega a existência de toda uma diversidade étnica a fim de performar uma identidade una que, em última instância, silencia comunidades a fim de perseguir uma unidade absoluta.

Podemos, assim, fazer algumas afirmações acerca da relação estabelecida entre os conceitos de nação russa promovidos pelo Kremlin e o projeto político da Rússia nos níveis internos e externos. O emprego do termo *Russkii mir*, que vem se popularizando no léxico oficial, retoma uma identidade baseada na etnia russo/eslava. Nesse contexto, povos e Estados eslavos são considerados de forma a ocultar qualquer característica que esteja além dos marcadores do eslavismo. Essa comunidade é, pois, encarada como um corpo que tem um desejo comum de união. Há, porém, uma distinção única e essencial entre todos esses corpos: apenas um controla o discurso que resulta nesse entendimento. A Rússia, mais especificamente suas elites governantes, ainda que seja também parte desse mundo russo/eslavo, à medida que monopoliza o poder de criação de consenso, destaca-se do todo para assumir o papel de liderança. Ela é parte do todo orientalizado, porém, ela é sobretudo o “orientalizador”. O processo de essencialização por meio da relação entre sociedade civil e sociedade política é engendrado pelo Kremlin como forma de legitimar sua ação sobre os demais redutos eslavos a fim de retomar a grandeza do país.

Há, porém, uma primeira diferença fundamental entre o orientalismo promovido pela Rússia em relação à Ucrânia e o orientalismo teorizado por Said: o segundo parte, necessariamente, da construção de níveis de moralidade e civilização seguida da hierarquização entre o povo que se pretende dominar e o dominador; já o primeiro, ainda que também tenha como base uma noção de hierarquia que daria à Rússia o poder legítimo de intervenção, não afasta irreconciliavelmente as partes envolvidas. A empreitada russa parte do princípio de que todos esses povos passíveis de reunificação são, na realidade, parte de um mesmo todo, logo, não podem ser retratados como bárbaros, animalescos. A dominação, nesses termos, está mais próxima da ideia de retorno, trazer de volta o que foi separado, do que da noção clássica de apropriar-se do novo. Por trás de cada um desses mecanismos políticos, contudo, há um elemento em comum: a salvação. Se os impérios ocidentais justificavam suas cruzadas civilizatórias sob a retórica de levar aos selvagens a salvação, a Rússia propõe a salvação pelo resgate. (Re)unir o povo responsável pela grandeza de outrora e salvá-lo das opressões das políticas ucranizantes do governo de Kiev. Segundo a visão russa, congregar mais uma vez a nação que, por direito, sucede a própria Roma. Para além disso, como outrora mencionado, é preciso ressaltar que o orientalismo clássico proposto por Said tem como objeto de investigação a máquina (neo)imperialista ocidental, cujo histórico de ação e estrutura política difere da Rússia contemporânea.

Quadro 1 – Comparativo entre *orientalismo clássico (Said)* e *orientalismo russo*

	Orientalismo clássico (Said)	Orientalismo russo contemporâneo
Modo de ação	Controle de produção e disseminação de conhecimento	Controle de produção e disseminação de conhecimento
Modo de dominação	Serve primordialmente à dominação clássica: invasão e conquista de territórios/indivíduos. Porém, não se limita a esse objetivo apenas. Pode apresentar formas distintas de dominação.	Serve primordialmente à dominação caótica. Pode ser usado para outras formas de dominação.
Justificativa de ação	Salvação de povos bárbaros, considerados inferiores.	Salvação de povos que foram separados de um mesmo corpo político.

Fonte: Makio, p. 78 (2022)

Podemos, portanto, dizer que o *Russkii mir* é, enquanto discurso, fruto de uma espécie de “orientalismo” que serve aos interesses políticos da elite que atualmente comanda o Kremlin. É essa construção que, articulando memória afetiva e controle sobre a produção e a disseminação de conhecimentos, lança as bases que legitimam o comportamento do país em relação aos povos eslavos. É importante, porém, fazer uma breve ressalva: o modo de dominação perpetrado pela Rússia se dá nos termos da dominação caótica, conforme proposta por Rigi (2007), portanto, quando tratamos da (re)construção do *Russkii mir*, não estamos necessariamente falando de uma reunificação física. Não se trata necessária e exclusivamente da criação de um Estado-nação habitado unicamente por comunidades russo/eslavas, trata-se do Estado afetivo, que consiste na formação de um corpo que, mesmo espacialmente separado, compartilha crenças e expectativas. Falamos, portanto, de grupos (bio)políticos que se congregam do ponto de vista subjetivo e que, por conseguinte, partilham práticas similares, cooperam entre si, apoiam-se no âmbito institucional.

Considerações finais

Os altos níveis de introjeção das narrativas oficiais acerca da origem da nação e da necessidade de retomada da unidade eslava, permitem, no limite, a legitimação: (i) da imagem do mundo russo como continuação do mundo russo/eslavo; (ii) da necessidade de reunificação/realinhamento entre esses povos; (iii) da essencialização de toda a comunidade russo/eslava, cuja compreensão não considera possíveis diferenças internas que influenciem o sentimento de pertencimento a um corpo político único liderado por Moscou; (iv) da liderança da Rússia, que se coroa com o direito natural de conduzir a reestruturação do *Russkii mir* (Sanina, 2022). Como explicita o próprio Putin em seu primeiro discurso ao retornar à presidência em 2012:

A Rússia deve ser um país soberano e influente. Não devemos apenas nos desenvolver com confiança, mas também preservar nossa identidade nacional e espiritual, não perder nosso senso de unidade nacional. Devemos ser e permanecer a Rússia (The Kremlin, 2012, n.p., tradução nossa). Para que a Rússia seja uma nação soberana e forte, deve haver mais de nós e devemos ser melhores em nossa moralidade, competências, trabalho e esforços criativos [...] Peço [à Duma] que desenvolva um procedimento simplificado para conceder a cidadania russa aos nossos compatriotas, portadores da língua e cultura russas, descendentes diretos daqueles que nasceram no Império Russo e na União Soviética (The Kremlin, 2012, n.p., tradução nossa).

O Estado russo, dessa maneira, comporta-se como um ator político “caótico” e afetivo, cujo território não mais limita sua extensão a suas fronteiras e cuja ação não mais se restringe ao uso dos mecanismos tradicionais de força e coerção. Moscou extrapola o âmbito jurídico-territorial e clama direito sobre povos que habitam outras jurisdições e afirma seu dever de os defender. O excepcionalismo, cuja moralidade está fixada na memória afetiva, legítima então o discurso que é a base moral da ação russa: a salvação dos povos russo/eslavos. E essa mesma legitimidade é reproduzida também

nas regiões reunificadas/anexadas. Se de início o Kremlin implementa um projeto de lembrança e esquecimento dentro do seu próprio Estado, esse projeto é posteriormente exportado para o local ao qual se direciona.

Nesse sentido, a russianidade dos enclaves ucranianos os aproximam da Rússia à medida que apresentam: (i) a forte presença do país no imaginário e historiografia oficial da Rússia; (ii) uma composição etnolinguística na qual a etnia russo/eslava, a ortodoxia, e o idioma russo são altamente disseminados; e (iii) alinhamento externo à Rússia em oposição à ocidentalização. Considerando o nível de similaridade identitária e a relevância das regiões para o próprio discurso político que embasa o comportamento da Rússia, há interesse na anexação e meios de justificá-la. Como propõe Gerard Toal (2017) acerca da anexação de 2014: “Isso sugere que sua decisão não foi inerentemente sobre a segurança da base naval, mas sobre o resgate da Crimeia, e que enredos afetivos, mais do que interesses geoestratégicos estreitos, impulsionaram a anexação” (Toal, 2017, p. 216, tradução nossa). Assim, a exaltação de marcos históricos e a interpretação dos mesmos à luz do discurso afetivo de Moscou criam uma nova temporalidade em que eventos passados continuam a ser reproduzidos no imaginário coletivo e representados de forma afetiva. É como se o tempo se alargasse e o que acontece hoje a um só tempo reproduz e é o que passou. As mesmas ameaças, as mesmas lutas, as mesmas vitórias imortalizadas na máxima de Tolstói: “A memória aniquila o tempo”.

Referências

- BURKOVSKY, Petro; HARAN, Olexiy. Before and After the Euromaidan: Ukraine Between the European Choice and the Russian Factor. In: STEPANENKO, Viktor and PYLYNSKY, Yaroslav (orgs.). **Ukraine after the Euromaidan: challenges and hopes**. Berna: Peter Lang, 2015.
- CAMPBELL, David. **Writing security: United States foreign policy and the politics of identity**. Minneapolis: The University of Minnesota Press, 1992. DISCURSO VLADIMIR
- DEARO, Guilherme. 11 leis russas que irão mudar a vida de quem vive na Crimeia. **Exame**: 2014. Disponível em: <<https://exame.com/mundo/11-leis-russas-que-irao-mudar-a-vida-de-quem-vive-na-crimea/>>. Último acesso: 11 abr. 2025.
- DISCURSO VLADIMIR PUTIN 2022. **DefesaNet**: 2022. Disponível em: <<https://www.defesanet.com.br/pensamento/importante-discurso-vladimir-putin-21-fevereiro-2022/>>. Último acesso: 11 abr. 2025.
- EDKINS, Jenny. “Remembering Relationality: Trauma Time and Politics”. In: BELL, Duncan (Ed.). **Memory, trauma and world politics**. United Kingdom: Palgrave, 2006.
- EFE. Parlamento da Ucrânia aprova lei sobre uso obrigatório da língua ucraniana. **UOL**: 2019. Disponível em: <<https://entretenimento.uol.com.br/noticias/efe/2019/04/25/parlamento-da-ucrania-aprova-lei-sobre-uso-obrigatorio-da-lingua-ucraniana.htm?>>>. Último acesso: 11 abr. 2025.
- EGGERT, Konstantin. Opinião: Putin e sua história fictícia da Ucrânia. **Deutsche Welle**: 2021. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/opinião-putin-e-sua-história-fict%C3%ADcia-da-ucrania/a-58307613>>. Último acesso: 24 out. 2024.
- FAULCONBRIDGE, Guy; SOLDATKIN, Vladimir. Putin alerta para conflito global e diz que não permitirá ameaças à Rússia. **CNN Brasil**: 2024. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/putin-alerta-para-conflito-global-e-diz-que-nao-permitira-ameacas-a-russia/>>. Último acesso: 05 nov. 2024.
- FERRARO, Vicente. Why Russia invaded Ukraine and how wars benefit autocrats: The domestic sources of the Russo-Ukrainian War. **International Political Science Review**: v. 45. n.2, 2024.
- FIERKE, K.M. “Bewitched by the Past: Social Memory, Trauma and International Relations”. In: Bell, Duncan (Ed.). **Memory, trauma and world politics**. UK: Palgrave, 2006.
- GIELOW, Igor. Russos aprovam mudança que pode deixar Putin no poder até 2036. **Folha de São Paulo**: 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/07/russos-aprovam-mudanca-que-pode-deixar-putin-no-poder-ate-2036.shtml?origin=folha>>. Último acesso: 11 abr. 2025.
- HASKINS, E. “Victory Day, family style: Grassroots war commemoration, collective memory habits, and the shaping of public affect.” In: **Conservatism and memory politics in Russia and Eastern Europe**. MIKLÓSSY, K.; KANGASPURO, M. (eds). New York: Routledge, 2022.

HRYTSAK, Yaroslav. The Postcolonial Is Not Enough. **Slavic Review**: v. 74, n.4, 2015.

INTERRELIGIOUS COUNCIL. Заявление Межрелигиозного Совета России О Свободе Слова И Оскорблении Чувств Верующих [Declaração do Conselho Inter-religioso da Rússia sobre a Liberdade de Expressão e sobre Ofender os Sentimentos dos Crentes]. **Patriarchia**: 2015. Disponível em: <www.patriarchia.ru/db/text/3966511.html>. Último acesso: 15 mar. 2025.

KANGASPURO, M. "Putin's history, politics and conservative turn." In: **Conservatism and memory politics in Russia and Eastern Europe**. MIKLÓSSY, K; KANGASPURO, M. (eds). New York: Routledge, 2022.

KNIGHT, Nathaniel. Grigor'ev in Orenburg, 1851-1862: Russian Orientalism in the Service of Empire? **Slavic Review**: v. 59, n. 1, 2000.

KREMLIN. Presidential Address to the Federal Assembly. **Kremlin**: 2020. Disponível em: <<http://en.kremlin.ru/events/president/news/62582>>. Último acesso: 11 abr. 2025.

LASSILA, J. Whose turn, for whom? Conservative values and Putin's social contract. In: MIKLÓSSY, K; KANGASPURO, M (eds). **Conservatism and memory politics in Russia and Eastern Europe**. New York: Routledge, 2022.

MAKIO, Danielle Amaral. **Estado afetivo, memória transcendente**: reverberações do nacionalismo russo na Crimeia e na Transnístria. São Paulo: Unesp, 2022, 188 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (Unesp, Unicamp, Puc-SP), 2022.

MAKIO, Danielle; FUCCILLE, Alexandre. The 2014 Russian Invasion of Crimea: Identity and Geopolitics. **Revista Brasileira de Política Internacional**: v. 66, n. 1, 2023.

MALINOVA, O. Political uses of the great patriotic war in post-soviet Russia from Yeltsin to Putin. In: Fedor, J.; Kangaspuro, M.; Lassila, J.; Zhurzhenko, T. (eds). **War and memory in Russia, Ukraine and Belarus**. Cham: Palgrave Macmillan, 2017.

MCGLYNN, J. **Memory makers**: the politics of the past in Putin's Russia. London: Bloomsbury Academic, 2023.

MIKLÓSSY, K. "Introduction: conservatism and memory politics." In: **Conservatism and memory politics in Russia and Eastern Europe**. K. Miklóssy and M. Kangaspuro (eds). New York: Routledge, 2022.

NEUMANN, Iver. **Russia and the Idea of Europe**: a study in identity and international relations. New York: Routledge, 2003.

O'LOUGHLIN, John; TOAL, Gerard; KOLOSOV, Vladimir. Who identifies with the "Russian World"? Geopolitical attitudes in southeastern Ukraine, Crimea, Abkhazia, South Ossetia, and Transnistria. **Eurasian Geography and Economics**: 2017.

PLOKHY, Serhii. The City of Glory: Sevastopol in Russian Historical Mythology. **Journal of Contemporary History**: v. 35, n. 3, 2000.

POGREBINSKIY, Mikhail. Russians in Ukraine: Before and after Euromaidan. **E-International Relations**: 2015. Disponível em: <<https://www.e-ir.info/2015/03/26/russians-in-ukraine-before-and-after-euromaidan/>>. Último acesso: 11 abr. 2025.

PUTIN, Vladimir. Vystuplenie Na Zasedanii Kluba Valdai. [Talk at a Session at Valdai Club]. **Rossiiskaia gazeta**: 2013. Disponível em: <<http://www.rg.ru/2013/09/19/stenogramma-site.html>>. Último acesso: 11 abr. 2025.

PUTIN: "Crimeia sempre fez parte da Rússia". **Época**: 2014. Disponível em: <<https://epoca.globo.com/tempo/noticia/2014/03/putin-crimeia-sempre-fez-parte-da-russia.html>>. Último acesso: 11 abr. 2025.

REUTERS IN KYIV. Ukraine restricts Russian books and music in latest step of 'derussification'. **The Guardian**: 2022. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2022/jun/20/ukraine-restricts-russian-books-and-music-in-latest-step-of-derussification>>. Último acesso: 22 out. 2024.

RIGI, Jakob. The War in Chechnya: the chaotic mode of domination, violence and bare life in the post-soviet context. **Critique of Anthropology**: v. 27, n. 1, 2007.

RT. Cancel culture results in reverse discrimination – Putin. **Twitter**: 2021. Disponível em: <https://twitter.com/RT_com/status/1451213191657271296?s=20>. Último acesso: 22 out. 2024.

SAID, Edward. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SANINA, A. The routinization of conservatism: key stakeholders of patriotic education in contemporary Russia. In: Miklóssy, K; Kangaspuro, M (eds). **Conservatism and memory politics in Russia and Eastern Europe**. New York: Routledge, 2022.

SHEVCHENKO, Vitaly. Fined for yellow and blue shoes: How Russian laws smother dissent. **BBC**: 2024. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/articles/cw4yv7nv8xlo>>. Último acesso: 12 abr. 2025.

SIMON, Scott. Russian law bans journalists from calling Ukraine conflict a 'war' or an 'invasion'. **NPR**: 2022. Disponível em: <<https://www.npr.org/2022/03/05/1084729579/russian-law-bans-journalists-from-calling-ukraine-conflict-a-war-or-an-invasion>>. Último acesso: 12 abr. 2025.

THE KREMLIN. Address to the Federal Assembly. **Official Internet Resources of the President of Russia**: 2012. Disponível em: <<http://en.kremlin.ru/events/president/news/17118>>. Último acesso: 02 nov. 2024.

THE KREMLIN. Address by the President of the Russian Federation. **Official Internet Resources of the President of Russia**: 2014. Disponível em: <<http://en.kremlin.ru/events/president/transcripts/20603>>. Último acesso: 10 out. 2024.

TOAL, Gerard. **Near Abroad**: Putin, the West, and the contest over Ukraine and the Caucasus. New York: Oxford University Press, 2017.

TOLZ, Vera. Orientalism, Nationalism, and Ethnic Diversity in Late Imperial Russia. **The Historical Journal**: v. 48, n.1, 2005, p. 127–150.

WIJERMARS, M. **Memory politics in contemporary Russia**: television, cinema and the state. New York: Routledge, 2019.

Funções de colaboração exercidas	
Danielle Makio:	Conceituação; Metodologia; Validação; Curadoria de dados; Administração do projeto; Visualização; Análise formal; Recursos; Obtenção de financiamento; Software; Investigação; Supervisão; Escrita (primeira redação); Escrita (revisão e edição);
Informações fornecidas pela autora de acordo com a Taxonomia de Funções de Colaborador (CRediT)	

Charting a New Course: The Reasons Behind Angola's Withdrawal from OPEC

Traçando um Novo Rumo: As Razões por Trás da Retirada de Angola da OPEP

DOI: <https://doi.org/10.22456/2178-8839.145939>

Lin Xinyi

Universidade de Macau, Macau, China

mc35609@um.edu.mo  

Francisco José B. S. Leandro

Universidade de Macau, Macau, China

fleandro@um.edu.mo  

Luo Ningfan

Universidade de Macau, Macau, China

mc35608@um.edu.mo  

Pan Rouya

Universidade de Macau, Macau, China

mc35607@um.edu.mo  

Abstract

This paper critically examines the reasons behind the Angola's strategic withdrawal from the Organization of the Petroleum Exporting Countries (OPEC) in 2023 and its broader implications for national economic diversification. Confronted with persistent economic volatility and diminishing oil revenues, Angola's decision represents a significant inflection point in its energy and development policy. The study investigates the underlying motivations for this departure, emphasizing the pursuit of enhanced political autonomy, increased market flexibility, and a reinvigorated commitment to reducing dependency on hydrocarbon exports. By analyzing Angola's post-OPEC trajectory, the paper evaluates both the opportunities and structural constraints shaping its diversification prospects. To contextualize Angola's policy shift, comparative case studies of Saudi Arabia and the United Arab Emirates – two OPEC members actively engaged in diversification – are employed to highlight convergences and divergences in strategic approaches. The findings suggest that while Angola's withdrawal may create new policy space, institutional limitations and governance challenges could impede the realization of long-term diversification goals. Methodologically speaking, the research adopts a qualitative methodology, incorporating macroeconomic data analysis, policy document review, and secondary literature. Comparative case study analysis is utilized to assess Angola's experience alongside Saudi Arabia and the UAE, offering a nuanced understanding of diversification dynamics within and beyond OPEC.

Keywords: Angola; OPEC; Economic Diversification; Oil Dependency; Comparative Analysis.

Resumo

Este artigo examina criticamente as razões por trás da retirada estratégica de Angola da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) em 2023 e suas implicações mais amplas para a diversificação econômica nacional. Diante da persistente volatilidade econômica e da diminuição das receitas do petróleo, a decisão de Angola representa um ponto de inflexão significativo em sua política de energia e desenvolvimento. O estudo investiga as motivações subjacentes a essa saída, enfatizando a busca de maior autonomia política, maior flexibilidade de mercado e um compromisso revigorado de reduzir a dependência das exportações de hidrocarbonetos. Ao analisar a trajetória de Angola após a OPEP, o documento avalia as oportunidades e as restrições estruturais que moldam suas perspectivas de diversificação. Para contextualizar a mudança de política de Angola, são utilizados estudos de caso comparativos da Arábia Saudita e dos Emirados Árabes Unidos – dois membros da OPEP ativamente envolvidos na diversificação – para destacar as convergências e divergências nas abordagens estratégicas. Os resultados sugerem que, embora a retirada de Angola possa criar um novo espaço para políticas, as limitações institucionais e os desafios de governança podem impedir a realização das metas de diversificação de longo prazo. Em termos metodológicos, a pesquisa adota uma metodologia qualitativa, incorporando análise de dados macroeconômicos, análise de documentos de políticas e literatura secundária. A análise comparativa de estudos de caso é utilizada para avaliar a experiência de Angola juntamente com a Arábia Saudita e os Emirados Árabes Unidos, oferecendo uma compreensão diferenciada da dinâmica de diversificação dentro e fora da OPEP.

Palavras-chave: Angola; OPEP; Diversificação Econômica; Dependência do Petróleo; Estratégia de Desenvolvimento.

Received: 21 February 2025

Accepted: 17 June 2025



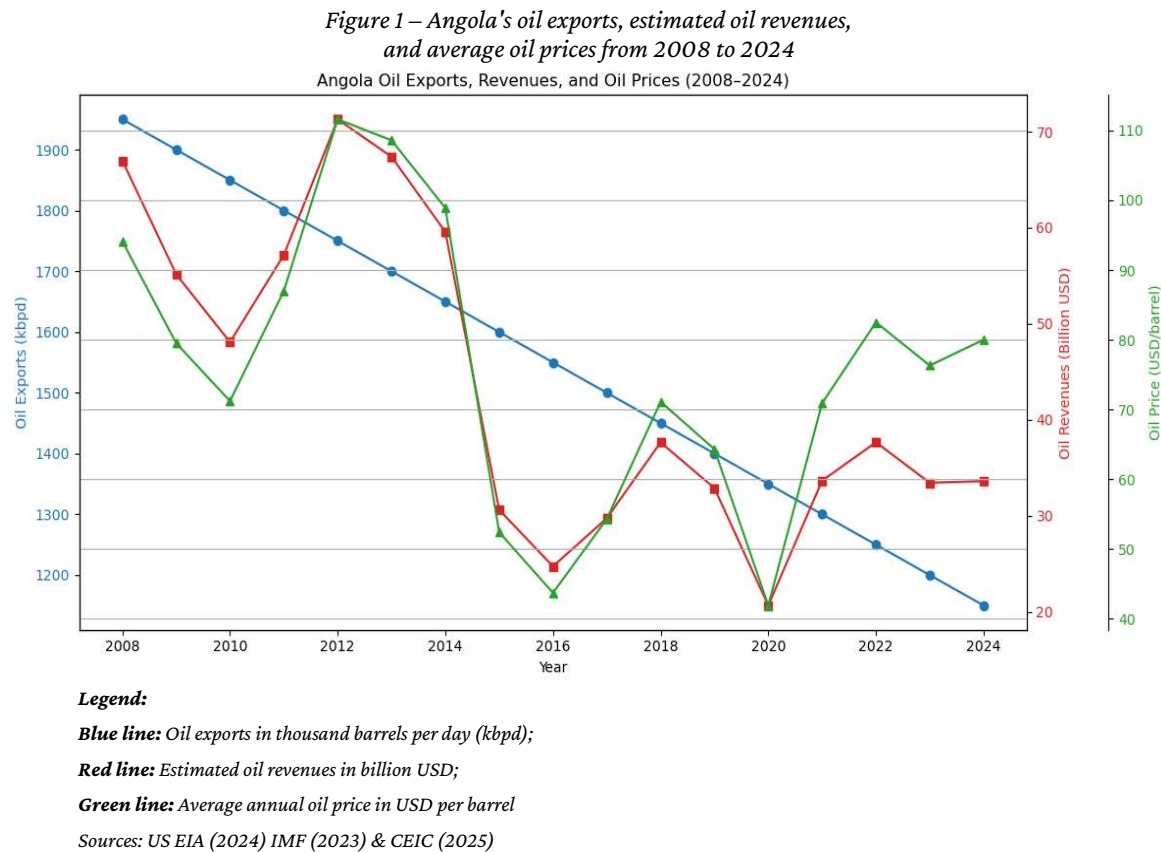
The authors would like to acknowledge the support of the University of Macau (China) through research grant SGR2023-00026-FSS. Special thanks are extended to Professor Gershom Tse of the Hong Kong University of Science and Technology for his valuable editorial contributions. Additionally, some of the visualizations presented in this study were developed with the assistance of Microsoft Copilot, whose AI-powered tools facilitated the generation and refinement of comparative graphics and data representations.

Conflicts of interest: The authors did not report potential conflicts of interest

Introduction

Angola, situated in the southwestern region of Africa, is renowned for its substantial oil reserves, ranking as the second-largest producer of crude oil in Africa and the fifth-largest producer of diamonds globally. Since the discovery of oil reserves in the 1970s, Angola's oil industry has experienced significant growth, becoming the cornerstone of the country's economy. The oil sector dominates Angola's economy, accounting for over 50% of GDP, more than 70% of government revenue, and over 90% of exports (International Trade Administration, 2023). Historically, stable global crude oil prices have contributed to robust economic growth in Angola. However, the country's heavy reliance on a single industry and limited economic diversification have led to challenges such as economic volatility and uneven development. Angola is particularly vulnerable to fluctuations in global crude oil prices. The dramatic decline in global crude oil prices since 2014 (Figure 1) precipitated an economic and financial crisis, with the economy contracting between 2016 and 2020 due to reduced export revenue and increased fiscal and debt constraints.

A closer analysis of Figure 1 reveals that between 2008 and 2024, global oil prices experienced substantial fluctuations, accompanied by a general downward trend in their monetary value. This period was marked by significant volatility in the international oil market, influenced by various geopolitical, economic, and environmental factors. Notably, the OPEC implemented several quota reductions during this timeframe in an attempt to stabilize prices and manage supply. However, despite these efforts, Angola's oil revenues declined markedly. This decline can be attributed not only to falling global prices but also to reduced export volumes and structural challenges within Angola's oil sector. The cumulative effect of these dynamics has had profound implications for Angola's macroeconomic stability, given the country's heavy reliance on oil exports as a primary source of government revenue. The data underscores the vulnerability of oil-dependent economies to external shocks and highlights the importance of economic diversification strategies.



In response, the Angolan government has recognized the critical need for economic diversification. Strategic policies have been implemented to reduce dependence on the oil sector, generate alternative revenue sources, and foster the growth of various industries, thereby facilitating economic recovery (Maria, 2022). In 2023, Angola made a strategic decision to withdraw from the Organization of the Petroleum Exporting Countries (OPEC). Angola's Oil Minister, Diamantino Azevedo, stated that continued membership in OPEC no longer served the nation's interests. This decision, driven by national priorities and development goals, aims to enhance the governance of oil resources and boost the country's competitiveness (Al Jazeera, 2023). The withdrawal from OPEC marks a significant shift in Angola's position in the global energy market and sets the stage for transformative economic growth. The paper addresses the motivations behind Angola's withdrawal from OPEC, its potential to promote economic diversification, and the challenges Angola will face in this pursuit.

The primary motivation behind Angola's withdrawal from OPEC appears to stem from growing dissatisfaction with the production quotas imposed by the organization. Angolan authorities viewed these quotas as misaligned with the country's production capacity and economic aspirations. This discontent reflects broader concerns over national sovereignty in resource governance and the perceived inequities in OPEC's quota-setting mechanisms. By exiting the organization, Angola seeks to reclaim greater autonomy over its oil production strategy, enhance fiscal flexibility, and pursue a development trajectory more closely aligned with its domestic priorities and long-term economic diversification goals. Angola's quota was reduced to 1.11 million barrels per day (bpd), which the Angolan government found unacceptable given its production capabilities and ambitions. Furthermore, Angola's desire for greater autonomy in its oil policies (The Chanzo Africa, 2024). By withdrawing from the OPEC, Angola sought to exercise greater autonomy over its oil production policies and to implement strategies better aligned with its national interests. This decision reflects a broader objective to enhance economic stability and foster sustainable growth, particularly given the country's significant dependence on oil revenues as a primary source of fiscal income.

Methodologically speaking, the research adopts a qualitative methodology, incorporating macroeconomic data analysis, policy document review, and secondary literature. Comparative case study analysis is utilized to assess Angola's experience alongside Saudi Arabia and the UAE, offering a nuanced understanding of diversification dynamics within and beyond OPEC. To analyze and explore the implications of Angola's withdrawal from OPEC, this research is organized into six sections: (1) Introduction; (2) Literature Review; (3) Angola and OPEC; (4) Angola's Path Towards Economic Diversification and the OPEC Withdrawal; (5) Case Studies: Comparative Analysis; and (6) Conclusion. This topic is of critical importance as it addresses a pivotal moment in Angola's economic and geopolitical trajectory as well as the political stability in the next political cycle. The decision to leave OPEC reflects broader shifts in national sovereignty over natural resources and the urgent need for economic diversification in resource-dependent states. Understanding Angola's strategy offers valuable insights into the challenges and opportunities facing similar economies in the Global South.

Literature Review

Angola's political economy is deeply shaped by its dependence on natural resources, particularly oil, which has entrenched authoritarian governance and hindered institutional development. Tony Hodges (2004) characterizes Angola as a "petro-diamond" state, where oil and diamond revenues have enabled elite consolidation and state centralization without fostering inclusive development (Hodges, 2004). Christine Messiant (2008) further argues that Angola's post-war peace was not accompanied by democratization, but rather by the consolidation of an "oléocratie," where oil rents reinforced authoritarianism and elite patronage (Messiant, 2008). In addition, Ricardo Soares de Oliveira (2007) describes Angola as a paradigmatic case of a rentier state, where the ruling MPLA uses oil revenues to maintain power through clientelism, co-optation, and repression, rather than through institutional accountability (Soares De Oliveira, 2007). Nuno

Vidal and David Sogge (2009) emphasize the role of informal networks and patronage in sustaining the regime, noting that the state's legitimacy is derived less from democratic processes and more from its capacity to distribute rents (Vidal; Sogge, 2009). Furthermore, David Sogge (2015) also highlights Angola's "extraverted" political economy, where governance is shaped by transnational actors and offshore financial flows, further weakening domestic accountability (Sogge, 2015). Christopher Cramer (2006), while acknowledging the role of resource wealth, cautions against overly deterministic interpretations of the "resource curse," arguing that Angola's trajectory must also be understood through its historical and social complexities (Cramer, 2006). Finally, as Hodges notes, "the state's reliance on oil revenues has allowed it to avoid the need for a social contract with its citizens" (Hodges, 2004, p. 45). Messiant adds that "peace in Angola was not a rupture with war, but its continuation by other means" (Messiant, 2008, p. 110). Soares de Oliveira reinforces this by stating, "Angola's oil economy has produced a state that is simultaneously strong and hollow" (Soares De Oliveira, 2007, p. 98).

Finally, the concept of the "oil curse" or "resource curse" is central to understanding Angola's developmental challenges. This theory posits that countries endowed with abundant natural resources – particularly oil – often experience slower economic growth, weaker democratic institutions, and higher levels of corruption compared to resource-poor nations (Ross, 2012). In Angola's case, oil wealth has not translated into inclusive development; rather, it has reinforced elite dominance and rent-seeking behavior. The volatility of oil prices further exacerbates fiscal instability, complicating long-term economic planning and undermining public investment in critical sectors such as health, education, and infrastructure. Angola thus exemplifies the paradox wherein resource abundance becomes a barrier to sustainable and equitable development (Karl, 1997).

A critical examination of the existing literature reveals that Angola's abundant natural resource endowment, particularly in oil, has contributed to the entrenchment of a hybrid political order. This order is characterized by the coexistence of weak formal institutions, pervasive informal power networks, and a state apparatus primarily oriented toward the preservation of elite interests rather than the promotion of public welfare. Such a configuration undermines democratic accountability and equitable development. Consequently, the central challenge lies in devising effective mechanisms to transform natural resource wealth into a catalyst for inclusive economic growth and sustainable development. This research is significant precisely because it seeks to address this developmental paradox by exploring pathways through which resource governance can be restructured to serve broader societal goals. By contributing to the discourse on resource-led development, this study aims to bridge the gap between resource abundance and human development, offering insights that are both theoretically grounded and policy-relevant.

Angola and the Organization of the Petroleum Exporting Countries (OPEC)

The Organization of the Petroleum Exporting Countries is an intergovernmental organization established in 1960, comprising major oil-producing nations such as Saudi Arabia, Iran, Iraq, and the United Arab Emirates. OPEC's primary objective is to coordinate and unify the petroleum policies of its member countries to ensure stable oil market prices. Member states convene periodically to assess oil market conditions and decide on production adjustments to influence global oil prices. This coordination aims to stabilize markets while safeguarding the interests of member states.

Angola joined OPEC on January 1, 2007, becoming the 13th member of the organization. At that time, Angola sought to leverage OPEC's influence to enhance its political and economic standing due to its limited power. Membership in OPEC was crucial for Angola to boost its oil revenues and strengthen its position in the international oil market, thereby increasing its leverage in setting global oil prices and enhancing its influence in international political matters (Chang, 2007). Following its accession, Angola's oil production initially increased, peaking in 2010 with a daily output of 2 million barrels. The average economic growth rate from 2007 to 2010 was 7%, among the highest globally. However, from 2016 to

2020, a significant decline in global crude oil prices led to reduced export revenue, increased fiscal and debt pressures, and an economic downturn for five consecutive years. By 2021, Angola's crude oil production had decreased to 1.13 million barrels per day, below its quota of 1.5 million barrels per day (CEIC, 2023).

Despite contributing to OPEC's overall production, Angola's share remains relatively low. As of 2022, Angola's daily oil production was approximately 1.1 million barrels, representing 3.8% of OPEC's total and 2.5% of OPEC+'s total. This positions Angola in the intermediate to lower range among OPEC members. The International Energy Agency (2023) indicates a persistent downward trend in Angola's oil production capacity. Angola participates in OPEC's decision-making process, but its influence is limited due to its small production share and technical constraints. During the OPEC+ Ministerial conference in June 2023, Angola expressed dissatisfaction with its production quota of 1.38 million barrels per day but ultimately complied with the decision of major oil-producing countries to reduce its output quota (Arise Tv, 2023). OPEC's production control decisions are often guided by prominent oil-producing countries, such as Saudi Arabia, which holds significant influence within the organization by actively shaping production policies.

Angola's exit from the OPEC led to a decline in OPEC's share of the global oil market and an initial drop in oil prices, which soon stabilized (Oilprice, 2023). Overall, the impact was minimal, as OPEC continues to maintain a dominant market share and control over oil prices. The departure of Qatar in 2019 had no significant impact on oil prices or OPEC, given its relatively minor contribution to global oil output (Sputnik News, 2020). Angola's proportion of oil output within OPEC is even smaller compared to Qatar. According to OPEC's November 2023 monthly report, Angola's oil output stood at 1.13 million barrels per day, placing it at a moderate-low level among member countries (OPEC, 2023). The removal of Angola reduced OPEC's overall production from approximately 28 million barrels per day to 27 million barrels. The International Energy Agency (2023) projects global oil demand for 2023 at 101.7 million barrels per day, with OPEC representing around 27% of the global market. Angola's global share is slightly above 1%, contributing only 4% to OPEC's oil production (OPEC, 2023). Thus, Angola's absence results in a mere 4% reduction in OPEC's global share. The primary members of OPEC, including Saudi Arabia, the United Arab Emirates, Kuwait, Iraq, and Iran, account for 79% of OPEC's overall production. Consequently, Angola's departure will marginally decrease OPEC's market share without substantially impacting its global influence. OPEC continues to exert significant influence over the oil market and retains the power to manipulate oil prices, ensuring its stability and influence.

Angola's withdrawal from OPEC has revealed both unity and divisions within the organization, though these divisions currently have limited consequences. Over the past decade, OPEC has experienced a consistent loss of members: Qatar left in 2019, Ecuador in 2020, and Indonesia was suspended in 2016. Angola's departure might exacerbate doubts about OPEC's impartiality and decision-making process among other members (Cheng, 2024), potentially creating trust issues and further volatility. However, the countries exiting OPEC have relatively minor oil output, so their departure does not significantly impact OPEC. The positions of key members such as Saudi Arabia, the United Arab Emirates, Kuwait, Iraq, and Iran are crucial to OPEC. There is currently no indication that any influential member plans to follow Angola's actions. These countries are committed to upholding the OPEC and OPEC+ alliances and have demonstrated a commendable capacity for negotiating agreements (Sputnik News, 2020). Therefore, despite member losses, OPEC maintains stability and significant influence in the global oil market due to the consistent support and leadership of major member countries.

Furthermore, Brazil became an observer of OPEC+ in January 2024, immediately following Angola's departure. Brazil's entry is expected to strengthen the organization's market presence and strategic influence (Su; Liu; Duan, 2024), potentially offsetting the impact of Angola's exit. Brazil's oil production has grown significantly due to technological advancements in deep-sea pre-salt extraction, positioning the country as a key contributor to global supply growth. Although Brazil is not currently bound by OPEC+ production quotas, its involvement is anticipated to foster greater cooperation among oil-producing nations across Asia, Africa, and Latin America. This development signals a shift toward

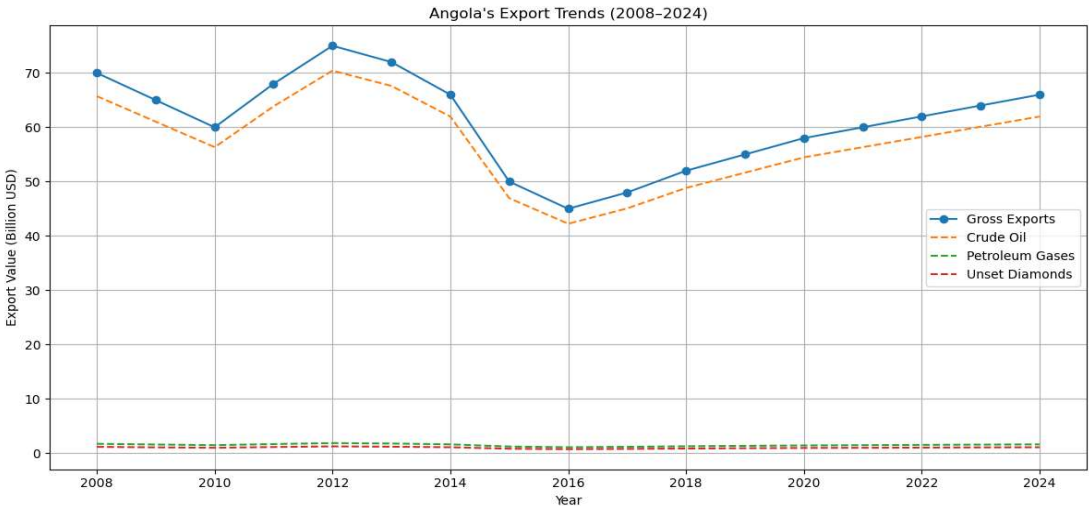
a more diversified and geographically inclusive energy alliance. Brazil’s participation may also enhance OPEC+’s legitimacy and negotiating power in global energy markets, particularly as traditional producers face internal challenges and shifting geopolitical dynamics. Moreover, Brazil’s growing role could encourage knowledge-sharing and investment in sustainable extraction technologies, aligning with broader energy transition goals. This emerging dynamic offers a partial solution to the organizational and market uncertainties triggered by Angola’s withdrawal.

The impact of Angola’s withdrawal from OPEC is multifaceted. On a global scale, Angola’s exit marks a significant shift in the geopolitical dynamics of the oil industry. OPEC, traditionally dominated by Middle Eastern nations, now faces the challenge of restructuring its alliances and strategies without one of Africa’s key players. This could lead to a reassessment of the balance of power within OPEC and the broader international oil landscape.

As one of the largest oil producers in Africa, Angola’s withdrawal from OPEC has raised global questions regarding its motivations. To better comprehend this strategic move, it is essential to analyze both internal and external factors that influenced the Angolan government’s decision. A critical internal factor behind Angola’s exit from OPEC is its worsening economic situation.

A detailed examination of Figure 2 indicates distinct phases in Angola’s export performance between 2008 and 2024. During the period from 2008 to 2014, Angola demonstrated robust export growth, with gross export values peaking between 2012 and 2014. This trend coincided with elevated global oil prices, which substantially increased revenues from crude oil—the country’s primary export commodity. In contrast, the years 2015 to 2017 marked a significant downturn, largely attributable to the global collapse in oil prices and a concurrent decline in international demand. This downturn had a pronounced adverse effect on Angola’s economy, given its heavy dependence on oil exports. Between 2018 and 2020, export levels remained relatively low and volatile, influenced by persistent global market uncertainties and domestic production constraints.

Figure 2 – Exports of Angola from 2008 to 2024 (including gross export values and the contributions of the three main export goods: crude oil, petroleum gases, and unset diamonds)



Sources: US/EIA (2024), IMF (2023) & CEIC (2025)

However, from 2021 to 2024, a gradual recovery became evident, likely driven by moderate improvements in oil prices and national efforts to stabilize production and diversify export markets. Throughout the entire period, crude oil consistently dominated Angola’s export portfolio, accounting for over 93% of total export value. Petroleum gases, while a minor component, maintained a stable contribution of approximately 2.5%, whereas unset diamonds represented a small yet valuable share, contributing around 1.7%.

While OPEC's production quotas aim to stabilize global oil markets, they disproportionately affect smaller oil producers like Angola, which have limited capacity to meet economic demands. During the OPEC+ agreement in April 2020 to implement the largest production cut in history, Angola had little influence on collective decisions dominated by larger producers such as Saudi Arabia (Reuters, 2023). This imbalance has forced Angola to reassess the benefits of its membership, as strict adherence to quotas may constrain its ability to produce the necessary levels of oil.

Consequently, these restrictions exacerbated Angola's fiscal pressures. After more than a decade of OPEC membership, Angola's economy failed to achieve the desired improvement. According to the latest Report of the Committee for Development Policy (United Nations, 2024), Angola "no longer satisfies the graduation criteria from the Least Developed Country (LDC) status, as its gross national income per capita has been in decline for several years, dropping below the graduation threshold of the income-only exception in 2024." Although OPEC alone cannot be blamed for Angola's economic downfall, it did little to support its members in times of crisis, indirectly pushing Angola's economy to an unstable situation.

By withdrawing from OPEC, Angola hopes to gain more flexibility and autonomy in determining its own oil production policy. Angola's OPEC council member, Estevão Pedro, stated that Angola plans to surpass OPEC's quota, aiming for a production increase (...) (Kennedy, 2024). By setting a more ambitious target, Angola signals its intention to regain control over its oil sector and to seek economic strategies better suited to its needs.

Nevertheless, Angola, the withdrawal has already shown positive effects. Angola's average daily oil production increased by 4% in the first three quarters of 2024 compared to 2023. The country is also witnessing a surge in both onshore and offshore oil and gas discoveries, coupled with rising exploratory activity. These developments suggest that Angola's decision to leave OPEC is beginning to pay off, allowing the country to better manage its valuable oil resources and support its economic goals (Oilprice.com, 2025).

Addressing these immediate challenges is only one part of Angola's broader vision. Leaving OPEC also signals its strong intention to promote economic diversification and reduce dependency on oil in the long term. The oil industry has two major drawbacks for a country's economic development. Firstly, it fails to provide a reliable income stream due to the instability and inevitable fluctuations of oil prices. Especially during periods of low oil prices, oil-producing countries may incur significant debt to maintain public spending (Shihab-Eldin; Fattouh; Mahadeva, 2020). For example, in 2011, Brent crude oil prices peaked at around \$126 per barrel; by early 2016, oil prices had dropped to a low of about \$30 per barrel due to oversupply (WB, 2019). In Angola's case, this meant a drastic reduction in income over merely five years.

Additionally, the oil sector's capital-intensive nature means it does not generate enough jobs for the thousands of individuals entering the labor market each year. Judging from the current employment market in Angola, the majority of its citizens are not benefiting from the oil industry. It is estimated that Angola's government revenue is predominantly derived from the oil and gas sector, accounting for 80% of total revenue, but the sector only employs 10% of the workforce. Agriculture, despite contributing just 5% to government revenue, employs 60% of the workforce (WB, 2019). This mismatch is also reflected in Angola's worsening employment situation. From the end of 2022 to the end of 2023, over 550,000 new workers entered the labor market, but only 10,000 new jobs were created. By the end of 2023, urban unemployment had surged to 42%, while youth unemployment soared to 58%, up from 39% and 53% the previous year (WB, 2023).

Finally, increasing oil production and pursuing economic diversification may seem contradictory at first glance but are, in fact, complementary. Over the past years, the Angolan government has been utilizing revenues from the oil sector to invest in other industries to achieve economic diversification and sustainable growth. Given the challenges of achieving a comprehensive economic transformation in the short term, ensuring the stability of the oil industry is a pragmatic step to safeguard fiscal health and provide the necessary resources for diversification efforts (Ohchr, 2024). This

strategic repositioning has already yielded tangible outcomes. According to Channel News Asia (2023), Angola's departure from OPEC is perceived as "opening the doors for more Chinese investment," a sentiment that aligns with China's broader geopolitical and economic interests in Africa. Within three months of its withdrawal, Angola and China—its largest importer of crude oil—formalized a comprehensive strategic partnership. This agreement encompasses investments in agriculture, manufacturing, and renewable energy, signaling a shift toward a more diversified economic model.

At the 2024 Angola-China Business Summit held in Beijing, President João Lourenço reaffirmed Angola's commitment to attracting Chinese investors, emphasizing the value of not only financial capital and technological resources but also specialized expertise aimed at enhancing production efficiency. This strategic engagement reflects Angola's broader effort to reposition itself in the global economy following its withdrawal from OPEC. The move is increasingly seen as a catalyst for economic transformation, enabling Angola to diversify its partnerships and leverage international cooperation in pursuit of long-term development objectives. Strengthened ties with China may thus play a pivotal role in supporting Angola's transition toward a more resilient and diversified economic model (Clbrief, 2023; 2024).

China, on the other hand, views Angola's departure from OPEC as an opportunity to strengthen its presence in Africa. According to the China-Lusophone Brief, "Angola Wants Greater Presence of Chinese Oil and Gas Companies" (Clbrief, 2023), which aligns with China's strategic interests in securing energy resources and expanding influence. The CNPC predicts that Angola's decision could "accelerate the development of its energy industry" (CNPC News, 2024), as they would have greater control over production levels and be less constrained by OPEC quotas, potentially benefiting Chinese companies investing in Angola's oil and gas sector.

Currently, both China and Angola see potential for cooperation in renewable energy and energy transition. Angola has set clear targets to achieve a 60% domestic electricity access rate, with 70% of that power coming from renewable sources by 2025 (African Development Bank Group, 2023). China, one of the world's largest investors in renewable energy, has increasingly participated in renewable energy projects in Africa. Therefore, joint ventures in solar and wind energy are expected to strengthen bilateral cooperation.

Simultaneously, the warming of U.S.–Angola relations may have provided important political reassurance for Angola's decision to withdraw from OPEC. Just days before the official announcement, President João Lourenço visited Washington, D.C., on November 30, 2023, where he met with President Joe Biden. During the visit, President Biden reaffirmed the United States' commitment to supporting Africa's development, signaling strong backing for Angola's future economic initiatives. At the G20 Summit in New Delhi on September 9, 2023, the U.S. and the European Union jointly unveiled plans to expand the Lobito Corridor—a strategic infrastructure project connecting Angola, Zambia, and the Democratic Republic of Congo. This initiative is expected to significantly enhance regional trade and logistics, positioning Angola as a key transit hub in Southern Africa (Export–Import Bank of the United States, 2023). Furthermore, in June 2024, the U.S. Export-Import Bank approved a \$900 million loan for a solar power plant developed by Sun Africa and submitted a \$1.6 billion proposal to Congress for microgrid and clean water projects across Angola. According to Geoffrey Pyatt, U.S. Assistant Secretary of State for Energy Resources, Angola and the United States "align on major energy issues," underscoring the strategic depth of this bilateral partnership (Export–Import Bank of the United States, 2023).

In recent years, the U.S. has been increasingly critical of OPEC's decisions. A significant concern for the U.S. is the potential collapse of the oil-dollar system, a key pillar that underpins the U.S. dollar's global dominance. The continual decline in oil production, as seen in OPEC's decisions over the past years, could erode this critical system. By distancing itself from OPEC, Angola might be positioning itself more favorably with the US, which is actively seeking reliable partners in the global energy market. However, considering the ongoing geopolitical tensions, balancing its relations with both China and the US remains crucial for Angola. While these strategic partnerships may bring immediate relief, Angola's long-

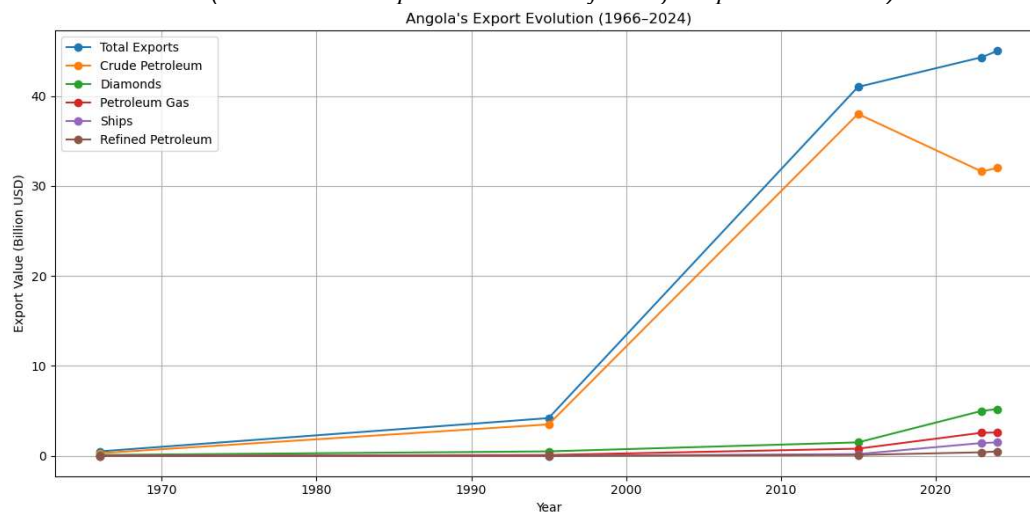
term stability still depends on achieving economic diversification. In fact, multiple considerations underpin Angola's withdrawal from OPEC. Diamantino Azevedo, Minister of Natural Resources of Angola, described this departure as "not a thoughtless, untimely decision" (Kennedy, 2024). However, whether this step will open up new opportunities for economic flexibility or introduce more challenges remains uncertain.

Angola's Path Towards Economic Diversification and The OPEC Withdrawal

As of 2024, Angola remains a highly unequal society, with oil and gas products constituting over 90% of the country's exports, and crude oil alone accounting for approximately 78% of total exports. Alarmingly, Angola's oil reserves are projected to be depleted by 2032 if current production rates persist (WB, 2019). Historically, Angola had a more diversified economic base. The country's abundant natural resources and strategic location made it a hub for various industries. In 1966, coffee was the dominant export, accounting for 47% of total exports, followed by diamonds at 20%. Other significant exports included agave fibers (5.2%), iron ore (4.1%), and fish meal (2.7%) (Kolstad *et al.*, 2014). Additionally, during the colonial era, the Portuguese administration invested in infrastructure such as roads, bridges, and schools. However, this period of economic diversity did not last. The discovery of oil in the 1960s brought about a significant shift in Angola's economic structure. Oil became the primary driver of growth, overshadowing other sectors. This focus on oil led to the neglect of other areas, resulting in a decline in agricultural productivity and industrial diversification.

The situation deteriorated further with the outbreak of the Angolan Civil War in 1975. The prolonged conflict severely undermined the country's diversified economy, devastating infrastructure, displacing millions, and disrupting economic activities. Once-thriving sectors crumbled under the weight of destruction and instability. Foreign investors fled, and the government struggled to maintain control over its resources. As the war continued, the nation faced not only economic collapse but also a setback in diversified development. Following the end of the civil war in 2002, Angola shifted its focus to increasing oil production and exports (Hammond, 2011). A comprehensive analysis of Figure 3 reveals significant shifts in Angola's export profile over the selected years, reflecting broader historical, political, and economic transformations. In 1966, Angola's export activity was relatively limited, primarily concentrated in crude petroleum and diamonds. This period, preceding independence, was characterized by a colonial economic structure with minimal industrial diversification and limited global trade integration. By 1995, despite the ongoing civil conflict, Angola experienced a notable increase in crude oil exports. This growth was largely driven by foreign investment in the oil sector and the strategic prioritization of petroleum production, even amid political instability. The post-civil war recovery phase, particularly after the conflict ended in 2002, further accelerated oil output, positioning Angola as one of Africa's leading oil exporters.

Figure 3 – Angola Exports Evolution 1966-2024
(It includes total export values and the five major export commodities)



Sources: US/EIA (2024), IMF (2023) & CEIC (2025)

The global surge in oil prices a few years earlier had already spurred rapid economic growth, and the increase in government oil revenues further accelerated the development of infrastructure and public works. By 2010, the concentration on oil had intensified, with crude petroleum accounting for 90% of exports (Ovadia, 2016). In contrast, sectors such as agriculture, manufacturing, and services gradually receded from public attention. In 2015, Angola reached a peak in total export value, largely attributable to elevated global oil prices and expanded production capacity. This period marked the height of Angola's oil-dependent economic model, with crude petroleum overwhelmingly dominating the export portfolio. Between 2023 and 2024, export levels remained robust. However, a gradual diversification trend became evident, with increased contributions from ship exports and refined petroleum products. Despite these developments, crude oil continued to account for the majority of export revenues, underscoring the persistent structural reliance on hydrocarbon resources.

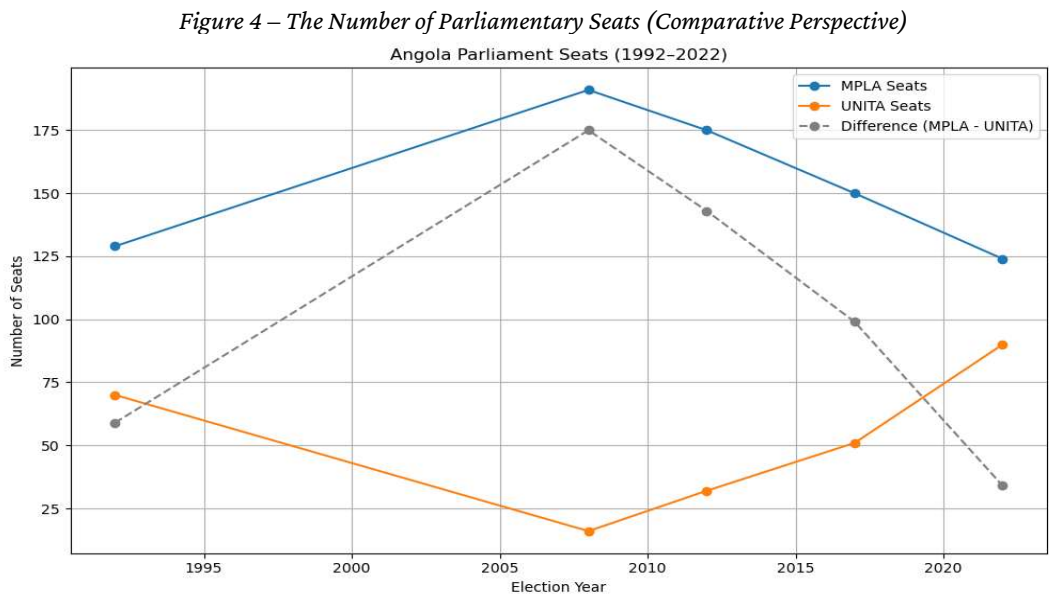
The Angolan government's recognition of the importance of economic diversification is not a recent development but an evolving process shaped by changes in the global economy and national needs. It was not until 2014, when global oil prices plummeted and fiscal revenues sharply declined, that Angola revisited the concept of "diversification." Faced with rising national debt, the Angolan government incorporated "economic diversification" into the 2013–2017 National Development Plan for the first time, signaling an urgent need to reduce dependence on oil (World Bank, 2019).

In January 2016, former President José Eduardo dos Santos emphasized in his State of the Nation Address: "At present, Angola's economy has not stagnated, but it lacks momentum (...) we have no other path to choose but to steadfastly pursue economic diversification" (Souhu, 2016). Building on this vision, the Angolan government has undertaken a series of strategic initiatives to reduce reliance on the oil sector. These initiatives include the implementation of key national plans such as the "National Food Production Development Plan," the "National Fisheries Development Plan 2023-2027," and the "National Livestock Production Development Plan." Furthermore, the National Development Plan 2023-2027 sets a clear target to decrease the contribution of the oil sector to Angola's GDP. Building on this foundation, the government launched the Long-Term Development Strategy 2025-2050 in May 2023, which outlines a vision to transform Angola into a globally integrated, economically diversified nation within 25 years (Angola, 2023).

Angola's decision to withdraw from the Organization of the Petroleum Exporting Countries in December 2023 reflects a complex interplay of political and economic factors, particularly the government's strategic shift toward economic diversification and the evolving domestic political landscape. The ruling Popular Movement for the Liberation

of Angola (MPLA) has prioritized reducing the country’s historical dependence on oil revenues, which have long dominated Angola’s economy. The National Development Plan (2023–2027) outlines a vision for economic transformation through investment in agriculture, renewable energy, non-oil mining, and logistics infrastructure, notably the Lobito Corridor—a flagship initiative aimed at positioning Angola as a regional logistics hub linking the Democratic Republic of Congo and Zambia to the Atlantic coast (WB, 2025). This diversification strategy is seen as essential for mitigating fiscal vulnerability and promoting inclusive growth, especially in light of fluctuating global oil prices (IMF, 2024). However, structural challenges persist. As noted by Jose (2008), Angola’s centralized economic governance and institutional fragility hinder the effective implementation of diversification policies. Moreover, critiques from the Review of African Political Economy highlight contradictions between MPLA’s reformist rhetoric and entrenched elite interests, which often undermine policy execution and public trust (Review of African Political Economy, 2025).

Politically, Angola’s post-civil war trajectory has been marked by MPLA dominance, but recent electoral trends suggest a shift. From 1992 to 2022, the MPLA’s parliamentary majority gradually eroded due to public dissatisfaction with economic stagnation, corruption, and youth unemployment. The opposition party UNITA, under revitalized leadership, gained significant urban support, particularly in Luanda, narrowing the seat gap to just 34 in the 2022 elections (IPU, 2024). This growing political competition has increased pressure on the MPLA to deliver tangible economic results. As depicted in Figure 4, the difference peaked in 2008 when MPLA had 175 more seats than UNITA, and the gap has narrowed significantly by 2022, with MPLA only 34 seats ahead of UNITA – that suggests a growing political discontent.



Source: IPU (2024)

In this context, Angola’s departure from OPEC can be interpreted as a strategic move to regain control over its oil production policy and to accelerate the economic diversification. The decision followed OPEC’s imposition of a 1.11 million barrels per day quota, which Angola contested, proposing instead a higher threshold of 1.18 million barrels per day. Minister of Mineral Resources, Oil and Gas, Diamantino Azevedo, emphasized that the imposed quota did not align with Angola’s national interests, stating, “We do not agree with the production quota that was imposed on us. Angola has its own interests, and we found that staying in OPEC under these conditions did not serve our national objectives” (Mirempet, 2023).

By exiting OPEC, Angola aims to attract new upstream investment and revitalize its declining oil production capacity, which has suffered from underinvestment and aging infrastructure (IMF, 2024). Simultaneously, the

government seeks to leverage oil revenues to fund diversification efforts and infrastructure development. However, success will depend on addressing governance challenges, enhancing institutional transparency, and ensuring that economic reforms benefit a broader segment of the population (WB, 2025; IMF, 2024).

The Angolan government introduced specific measures across various non-oil sectors, each aimed at unlocking their potential and driving sustainable growth (Table 1). For instance, the agricultural sector has been a focal point, with efforts to increase productivity and ensure food security. The government has emphasized agrarian reform and investment in agricultural technology, aiming to boost production and reduce food imports (African Development Bank, 2024). In the fisheries sector, the National Fisheries Development Plan 2023-2027 aims to enhance sustainable fishing practices and increase the sector's contribution to the economy. Similarly, the National Livestock Production Development Plan focuses on improving livestock farming techniques and expanding market access for livestock products.

Table 1 – Angola’s Economic Diversification Measures by Sector (2012-2024)

Sector	Year	Measures
Agriculture	2015	Introduced policies encouraging domestic and foreign agricultural investments.
	2016	Allocated \$4.56 billion for agricultural development in key provinces.
	2014	Promoted local farming by providing low-interest loans and restricting certain food imports.
	2020	Introduced irrigation projects in arid regions to increase arable land productivity.
Fisheries	2016	Encouraged foreign investment to enhance offshore fishing infrastructure.
	2017	Issued regulations to improve fishing capabilities and promote exports.
	2019	Established partnerships with foreign investors to build fish processing plants in coastal areas.
	2021	Strengthened measures for sustainable fishing practices and expanded subsidies for local fishing communities.
Livestock	2016	Supported family farming with low-interest loans and improved animal breeding programs.
	2017	Developed large-scale, modernized livestock facilities with disease control measures.
Industry	2012	Strengthened the Ministry of Industry’s role in economic diversification.
	2016	Built industrial parks, offering tax incentives to attract investment.
	2018	Introduced policies to boost local manufacturing of consumer goods.
	2021	Implemented renewable energy projects to support industrial activities.
	2024	Expanded industrial parks with integrated logistics centers for exports.
Tourism	2016	Simplified visa procedures to attract foreign tourists.
	2017	Launched a national tourism development plan, aiming to expand hospitality infrastructure.
	2019	Promoted Angola’s cultural heritage and eco-tourism through international campaigns.
	2022	Improved transport and tourism infrastructure, including roads and airports.
	2024	Collaborated with global tourism agencies to increase visitor numbers.

Source: Authors

Additionally, the Angolan government has made significant investments in infrastructure development to support its economic diversification efforts. Key projects include the construction of new roads, railways, and ports aimed at facilitating trade and improving connectivity across the country (African Leadership Magazine, 2024). These infrastructure upgrades are expected to enhance trade efficiency and promote regional integration, potentially increasing Angola’s trade volume by up to 25% over the next decade. Angola’s strategic initiatives reflect a comprehensive approach to economic transformation, addressing both immediate challenges and long-term objectives. By reducing reliance on the oil sector and investing in a range of non-oil industries, the country seeks to achieve sustainable economic growth and greater stability. Crucially, the success of these initiatives depends on the availability of adequate financial resources.

These strategic initiatives demonstrate Angola’s commitment to transforming its economy, yet challenges remain in their implementation (World Bank, 2023). While these efforts mark an important step forward, significant structural obstacles remain to be solved. As Angola continues this journey, its ability to balance immediate economic pressures with long-term development goals will ultimately determine the success of its diversification efforts.

As of 2025, there is broad consensus among scholars and development practitioners that Angola holds substantial potential for economic and export diversification. This potential is underpinned by the country's abundant natural resources, advantageous geographic position, and relative political stability. Various analytical frameworks have identified a range of promising sectors for development, including the enhancement of established industries such as agriculture, diamond mining, and fisheries. Additionally, opportunities exist in the exploration of complex minerals—such as quartz and mica—and in the advancement of light manufacturing and medium-technology exports (Kolstad *et al.*, 2014). Despite these opportunities and the government's efforts, actual outcomes have fallen short of expectations due to two primary structural bottlenecks: weak implementation and widespread corruption (Transparency International, 2023). The lack of coordination among government agencies, inefficient use of resources, and bureaucratic inefficiencies limit the government's capacity to implement meaningful reforms in non-oil industries. This situation further underscores Angola's ongoing challenges in diversifying its revenue streams. While the need for diversification is recognized, Angola continues to face fiscal deficits and relies heavily on oil as the primary economic driver to generate short-term revenues.

To achieve more comprehensive and sustainable economic diversification, Angola must improve education and training, upgrade infrastructure quality, reduce operating costs, and stabilize the monetary environment. More importantly, Angola can learn from the successful diversification strategies of other oil-producing countries such as the United Arab Emirates (UAE) and Qatar. Both countries have successfully reduced their reliance on oil through forward-looking policies, investing in sectors such as tourism, finance, logistics, and renewable energy. The next section will explore the diversification experiences of these countries to determine how Angola can apply their lessons to its own economic strategies.

Comparative Analysis: Angola and Saudi Arabia, United Arab Emirates

To navigate the complexities of economic diversification, it is invaluable to draw lessons from those who have successfully traversed similar paths. This section presents a comparative analysis of diversification strategies employed by Angola, Saudi Arabia, and the United Arab Emirates (UAE), offering insights into Angola's future economic feasibility. While each nation possesses unique characteristics, analyzing their approaches and outcomes provides a valuable framework for understanding the challenges and opportunities inherent in transitioning from oil dependency towards a more diversified economic model.

Comparing Angola, Saudi Arabia, and the United Arab Emirates (UAE) in an oil market analysis and its transitions for a diversified economy is justified due to their shared status as major oil-exporting nations with distinct economic structures and policy approaches. Angola represents a resource-dependent developing economy, while Saudi Arabia and the UAE are high-income countries with advanced oil infrastructure and diversification strategies. This comparison allows for a nuanced understanding of how different governance models, investment in downstream industries, and participation in OPEC influence oil production, export performance, and economic resilience. Analyzing these countries together provides valuable insights into global oil market dynamics and policy effectiveness across diverse contexts.

Angola, still in the nascent stages of its diversification journey, faces a steeper climb compared to its Gulf counterparts. The nation recognizes its heavy dependence on oil revenue, with oil and gas products constituting over 90% of its exports (WB, 2019). However, progress has been hindered by structural bottlenecks, including a lack of skilled labor, inadequate infrastructure, and a challenging business environment (Kolstad *et al.*, 2014). These issues have hampered initiatives such as the "Made in Angola Plan" (2012) and the Macro Stabilization Program (2018), which aim to attract foreign investment and boost domestic production in agriculture, manufacturing, and tourism (Maria, 2022). In contrast, Saudi Arabia, under the ambitious Vision 2030 plan launched in 2016, demonstrates a more proactive and comprehensive approach to diversification (Saudi Vision 2030, 2024). This multi-sector strategy targets economic diversification through

mega-projects like NEOM, a futuristic city envisioned as a global hub for innovation and sustainability (Nurunnabi, 2017). Additionally, it focuses on attracting foreign direct investment by improving the business environment and promoting entrepreneurship (الطحي, 2023). While the success of Vision 2030 remains a subject of ongoing debate, the scale and ambition of Saudi Arabia's efforts highlight the level of commitment required for successful diversification (Albassam, 2015).

The United Arab Emirates (UAE), frequently cited as a paradigmatic case of successful economic diversification, offers a compelling model for resource-dependent economies such as Angola. The UAE initiated its diversification strategy several decades ago, underpinned by substantial investments in infrastructure, tourism, trade, logistics, and financial services (Delgado, 2016). This long-term commitment has enabled the country to evolve into a global business and tourism hub, significantly reducing its dependence on oil revenues (Shadab, 2023). Central to the UAE's success is a synergistic combination of factors, including its strategic geographic location, investor-friendly regulatory frameworks, and a proactive approach to human capital development. By fostering a knowledge-based economy and attracting global talent, the UAE has cultivated an environment conducive to innovation and entrepreneurship (Seric; Tong, 2019). Furthermore, the government's ability to align national development plans with international competitiveness benchmarks has reinforced institutional effectiveness and policy coherence. For Angola, emulating such a model would require not only economic reforms but also a sustained political commitment to long-term planning, institutional strengthening, and inclusive growth. The UAE's experience underscores the transformative potential of diversification when supported by visionary leadership, strategic investment, and a clear national development agenda.

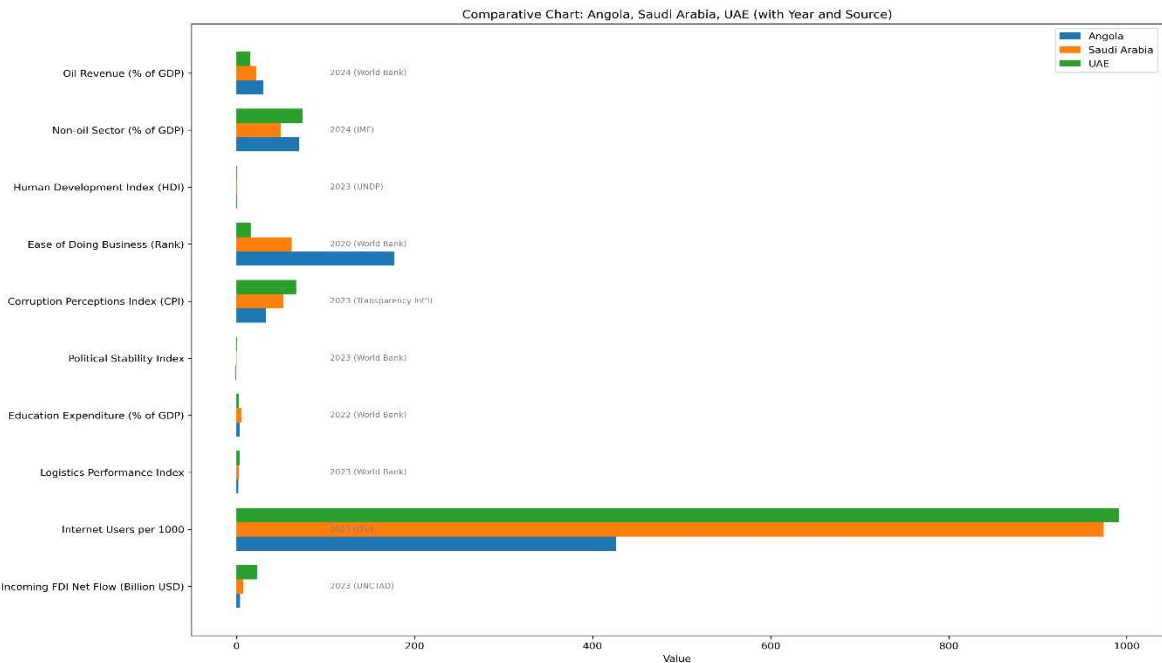
This study presents a comparative analysis of Angola, Saudi Arabia, and the United Arab Emirates (UAE) using ten key indicators: (1) oil revenue as a percentage of GDP; (2) the contribution of the non-oil sector to GDP; (3) the Human Development Index (HDI); (4) the Ease of Doing Business ranking; (5) the Corruption Perceptions Index (CPI); (6) the Political Stability Index; (7) education expenditure as a percentage of GDP; (8) the Logistics Performance Index; (9) internet usage per 1,000 people; and (10) net inflows of foreign direct investment (FDI). To facilitate interpretation and enhance analytical depth, two complementary visualizations (Figures 5 and 6) were employed, each offering a distinct yet unified perspective on the comparative data.

Figure 5 – Comparative Analysis of Key Indicators: Angola, Saudi Arabia, and UAE (Display 1)

Indicator	Year	Rationale	Angola	Saudi Arabia	UAE	Data Source
Economic Diversification						
Oil Dependence/Oil rents (% of GDP)	2021	Reflects reliance on oil revenue; lower values indicate higher diversification.	28.30%	23.70%	15.70%	World Bank
Non-Oil Sector (% of GDP)	2021	Reflects the contribution of non-oil sectors to the economy; higher is better.	71.70%	76.30%	84.30%	World Bank
Investment Environment						
FDI Net Inflows (% of GDP)	2022	Reflects the ability to attract foreign investment; higher is better.	-6.18%	0.71%	4.48%	Our World in Data
Ease of Doing Business Score	2020	Reflects the ease of doing business; a higher score is better.	41.3	71.6	80.9	World Bank Doing Business Report 2020
Human Capital						
Human Development Index (HDI)	2022	Reflects a comprehensive overview of a country's level of human development; higher is better.	59.1	87.5	93.7	UNDP's Human Development Report 2022
Education Expenditure (% GDP)	2020	Reflects investment in education; higher indicates greater emphasis.	2.70%	7.81%	4%	World Bank & countryeconomy.com
Infrastructure						
Logistics Performance Index (LPI)	2023	Reflects logistics efficiency and quality; a higher score is better.	2.1	3.4	4	World Bank Logistics Performance Index Report 2023
Internet Users per 100 People	2021	Reflects internet penetration; higher indicates greater connectivity.	33	100	100	World Bank
Politics and Governance						
Corruption Perception Index (CPI)	2023	Reflects perceived levels of corruption; higher scores indicate less corruption.	33	52	68	Transparency International
Political Stability Index	2022	Reflects political stability; a higher score indicates a more stable environment.	22.64	32.08	70.28	World Bank Worldwide Governance Indicators
Notes: Ease of Doing Business Score 2020: 0 = lowest performance to 100 = best performance Logistics Performance Index 2023: 0 = lowest performance to 5 = best performance Corruption Perception Index 2023: 0 = lowest performance to 100 = best performance Political Stability Index 2022: Percentile Rank (0-100) indicates rank of country among all countries in the world. corresponds to lowest rank and 100 corresponds to highest rank.						

Source: Authors, based on identified source

Figure 6 – Comparative Analysis of Key Indicators: Angola, Saudi Arabia, and UAE (Display 2)



Sources: Authors, based on WB (2025) & IMF (2024)

The comparative analysis of Angola, Saudi Arabia, and the United Arab Emirates (UAE) across ten key socio-economic and governance indicators reveals substantial disparities in development trajectories, institutional capacities, and strategic policy orientations. The UAE stands out as a model of economic diversification, with over 74% of its gross

domestic product (GDP) derived from non-oil sectors. This structural shift is complemented by robust performance in human development, evidenced by a Human Development Index (HDI) of 0.937, high political stability, and advanced digital infrastructure, including near-universal internet access. Saudi Arabia, while still significantly reliant on oil revenues, has demonstrated a commitment to long-term transformation through substantial investments in education (5.6% of GDP) and moderate improvements in institutional quality and human development (HDI of 0.900). Angola, by contrast, remains heavily dependent on oil, which constitutes approximately 30% of its GDP. The country exhibits limited economic diversification and lower human development outcomes (HDI of 0.616), alongside persistent challenges in governance, infrastructure, and digital inclusion. These are reflected in its low scores on the Corruption Perceptions Index, political stability metrics, and internet penetration rates.

The findings underscore the critical importance of institutional reform, strategic investment in human capital, and economic diversification as foundational pillars for sustainable development, particularly in resource-dependent economies. Such transformations require not only financial investment but also sustained political commitment, long-term planning, and policy coherence. In this context, Angola's recent decision to withdraw from the Organization of the Petroleum Exporting Countries may be interpreted as a strategic maneuver aimed at fostering (in the sense of acceleration) economic diversification. However, the effectiveness of this decision cannot be assessed in isolation. Its impact must be evaluated in conjunction with broader structural reforms and socio-economic initiatives. Withdrawal from OPEC, while potentially offering greater fiscal flexibility, does not inherently guarantee diversification or development. Therefore, Angola's trajectory will depend on its ability to implement complementary policies that address institutional weaknesses and promote inclusive growth. Only through a holistic and integrated approach can the country hope to transition toward a more resilient and diversified economic model.

Angola's Future: Navigating the Path Ahead

Analyzing the policy approaches of Angola, Saudi Arabia, and the UAE reveals key differences that contribute to varying levels of success in diversification. While Angola's diversification initiatives have been "fragmented and hampered by implementation challenges," Saudi Arabia presents a "more comprehensive, multi-sector approach driven by long-term vision and significant government investment" (Gulf International Forum, 2021). The UAE's success story highlights the importance of "early and sustained focus on diversifying into non-oil sectors, supported by strategic geographical advantages and investor-friendly policies" (Ministry of Economy - UAE, n.d.).

Drawing upon these experiences, Angola's future economic feasibility hinges on addressing key challenges and capitalizing on emerging opportunities. Emulating Saudi Arabia's Vision 2030, Angola needs a "comprehensive and long-term diversification strategy with clear targets, timelines, and consistent policy implementation that transcends electoral cycles" (Gulf International Forum, 2021). Addressing human capital deficiencies through robust education and training programs, mirroring the UAE's success in "attracting and retaining global talent," is crucial (Ministry of Economy - UAE, n.d.). Moreover, attracting foreign direct investment requires tackling Angola's challenging business environment by "streamlining regulations, reducing bureaucracy, ensuring a transparent legal framework, and enforcing contracts effectively" (African Leadership Magazine, 2024). This necessitates confronting the political instability and corruption that have historically hindered its progress.

Angola can accelerate its diversification efforts by fostering strategic partnerships with countries renowned for their success in this area, such as the UAE and Saudi Arabia, as well as global powers like China and the United States. Such collaborations would provide Angola with "invaluable knowledge, technology transfer opportunities, and access to new markets" (African Leadership Magazine, 2024). Though facing substantial challenges, Angola's potential for economic

transformation remains significant. By learning from the successes and addressing the shortcomings observed in other oil-rich nations, Angola can chart a course towards a more diversified, resilient, and prosperous future.

Conclusion

This study has explored three central research questions concerning Angola's withdrawal from the Organization of the Petroleum Exporting Countries (OPEC): the underlying motivations for the decision, its potential to catalyze economic diversification, and the challenges associated with this strategic shift. This is an important subject matter as this topic addresses a pivotal moment in Angola's economic and geopolitical trajectory as well as the political stability in the next political cycle. The decision to leave OPEC reflects broader shifts in national sovereignty over natural resources, and the urgent need for economic diversification in resource-dependent states.

Furthermore, it is essential to contextualize this analysis within Angola's broader socio-political landscape. Since the end of its civil war in 2002, Angola has enjoyed relative peace and stability. However, persistent national dissatisfaction with the pace and inclusivity of socioeconomic development has intensified calls for structural transformation and improved governance. In this line of reasoning, the findings indicate that Angola's decision to exit OPEC in late 2023 was driven by a confluence of political and economic imperatives, all of which converge on the urgent need to accelerate national diversification. Internally, the ruling party, the Popular Movement for the Liberation of Angola (MPLA), faced mounting pressure to address declining oil production, fiscal vulnerabilities, and the country's limited influence within OPEC's quota-setting mechanisms. The desire for greater sovereignty over oil production policies and the ambition to reorient the economy toward long-term sustainability were pivotal. Moreover, Angola's strategic repositioning in the global energy landscape—particularly its efforts to deepen bilateral partnerships with China and the United States—played a significant role in shaping this decision. Preliminary indicators suggest that Angola's oil production has shown signs of recovery, reflecting the initial benefits of increased policy autonomy.

In terms of economic diversification, the analysis reveals both promising opportunities and formidable challenges. Angola's departure from OPEC grants it greater flexibility to adjust production levels in response to domestic needs and international market conditions. This flexibility also enhances its capacity to negotiate new international partnerships, particularly those that align with its development priorities. However, the success of diversification efforts will depend less on oil policy and more on the implementation of comprehensive structural reforms. Comparative analysis with countries such as Saudi Arabia and the United Arab Emirates (UAE) underscores that successful diversification is a long-term endeavor requiring political consistency, substantial investment in human capital, and the creation of a conducive business environment. These cases demonstrate that diversification must be embedded in multi-sectoral national development plans and supported by tailored and long-term strategies that reflect local conditions. While international partnerships can provide critical resources and expertise, they are instrumental rather than determinative.

The challenges Angola faces in pursuing long-term economic diversification are substantial. Structural constraints—including weak institutional capacity, pervasive corruption, inadequate infrastructure, and a shortage of skilled labor—pose significant barriers. Merely increasing oil exports will not resolve these issues, particularly given the volatility of global oil prices and the need to add value through domestic refining and downstream integration. Angola also struggles to attract foreign direct investment (FDI) due to regulatory uncertainty and governance concerns. Political instability and inconsistent policy implementation further undermine investor confidence and hinder the execution of long-term development strategies. Lessons from Saudi Arabia and the UAE highlight the importance of sustained political will, strategic planning, and institutional reform in overcoming such obstacles.

Looking ahead, further research is warranted to fully understand the multifaceted implications of Angola's withdrawal from OPEC. Future studies could examine the effectiveness of specific policy interventions aimed at

stimulating growth in non-oil sectors, the geopolitical ramifications of Angola's decision for intra-African energy cooperation, and the environmental sustainability of its diversification trajectory. While Angola's exit from OPEC presents a window of opportunity, its long-term success will hinge on the government's ability to design and implement a coherent diversification strategy, foster inclusive international partnerships, and maintain a flexible, adaptive approach to economic governance.

In summary, this study identifies three principal implications of Angola's decision to withdraw from OPEC. First, the withdrawal reflects a strategic national commitment to pursuing economic diversification, despite the inherent challenges associated with such a transition. Second, it opens new avenues for Angola to deepen its engagement with international development partners and to draw lessons from the experiences of comparable economies. Third, while the departure does not significantly undermine OPEC's operational effectiveness on the global stage, it introduces a critical perspective into scholarly debates regarding the organization's credibility and internal cohesion.

References

- AFRICAN DEVELOPMENT BANK GROUP. **Angola Renewable Energy Program (AREP) - Project Completion Report**. 2023. Disponível em: https://www.afdb.org/sites/default/files/documents/projects-and-operations/angolarenewableenergyprogramarep-sefragrant-projectcompletionreport_0.pdf. Acesso em: 20 fev. 2025.
- AFRICAN DEVELOPMENT BANK. **Angola: Growth of Non-Petroleum Exports and 36,000 New Businesses**. 2024. Disponível em: <https://www.afdb.org/en/news-and-events/angola-growth-non-petroleum-exports-and-36000-new-businesses-thanks-african-development-bank-support-68458>. Acesso em: 20 fev. 2025.
- AFRICAN LEADERSHIP MAGAZINE. **Angola's Economic Diversification: Opportunities Beyond Oil**. 2024. Disponível em: <https://www.africanleadershipmagazine.co.uk/angolas-economic-diversification-opportunities-beyond-oil/>. Acesso em: 20 fev. 2025.
- AFRICA-PRESS. PRODESI Allows the Creation of More Than 71 Thousand Jobs. 2022. **Africa Press**, 31 dez. Disponível em: <https://www.africa-press.net/angola/all-news/prodesi-allows-the-creation-of-more-than-71-thousand-jobs>. Acesso em: 20 jun. 2024.
- AL JAZEERA. **Angola to Leave OPEC Over Disagreement on Oil Production Quotas**. 2023. Al Jazeera, 21 dez. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2023/12/21/angola-to-leave-opec-over-disagreement-on-oil-production-quotas>. Acesso em: 27 jun. 2024.
- ALBASSAM, B. A. Economic Diversification in Saudi Arabia: Myth or Reality? **Resources Policy**, v. 44, p. 112–117, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.resourpol.2015.02.005>. Acesso em: 20 fev. 2025.
- ANGOLA. **Decreto Presidencial n.º 181/23, de 1 de setembro de 2023**. Aprova a Estratégia de Desenvolvimento de Longo Prazo – Angola 2050. Diário da República, Luanda, 2023. Disponível em: <https://lex.ao/docs/presidente-da-republica/2023/decreto-presidencial-n-o-181-23-de-01-de-setembro/>. Acesso em: 11 jun. 2025.
- ARISE TV. Nigeria, Angola Reject Oil Quota Cut as OPEC Stalemate Looms. 2023. **AriseNews**, 29 nov. Disponível em: <https://www.arise.tv/nigeria-angola-reject-oil-quota-cut-as-opec-stalemate-looms/>. Acesso em: 27 jun. 2024.
- BANCO MUNDIAL (WB). **Angola Economic Update: Navigating Economic Headwinds**. Washington, D.C.: World Bank, 2025. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/country/angola>. Acesso em: 11 jun. 2025.
- CEIC. **Angola: Crude Oil Production**. 2023. Disponível em: <https://www.ceicdata.com/en/indicator/angola/crude-oil-production>. Acesso em: 27 jun. 2024.
- CEIC. **Angola Crude Oil: Exports, 1980–2024**. 2024. Disponível em: <https://www.ceicdata.com/en/indicator/angola/crude-oil-exports>. Acesso em: 10 jun. 2025.
- CHANG, Kevin. **Angola joins OPEC: the new global oil supply picture**. In: OPEC. Monthly Oil Market Report – January 2007. Vienna: Organization of the Petroleum Exporting Countries, 2007. Disponível em: <https://www.opec.org/assets/assetdb/momr-january-2007.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2025.
- CHANNEL NEWS ASIA. **Angola's OPEC exit opens way for more Chinese investment**. 22 dez. 2023. Disponível em: <https://www.channelnewsasia.com/business/angolas-opec-exit-opens-way-more-chinese-investment-4007566>. Acesso em: 11 jun. 2025.

CHENG, Baraka Thomas. **Shifting tides**: the impact of Angola's exit from OPEC on global oil dynamics. The Chanzo Africa, 5 jan. 2024. Disponível em: <https://thechanzo.com/2024/01/05/shifting-tides-the-impact-of-angolas-exit-from-opec-on-global-oil-dynamics/>. Acesso em: 11 jun. 2025.

CLBRIEF. **Angola Calls For More Chinese Investment as New Joint Ventures Are Formed**. 2023. Available at: <https://www.clbrief.com/angola-calls-for-more-chinese-investment-as-new-joint-ventures-are-formed/>. Accessed: 11 June 2025.

CLBRIEF. **China Looking to Fund New Projects in Angola as Agriculture and Industry Ventures Take Off**. 2024. Available at: <https://www.clbrief.com/china-looking-to-fund-new-projects-in-angola-as-agriculture-and-industry-ventures-take-off/>. Accessed: 11 June 2025.

CLBRIEF. **Angola wants greater presence of Chinese oil and gas companies**. 10 ago. 2023. Disponível em: <https://www.clbrief.com>. Acesso em: 11 jun. 2025.

CNPC NEWS. **安哥拉退出欧佩克影响几何 [What is the Impact of Angola's Withdrawal from OPEC?]**. 2024. Disponível em: <http://news.cnpc.com.cn/system/2024/01/09/030122390.shtml>. Acesso em: 27 jun. 2024.

COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS. **A Conversation with President João Lourenço of Angola**. 2019. Disponível em: <https://www.cfr.org/event/conversation-president-joao-lourenco-angola>. Acesso em: 27 jun. 2024.

CRAMER, Christopher. **Civil War is Not a Stupid Thing**: Accounting for Violence in Developing Countries. London: Hurst & Co., 2006.

DELGADO, P. A. A. D. L. The United Arab Emirates Case of Economic Success: The Federal Government Economic Policies. 2016. Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica Portuguesa. Disponível em: <https://repositorio.ucp.pt/handle/10400.14/21667>. Acesso em: 27 jun. 2024.

DICHRISTOPHER, T. **OPEC Reportedly Reaches Agreement to Cut Oil Production**. 2016. CNBC, 30 nov. Disponível em: <https://www.cnbc.com/2016/11/30/ope-reportedly-reaches-agreement-to-cut-oil-production.html>. Acesso em: 13 jun. 2024.

EXPORT-IMPORT BANK OF THE UNITED STATES. **Export-Import Bank of the United States Approves More Than \$900M for Solar Energy Project in Angola**. Washington, D.C., 2023. Available at: <https://www.exim.gov/news/export-import-bank-united-states-approves-more-900m-for-solar-energy-project-angola>. Accessed: 11 June 2025.

FORUM MACAO. **Forum for Economic and Trade Co-operation Between China and Portuguese-Speaking Countries (Macao) Report**. 2024. Disponível em: <https://www.forumchinapl.org.mo/uploads/ueditor/file/20240118/1705558225799842.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2024.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (IMF). **Angola**: 2024 Article IV Consultation – Press Release; Staff Report; and Statement by the Executive Director for Angola. Washington, D.C.: IMF, 2025. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Countries/AGO>. Acesso em: 11 jun. 2025.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (IMF). **Angola**: Staff Report for the 2023 Article IV Consultation. 2023. Disponível em: <https://www.imf.org>. Acesso em: 10 jun. 2025.

GUANGDONG DEPARTMENT OF COMMERCE. **Angola Investment Guide**. 2023. Disponível em: <https://com.gd.gov.cn/zouchuqu/files/Angola.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2024.

GULF INTERNATIONAL FORUM. **Development Policies in Saudi Arabia**: Challenges and Opportunities. 2021. Disponível em: <https://gulrif.org/developments-policies-in-saudi-arabia-challenges-and-opportunities/>. Acesso em: 20 fev. 2025.

HAMMOND, J. L. The Resource Curse and Oil Revenues in Angola and Venezuela. **Science & Society**, v. 75, n. 3, p. 348-378, 2011.

HAN, Yujie. Biden backs Africa's development as Angola exits OPEC; US, EU expand Lobito Corridor at G20. CGTN, 10 set. 2024. Disponível em: <https://www.cgtn.com/news/2024-09-10/biden-backs-africa-angola-opec-lobito-corridor.html>. Acesso em: 11 jun. 2025.

HODGES, Tony. **Angola**: Anatomy of an Oil State. 2. ed. London: James Currey; Bloomington: Indiana University Press, 2004.

INTERNATIONAL ENERGY AGENCY. **Oil 2020**: Analysis. 2020. Disponível em: https://iea.blob.core.windows.net/assets/4884bbba-d393-48b8-a9e9-6c2e002efc55/Oil_2020.pdf. Acesso em: 27 jun. 2024.

INTERNATIONAL ENERGY AGENCY. **Oil Market Report - January 2023**. 2023. Disponível em: <https://www.iea.org/reports/oil-market-report-january-2023>. Acesso em: 27 jun. 2024.

INTERNATIONAL TRADE ADMINISTRATION. **Angola - Country Commercial Guide**. 2023. Disponível em: <https://www.trade.gov/country-commercial-guides/angola-market-overview>. Acesso em: 27 jun. 2024.

INTER-PARLIAMENTARY UNION. **Angola – Assembleia Nacional**. Genebra: IPU, 2024. Disponível em: <https://www.ipu.org/parliament/AO>. Acesso em: 11 jun. 2025.

JAHSHAN, K. E. **Qatar Withdraws from OPEC: Business, Politics, or Both?** 2018. Arab Center Washington DC, 6 dez. Disponível em: <https://arabcenterdc.org/resource/qatar-withdraws-from-opec-business-politics-or-both/>. Acesso em: 2 jul. 2024.

JOSE, Joveta. **Diversificação econômica e desafios institucionais em Angola**. Luanda: Universidade Agostinho Neto, 2008.

KARL, Terry Lynn. **The Paradox of Plenty: Oil Booms and Petro-States**. Berkeley: University of California Press, 1997.

KENNEDY, Charles. **The real reason Angola withdrew from OPEC**. OilPrice.com, 4 jan. 2024. Disponível em: <https://oilprice.com/Energy/Energy-General/The-Real-Reason-Angola-Withdrew-from-OPEC.html>. Acesso em: 11 jun. 2025.

KOLSTAD, I.; PAULO, F. M.; DA ROCHA, A.; SANTOS, R.; WIIG, A. **Diversification of the Angolan Economy (CMI Insight No. 5)**. Chr. Michelsen Institute, 2014. Disponível em: <https://www.cmi.no/publications/file/4601-diversification-of-the-angolan-economy.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2025.

MARIA, M. A. U. Economic Diversification as a Tool for Economic Recovery in Angola. **Akdeniz Havzası ve Afrika Medeniyetleri Dergisi**, v. 4, n. 2, p. 38-44, 2022.

MESSIANT, Christine. **The mutation of hegemonic domination**. In: VIDAL, Nuno; CHABAL, Patrick (Ed.). *Angola: The Weight of History*. New York: Columbia University Press, 2008. p. 103-128.

MINISTRY OF ECONOMY - UAE. **Effective Government Strategies**. Disponível em: <https://www.moec.gov.ae/en/-/effective-government-strategies>. Acesso em: 20 fev. 2025.

MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF CHINA. **Focus on China-Africa Poverty Reduction Cooperation**. Forum on China-Africa Cooperation, 29 jan. 2021. Disponível em: https://www.focac.org.cn/zfgx/jmhzt/202101/t20210129_8059741.htm. Acesso em: 29 out. 2024.

MIREMPET – MINISTÉRIO DOS RECURSOS MINERAIS, PETRÓLEO E GÁS. **Angola anuncia retirada da OPEP**. Luanda: Governo de Angola, 2023. Disponível em: <https://governo.gov.ao/noticias/1246/economia/economia/angola-anuncia-retirada-da-opep>. Acesso em: 11 jun. 2025.

NURUNNABI, M. Transformation from an Oil-Based Economy to a Knowledge-Based Economy in Saudi Arabia: The Direction of Saudi Vision 2030. **Journal of the Knowledge Economy**, v. 8, n. 2, p. 536-564, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s13132-017-0479-8>. Acesso em: 20 fev. 2025.

OHCHR. **Independent Expert Encourages Angola to Build Economic Diversification Through Sustainable Development Strategies**. 2024. Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/press-releases/2024/07/independent-expert-encourages-angola-build-economic-diversification-through>. Acesso em: 26 set. 2024.

OILPRICE.COM. **Angola's Oil Sector Making A Comeback After OPEC Exit**. 2025. Disponível em: <https://oilprice.com/Energy/Oil-Prices/Angolas-Oil-S>

OILPRICE.COM. **Oil Prices Steady Before Holiday**. 2023. Disponível em: <https://oilprice.com/Latest-Energy-News/World-News/Oil-Prices-Steady-Before-Holiday.html>. Acesso em: 29 jun. 2024.

OILPRICE.COM. **The Real Reason Angola Withdrew from OPEC**. 2024. Disponível em: <https://oilprice.com/Energy/Energy-General/The-Real-Reason-Angola-Withdrew-from-OPEC.html>. Acesso em: 20 fev. 2025.

OPEC. Monthly Oil Market Report – November 2023. **Vienna**: Organization of the Petroleum Exporting Countries, 2023. Disponível em: <https://www.opec.org/assets/assetdb/momr-november-2023.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2025.

OVADIA, Jesse Salah. **The petro-developmental state in Africa: making oil work in Angola, Nigeria and the Gulf of Guinea**. London: Hurst, 2016.

REUTERS. **Angola's limited role in historic OPEC+ production cut**. Reuters, 12 dez. 2023. Disponível em: <https://www.reuters.com/business/energy/angolas-limited-role-in-historic-opec-production-cut-2023-12-12/>. Acesso em: 11 jun. 2025.

REVIEW OF AFRICAN POLITICAL ECONOMY. **Angola's Political Economy of Oil and Reform**. **JSTOR**, 2023. Disponível em: <https://www.jstor.org>. Acesso em: 11 jun. 2025.

ROSS, Michael L. **The Oil Curse: How Petroleum Wealth Shapes the Development of Nations**. Princeton: Princeton University Press, 2012.

SHIHAB-ELDIN, Adnan; FATTOUH, Bassam; MAHADEVA, Lavan. **Oil price volatility and the role of speculation**. Oxford Institute for Energy Studies, 2020. Disponível em: <https://www.oxfordenergy.org/publications/oil-price-volatility-and-the-role-of-speculation/>. Acesso em: 11 jun. 2025.

SOARES DE OLIVEIRA, Ricardo. **Oil and Politics in the Gulf of Guinea**. New York: Columbia University Press, 2007.

SOGGE, David. **Angola**: Reinventing Pasts and Futures. In: CHABAL, Patrick; VIDAL, Nuno (Ed.). *Angola: The Weight of History*. New York: Columbia University Press, 2008. p. 59–88.

SPUTNIK NEWS. **Qatarul ar putea declanșa un război al gazelor**. 18 maio 2020. Disponível em: <https://ro.sputniknews.com/20200518/amenintare-Qatarul-declansa-razboi-gazelor-30285653.html>. Acesso em: 11 jun. 2025

SOUHU. **Discurso sobre o Estado da Nação – Presidente José Eduardo dos Santos (2016)**. Disponível em: https://plataformacipra.gov.ao/public/ficheiros/arquivos/Gov_AngolaDiscurso691007231011571688980317.pdf. Acesso em: 11 jun. 2025.

SU, Wei; LIU, Fang; DUAN, Ming. **Brazil joins OPEC+ as observer to expand global energy influence**. Adda247, 21 fev. 2025. Disponível em: <https://currentaffairs.adda247.com/brazil-joins-opec-as-observer-for-global-energy-influence/>. Acesso em: 11 jun. 2025.

THE CHANZO AFRICA. **The Chanzo Morning Briefing – April 25, 2023**. Disponível em: <https://thechanzo.com/2023/04/25/the-chanzo-morning-briefing-april-25-2023/>. Acesso em: 11 jun. 2025.

UNITED NATIONS. **2024 Report of the Committee for Development Policy**. New York: United Nations, 2024. Disponível em: <https://www.un.org/ldcportal/content/2024-report-committee-development-policy>. Acesso em: 11 jun. 2025.

UNITED STATES. **Energy Information Administration (EIA)**. *Angola Exports of Crude Oil and Petroleum Products by Destination*. 2024. Disponível em: https://www.eia.gov/dnav/pet/PET_MOVE_EXPC_DC_NUS-NAO_MBBL_M.htm. Acesso em: 10 jun. 2025.

VIDAL, Nuno; SOGGE, David. **In the Name of the People**: Angola’s Prospects for a Democratic Transition. In: CHABAL, Patrick; VIDAL, Nuno (Ed.). *Angola: The Weight of History*. New York: Columbia University Press, 2008. p. 289–314.

Authors' Contributor Roles	
Lin Xinyi:	Conceptualization; Methodology; Data Curation; Resources; Investigation; Writing (Original Draft Preparation);
Francisco José B. S. Leandro:	Methodology; Validation; Data Curation; Visualization; Formal Analysis; Writing (Review & Editing).
Luo Ningfan:	Conceptualization; Methodology; Formal Analysis; Resources; Investigation;
mc35607@um.edu.mo:	Methodology; Validation; Data Curation; Visualization; Formal Analysis; Writing (Review & Editing);

Information provided by the authors according to the [Taxonomy of author contributions \(CRediT\)](#)

Fundamentos teóricos e morais da resistência armada islâmica: O pensamento de Mohamad Hussein Fadlallah

Theoretical and moral foundations of Islamic armed resistance: The thought of Mohamad Hussein Fadlallah

DOI: <https://doi.org/10.22456/2178-8839.143460>

Issam Rabih Menem
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Foz do Iguaçu, Brasil
issam_menem@hotmail.com  

Mamadou Alpha Diallo
UNILA - Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, Brasil
mamadou.diallo@unila.edu.br  

Resumo

O artigo investiga os fundamentos teóricos e morais da resistência armada islâmica no pensamento de Mohamad Hussein Fadlallah, influente clérigo xiita libanês. A pesquisa utiliza análise qualitativa, situando Fadlallah no contexto das dinâmicas políticas xiitas e no papel de líderes religiosos em conflitos modernos. Com base em sua obra “O Islã e a Lógica da Força” (1986), o estudo explora como Fadlallah legitima o uso da força dentro de um enquadramento ético e religioso, destacando a resistência como um direito defensivo contra a opressão. Sua abordagem teológica moldou não só importantes quadros do Hezbollah no Líbano, mas também do Eixo da Resistência no Oriente Médio, oferecendo uma perspectiva reformista e pragmática do Islã político. Sua ideologia legitimou o uso da força contra a opressão, mobilizando os xiitas por autossuficiência e libertação, integrando fé e política em uma visão contemporânea.

Palavras-chave: Resistência Islâmica; Mohamad Hussein Fadlallah; Hezbollah.

Abstract

The article investigates the theoretical and moral foundations of Islamic armed resistance in the thought of Mohamad Hussein Fadlallah, an influential Lebanese Shiite cleric. The research employs qualitative analysis, situating Fadlallah within the context of Shiite political dynamics and the role of religious leaders in modern conflicts. Drawing on his work “Islam and the Logic of Power” (1986) the study explores how Fadlallah legitimizes the use of force within an ethical and religious framework, highlighting resistance as a defensive right against oppression. His theological approach shaped key figures not only within Hezbollah in Lebanon but also within the Resistance Axis in the Middle East, offering a reformist and pragmatic perspective on political Islam. His ideology legitimized the use of force against oppression, mobilizing Shiites towards self-sufficiency and liberation, integrating faith and politics in a contemporary vision.

Keywords: Islamic Resistance; Mohamad Hussein Fadlallah; Hezbollah.

Recebido: 23 Outubro 2024
Aceito: 23 Junho 2025

Conflitos de interesse: Os autores não reportaram potenciais conflitos de interesse



Este é um artigo publicado em acesso aberto e distribuição sob os termos da Licença [Creative Commons de Atribuição Não-Comercial Compartilhá-Igual 4.0 Internacional \(CC BY-NC-SA 4.0\)](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/), que permite seu uso, distribuição e reprodução em qualquer meio bem como sua transformação e criações a partir dele, desde que o autor e a fonte originais sejam creditados. Ainda, o material não pode ser usado para fins comerciais, e no caso de ser transformado, ou servir de base para outras criações, estas devem ser distribuídas sob a mesma licença que o original.

Introdução

Mohamad Hussein Fadlallah, libanês nascido no sul do Iraque, um destacado *marjaa*¹ e líder religioso xiita, emergiu como uma das figuras mais influentes do século XX no mundo islâmico, particularmente no contexto libanês e da resistência islâmica. Popularmente, é atribuído à Fadlallah o posto de “guia espiritual” do Hezbollah (Azani, 2009, p. 39), sua liderança inspirou um movimento político e militante xiita como também ofereceu uma base teórica e moral robusta para a resistência armada islâmica através de suas obras, em especial em “O Islã e a Lógica da Força” (1986).

Em “O Islã e a Lógica da Força”, Fadlallah oferece uma análise detalhada sobre a legitimidade do uso da força, explorando as dimensões morais e éticas do poder dentro do Islã. A ideia da guerra e da paz ocupa um lugar primordial no fundamento ideológico, legislativo e moral do Islã, uma vez que seus laços orgânicos estão profundamente entrelaçados com os princípios fundamentais que guiam a doutrina (Fadlallah, 2005, p. 53).

O clérigo articula uma visão do uso da força que vai além do mero pragmatismo militar, inserindo-se no discurso ético e teológico islâmico. Sua interpretação ofereceu uma compreensão mais profunda das motivações e justificativas que orientaram as ações de movimentos de resistência islâmicos, em especial no Líbano, desafiando as percepções orientalistas e estigmatizadas do islamismo.

Líderes como Fadlallah exercem uma autoridade moral e espiritual que transcende a esfera religiosa. Essa intersecção de teologia e política moldou uma narrativa de resistência que continua a influenciar a dinâmica social, política e securitária do Oriente Médio e do Mundo Islâmico contemporâneo. O clérigo reformista desempenhou um papel central na concepção de uma aliança ideológica transnacional de governos, partidos políticos, movimentos sociais e grupos armados denominada de “Eixo da Resistência”. Esses atores demonstram a capacidade de operar com alta coordenação e sincronização, viabilizando um *modus operandi* de autoajuda alicerçado sobre um corredor logístico estratégico que viabiliza aos membros constituintes a cooperação mútua no campo político, social e militar, sobretudo no impulsionamento de pautas políticas, intercâmbio de inteligência militar, fornecimento de material bélico, qualificação e gestão de recursos humanos e, na integração demográfica destas comunidades (Menem, 2024).

Para mais, o estudo dessas lideranças sociais inseridas na mais alta escala de poder das sociedades islâmicas, onde desempenham um papel central nos processos de doutrinação, estruturação e rotinização, manifesta-se como fundamental para uma compreensão assertiva das crises recorrentes no Mundo Islâmico. Assim, a obra de Fadlallah proporciona uma contribuição significativa aos estudos de Relações Internacionais, especialmente no que diz respeito ao mundo islâmico xiita, à dinâmica social libanesa e aos conflitos contemporâneos no Oriente Médio. O exame das obras desse autor ilumina a inter-relação entre a ética islâmica e suas implicações nas sociedades locais, oferecendo um quadro teórico e ideológico para análise.

O objetivo deste artigo é analisar a base teórica e moral da resistência armada no Islã, com foco nas ideias de Mohamad Hussein Fadlallah. O estudo examina particularmente o uso da força no contexto islâmico, destacando as dimensões morais e éticas que fundamentam a resistência armada. Além disso, oferece uma nova perspectiva sobre o comportamento dos movimentos de resistência islâmicos e suas implicações para as dinâmicas locais e regionais, especialmente no Levante Árabe.

A análise será conduzida sob a perspectiva do Islã político, entendido em seu sentido mais amplo como um conjunto de movimentos políticos modernos, tendências ideológicas e políticas que buscam conferir ao Islã um papel de autoridade na esfera política.

A metodologia de pesquisa adotada neste artigo é de natureza qualitativa, exploratória e interpretativa que visa compreender o sentido das ideias de Fadlallah a partir de seu contexto histórico, político e teológico. O estudo

¹ Título da mais alta autoridade religiosa no xiismo islâmico (Walbridge, 2001).

fundamenta-se na análise da obra “O Islã e a Lógica da Força” (1986) de Fadlallah, situando suas interpretações religiosas e posicionamentos políticos no contexto das dinâmicas sociais, políticas e securitárias do Líbano e do mundo islâmico no final do século XX. Para mais, o artigo busca apoio em fontes secundárias catedráticas tais como Alagha (2006; 2011), Speidl (2020), Baroudi (2013), Saouli (2014) e Azani (2011) acerca da influência de Fadlallah e da recepção de suas ideias tanto no Líbano quanto em outras sociedades islâmicas xiitas.

Islã Político

Na sua forma clássica, a doutrina islâmica xiita considera a autoridade política secular nula e ilegítima na ausência do guia infalível, o esperado *Imam*² Al-Mahdi (12º *Imam*), que deriva a sua liderança do próprio profeta Mohamad³. Gradualmente, ao longo de séculos, juristas xiitas consolidaram o papel de líderes espirituais e jurídicos que fora amplamente aceito pela comunidade xiita como parte integrante da continuidade da autoridade religiosa na ausência do *Imam*.

Por volta do século XVIII, surgiu uma elite religiosa xiita conhecida como os *mujtahidun*, estudiosos capazes de praticar o “*ijtihad*”, ou seja, tomar decisões religiosas baseadas na dedução racional das fontes tradicionais do direito islâmico. Aqueles sem conhecimento especializado deviam seguir os julgamentos de um *mujtahid* em questões religiosas controversas, prática conhecida como *taqlid*. Com o tempo, formou-se uma hierarquia de *mujtahidun*, culminando na figura do *marjaa*, título honorífico para um líder religioso com autoridade completa sobre a comunidade. Um nível elevado de conhecimento de *Fiqh* e *Usul Al-Fiqh* (lei islâmica e os princípios de sua dedução, respectivamente) é o que geralmente qualifica um estudioso para ser considerada um candidato para esta posição (Walbridge, 2001, p. 5).

A *marjaiyya*, o sistema organizacional e hierárquico que regula a relação entre as lideranças religiosas, é parte de um organismo complexo que envolve orientação jurídica, gestão sociorreligiosa, administração econômica e negociação política, tanto nos seminários religiosos quanto em contextos sociais locais, regionais e internacionais. A influência de um *marjaa* é ampliada por meio do pagamento de impostos religiosos por parte de seus seguidores, e suas opiniões são frequentemente consideradas a “palavra final” em questões religiosas. É possível haver mais de um *marjaa* ao mesmo tempo, sem que isso cause divisões na religião, e os fiéis podem escolher qual *marjaa* seguir sem medo de repreensão (Walbridge, 2001, p. 4). Por outro lado, os seguidores (*muqalidin*) pressionam suas respectivas autoridades religiosas para que abordem os seus interesses que variam de acordo com seus contextos sociais locais, provinciais e nacionais (Abisaab, 2009, p. 215-217). A fim de elucidar o leitor, a tabela a seguir classifica e organiza a hierarquia das autoridades e títulos religiosos no xiismo, oferecendo uma visão estruturada das diferentes posições de liderança e influência dentro dessa tradição islâmica.

² Título usado para se referir ao chefe da nação islâmica, a *Ummah* (Zeidan, 2024).

³ *Imam* Al-Mahdi, filho de *Imam* Hassan Al-Askari, o 11º *Imam*, e neto de *Imam* Ali, o primo e genro do Profeta. Essa linhagem sanguínea é vista como sagrada e é uma das razões pelas quais a liderança do *Imam* Mahdi é considerada uma extensão direta da liderança do Profeta (Al-Tabatabaí, 2008).

Tabela 1 – Hierarquia das Autoridades Religiosas no Xiismo

Nível	Autoridade/Título	Descrição
1	Marjaa	A mais alta autoridade religiosa no xiismo.
2	Grande Aiatolá	Título conferido aos mais proeminentes Aiatolás xiitas que ostentam grande influência social, conhecimento religioso e são frequentemente seguidos por outros estudiosos.
3	Aiatolá	Estudioso islâmico xiita que alcançou um alto nível de aprendizado e autoridade, mas não necessariamente o mais alto.
4	Mujtahed	Estudioso religioso com capacidade de usar métodos racionais para inferência jurídica.
5	Alim	Erudito e estudioso islâmico em geral. Responsável pela educação religiosa, interpretação da sharia e orientação das comunidades.
6	Sheikh	Líder religioso e estudioso com diversas funções e níveis de autoridade.
7	Muqalid	Seguidor que reproduz as orientações e decisões de seu marjaa ou mujtahid em questões religiosas e de jurisprudência.

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir de Abisaab (2009), Walbridge (2001).

Conforme é possível observar, cada nível hierárquico tem funções e responsabilidades distintas, sugerindo uma especialização dentro da estrutura religiosa. Para mais, isso reflete a complexidade e a sofisticação da ordenação xiita, onde diferentes níveis de autoridade têm papéis complementares e interdependentes.

Por volta da década de 1960, durante seu exílio, *Aiatolá* Ruhollah Khomeini sugere uma revisão da teoria clássica xiita, que incumbe ao Imam a liderança política, no sentido pleno, e propõe uma doutrina pela qual os partidários de Ali podem legitimar e participar no governo com ênfase no uso de inferência jurídica racional para expandir as decisões do clérigo sobre os aspectos materiais e espirituais da vida do crente. De acordo com o líder revolucionário, um jurista com qualificações especiais pode se tornar o representante legítimo do esperado *Imam* e estabelecer um governo em seu nome até o seu reaparecimento. Esta teoria revisionista, intitulada de “*Wilayat Al-Faqih*” (o mandato do jurista), conferiu ao jurista não só autoridade carismática, mas também legitimidade política. Essa proposta surgiu como uma alternativa para o que Abisaab denominou de uma “crise de constelações amorfas” de *mujtahidun* competindo pelo cargo de *marjaa* (Abisaab, 2009, p. 216-217).

Entre a Teologia e o Ativismo Político Xiita no Líbano

Embora tenha nascido (1934) em terras iraquianas (Najaf), a família Fadlallah tem suas origens na aldeia *amili*⁴ de Aynata (Líbano). A atual família Fadlallah é descendente direta de Fadlallah al-Hasani que suprimiu o “Al-Hasani” há cerca de 150 anos atrás, como estratégia de limitar a visibilidade de sobrenomes historicamente associados a famílias e indivíduos que seguem o islamismo xiita durante os expurgos otomanos (Shanahan, 2013, p. 312). Os pais do clérigo emigraram de Jabal Amil (Sul do Líbano) para o Iraque em 1928, seis anos antes de seu nascimento, para dar prosseguimento aos estudos de teologia.

Como um agente social, Fadlallah é um produto de um ambiente cultural xiita-islâmico do Oriente Médio. A origem sócio-política de Mohamad Hussein Fadlallah pode ser atribuída ao fenômeno do renascimento islâmico-xiita nos séculos XX e XXI que fora despertado com o colapso do Império Otomano e o surgimento de estados, onde os xiitas formaram comunidades significativas, como é o caso do “Grande Líbano” (Saouli, 2014, p. 99).

Ao desembarcar no Líbano em 1966, Fadlallah se manteve discreto em Jabal Amil, produzindo obras literárias islâmicas e comentários sobre a vida xiita no Líbano. A convite da Associação da Família Fraterna (*Jamiyyat Usrat Al-*

⁴ Originário de Jabal Amil.

Ta' akhi), entidade sociocultural estabelecida sob a supervisão de seu pai, Fadlallah transfere sua residência para o distrito de Naba'a (Beirute) e assume o posto de *Imam* da associação (1966-1975). Além de uma mesquita, a associação administrava uma escola, uma *Husseinya*, um centro de saúde e de trabalho para mulheres, além de um seminário tradicional islâmico de ensino superior (*Hawza*) (NIR, 2011, p. 8). Essa conjunção permitiu que Fadlallah talhasse uma nova geração de jovens e clérigos ativistas alicerçados sobre uma identidade xiita reformista e politicamente engajada.

Durante seu período de estudos nos seminários de Najaf, Fadlallah cultivou uma amizade com o distinto Grande *Aiatolá* Mohamad Baqir al-Sadr⁵ e colaborou no estabelecimento do partido iraquiano Da'wa Islâmico, um dos principais atores políticos xiitas do Iraque desde sua instituição em 1957. A hegemonia ideológica do secularismo comunista e nacionalista árabe no Iraque, que geralmente compreendia os movimentos islâmicos como “forças reacionárias”, impulsionou o ativismo de Fadlallah que buscou reformular o pensamento islâmico xiita para oferecer uma alternativa às ideologias modernas e aos desafios da conjuntura vigente; posicionamento considerado “rebelde” que irritou lideranças locais amplamente “apolíticas” (Saouli, 2014, p. 100-101).

Com base na mobilização iraquiana, Fadlallah liderou o estabelecimento do “Partido Islâmico Da'wa no Líbano” em conjunto com clérigos que também estudaram em Najaf (Iraque) e compartilhavam a visão de Mohamad Baqr al-Sadr de um Islã ressurgente. Rodger Shanahan (2013) sublinha a magnitude deste fenômeno, uma vez que vários dos fundadores do Hezbollah eram membros do *Hizb Al-Da'wah* (Partido Islâmico Da'wa) no Líbano (p. 317).

Fadlallah se depara com um cenário de grandes transformações dentro da comunidade xiita libanesa e decide se estabelecer nos subúrbios da capital libanesa em 1966. O clérigo percebeu aquele agitado período de transformações como uma janela de oportunidade para disseminar seus ensinamentos que mesclavam a religião com ativismo político e social. No distrito oriental de Naba'a, o clérigo fundou o Instituto jurídico islâmico (1966) com o objetivo de suscitar valores islâmicos entre os jovens xiitas, em especial, e fortalecer sua “identidade islâmica”. Sua abordagem política do Islã era pertinente para aqueles jovens recém-urbanizados, frustrados com sua condição socioeconômica e que lutavam para consolidar sua identidade religiosa comunitária dentro do cenário político libanês. É fato que as atividades sociais, políticas e religiosas do proeminente clérigo influenciaram na educação política de toda uma geração de jovens que constituíram o Hezbollah posteriormente.

Ao completar uma década de atividades (1976) em Nab'aa, milícias maronitas invadiram o distrito, formaram um cerco armado e expulsaram violentamente as lideranças sociais e religiosas islâmicas que ali residiam. O evento em Naba'a representa um microcosmo do que estava acontecendo em todo o Líbano durante o início da Guerra Civil, ilustrando como a violência sectária se tornou uma força motriz no conflito. A partir deste episódio, o posicionamento de Fadlallah se acentua contra o “*establishment* político maronita”, que ocupa desproporcionalmente o aparelho estatal libanês desde a criação do Grande Líbano em 1920, e seus históricos patrocinadores ocidentais, em especial, franceses e norte-americanos. Depois de fugir para o subúrbio sul da capital, o clérigo funda em 1978 a Sociedade Benevolente de Caridade, uma densa rede de instituições educacionais, de saúde e de serviços sociais que se estendiam para além dos subúrbios de Beirute. A revolução iraniana de 1979, e os acontecimentos que a ela levaram, revitalizaram a instituição (Baroudi, 2013, p. 108).

Líderes religiosos locais ofereceram alternativas atraentes às ideologias seculares ou mesmo ateístas, em especial, à juventude xiita que buscava respostas para os dilemas sociais através de ensinamentos religiosos, o que retroalimentava o prestígio dos eruditos (Walbridge, 2001, p. 7). No Líbano, a crise do Estado moderno, a posição ambígua dos xiitas na nação, a deterioração das regiões rurais, o conflito com Israel e a Guerra Civil (1975-1990) fortaleceram o xiismo político e seus líderes. Os xiitas comuns passaram a buscar novas interpretações para a liderança espiritual e temporal na sociedade

⁵ Considerado um dos mais proeminentes líderes políticos xiitas da história por inspirar e mobilizar milhões de seguidores e moldar os princípios e a conduta de inúmeros líderes religiosos. O principal produto de sua mobilização foi a constituição do Partido do Al-Da'wa Al-Islamiya (o Partido do Chamado Islâmico) no ano de 1958 (Armajani, 2020).

moderna. No entanto, as propostas para uma estrutura hierárquica da *marjaiyya* e sua sistematização sob o *Waliye Al-faqih* (tutela do jurista) do Irã não conseguiram obter apoio majoritário no Líbano (Abisaab, 2009, p. 215).

Diversas instituições religiosas e políticas xiitas endossaram a *marjaiyya* de Khamenei na década de 1990, dentre elas: Hezbollah, Associação de clérigos do Beqaa, Associação de Clérigos de Jabal Amil, Centro *Al-Imam* Al-Khomeini (Beirute), *Hawzat* (Seminário) *Ayatullah* Al-Hakim Al-Ilmiyya, *Hawzat* (Seminário) *Al-Imam* Al-Muntazar de Baalbak e, o proeminente líder Hassan Nasrallah, ex-secretário-geral do Hezbollah. No entanto, muitos xiitas libaneses, incluindo afiliados ao Hezbollah, buscaram orientação de *Sayed* Mohamad Hussein Fadlallah, apesar de suas divergências com o governo iraniano. Além disso, constituiu-se um terceiro grupo significativo que se voltou ao *Ayatullah* Ali al-Sistani.

No início da década de 1990, quando a polêmica da *marjaiyya* se desenrolava na sociedade xiita, Fadlallah expressou a sua consternação com os muçulmanos locais (libaneses) que realizam rituais islâmicos e seguem os “costumes” sem internalizar os ensinamentos do Islã, ou seja, o clérigo criticou a prática de rituais apenas como uma formalidade, sem uma verdadeira conexão espiritual ou entendimento dos princípios xiitas. Denunciou a hegemonia cristã maronita sobre o sistema político libanês, mas apoiou os direitos humanos e a liberdade dos cristãos. Ele argumentou que o sistema parlamentar sectário do Líbano não garante o respeito ou a aceitação do “outro” sectário. As práticas reformistas modernistas sob o Islã, acrescentou, sim:

Os cristãos no Líbano têm um “complexo” ou medo da realidade islâmica que os leva a buscar o controle da presidência da república e outros cargos-chave e coisas desse tipo. Assim, a questão maronita no Líbano assume uma grande dimensão nos níveis político, de segurança e cultural. O Líbano não foi criado para ser um lar nacional para seus cidadãos, mas um laboratório para experimentos políticos internacionais na região. O Líbano é um posto de escuta para monitorar todas as tendências políticas que existem pelo menos no mundo árabe, talvez até no mundo islâmico. É essa função, mais do que as aspirações à democracia, que explica a liberdade política de que gozam todos os partidos e bandeiras representadas no Líbano: A liberdade facilita tanto a observação quanto a interferência, sendo que a experiência às vezes exige o aquecimento de um conflito entre grupos ou tendências para ver como tais assuntos podem ser gerenciados ou resolvidos. Portanto, a meu ver, o sistema confessional do Líbano fez do país uma união de províncias confessionais em vez de uma pátria nacional e um símbolo de unidade de todos os cidadãos libaneses (Fadlallah; Soueid, 1995, p. 68, tradução nossa).

A combativa *marjaiyya* de Fadlallah encontrou ressonância não apenas entre a juventude xiita com recursos modestos, mas também entre os intelectuais religiosos de classe média. Criticou o Acordo Ta'if⁶ promulgado em 1989, que visava restaurar o Estado libanês e reconstruir o país após a Guerra Civil. Denunciou também a aprovação de Yasser Arafat de um Estado palestino “independente” sob condições humilhantes e a assinatura de um tratado de paz com Israel (Abisaab, 2009, p. 217).

Fadlallah compreendia que os desafios de sua comunidade emanavam tanto de fontes nacionais quanto internacionais relacionados ao processo de formação do Estado Libanês e da criação e composição das forças/grupos políticos conforme o tabuleiro geopolítico colonial, que consiste em dividir para conquistar e dominar. No ambiente doméstico, as fontes estão relacionadas à disparidade socioeconômica, da negação de direitos individuais e de grupos por parte de um governo corrupto e da perseguição ao islamismo por parte dos porta-vozes do governo e de movimentos seculares. No âmbito internacional, as fontes decorrem principalmente da ordem internacional unipolar de primazia dos Estados Unidos da América e da ocupação contínua da Palestina (Baroudi, 2013, p. 124).

⁶ O Acordo de Ta'if (1989) delimita o fim oficial da guerra civil libanesa. O Acordo foi uma ampla revisão do “Acordo Nacional” de 1943, que tratava especialmente da divisão de assentos parlamentares de acordo com critérios confessionais e geográficos (United Nations, 2024).

Contribuições teóricas

Conforme a tensão social libanesa se deteriorava, Fadlallah sentia a necessidade de uma ideologia política que viabilizasse uma radicalização e que fosse responsiva à crescente violência. É neste contexto que o clérigo formula suas ideias sobre a legitimidade do uso da força por meio da ação política. Para atingir este objetivo, era preciso criar um consenso intra-xiita, atraindo indivíduos do mais amplo espectro social, político e intelectual possível.

Na perspectiva de Fadlallah, a *jihad* no Islã é um movimento defensivo e dissuasor: “Quando Deus nos falou sobre a guerra, ele disse que deveríamos lutar em nome dos fracos, lutar até que não haja mais perseguição, lute pelos desamparados, lute contra aqueles que lutam contra você”. Não é por amor ao combate e à matança que o Islã considera esta hipótese, esta alternativa deve ser empregada quando não há mais nenhuma outra além desta. Em algumas declarações públicas, Fadlallah retrata sua lógica da força em diferentes cenários hipotéticos, como, por exemplo: “às vezes é necessário sacrificar alguma parte de seu corpo, para salvar a vida” (Fadlallah, 2005, p. 46, tradução nossa) ou “comparamos a violência à cirurgia: só se recorre a ela como último recurso (Fadlallah; Soueid, 1995, p. 63-64, tradução nossa).

Concebida a partir de uma combinação de tradição e ação, Fadlallah formula uma “ideologia flexível” para as necessidades daquele período, ou seja, um cenário de extrema tensão social interseccional, que demandava ações rápidas de curto prazo ao sustentar que a violência só é legítima quando em defesa do oprimido e, como última alternativa. Assim, a violência só se justifica se houver violação ativa de direitos fundamentais, e mesmo assim, limitada aos alvos beligerantes, com respeito à justiça, proporcionalidade e sem atingir inocentes. Seu discurso traça claramente um marco entre violência defensiva legítima e opressão injustificada, e define amigo/inimigo segundo ações, não identidade. Em suma, podemos afirmar que a teoria do clérigo embasa e justifica o uso da força diante do agressor e ajudou sua comunidade a definir quem são os “amigos” e os “inimigos” (agressores), permitindo assim a formação de alianças baseadas em “valores comuns”. Nesta lógica, Fadlallah lembra que a *jihad* é apenas um princípio defensivo e não se combate o descrente pacífico. Ou seja, amigo pode ser definido como qualquer indivíduo (muçulmano ou não), pacífico, não agressor e que permite a justiça e a coexistência, enquanto o inimigo é aquele que efetivamente “desfere agressão, militar, política ou moral gerando injustiça e opressão” (Fadlallah, 1986, p. 202, tradução nossa).

Fadlallah concebeu o xiismo como uma teoria de libertação e reconheceu a necessidade de uma urgente auto-organização e mobilização da comunidade. Fadlallah, de forma pragmática, considerou a necessidade de uma ideologia abrangente capaz de ser transformada em poder tangível. O clérigo repensa o conceito de força dentro do Islã e afirma que a injustiça deve ser combatida com o uso da força. É notável tanto nos discursos⁷ quanto na produção intelectual do clérigo um tom muito mais próximo do pan-islamismo⁸ que do pan-arabismo⁹.

Fadlallah compreendia a importância do empoderamento de sua comunidade religiosa desde sua experiência passada ao enfrentar a perseguição dos xiitas no Iraque. Speidl (2020, p. 46) pontua que Fadlallah sempre evitou utilizar referências à luta de classes e optou em invocar a solidariedade entre os crentes, depreciando a questão do conflito de classes. O acolhimento de sua abordagem islâmica foi tamanho que permitiu ao clérigo mobilizar simpatizantes por toda a *Ummah*, cruzando as fronteiras artificiais Libanesas.

No esforço de correlacionar as referências islâmicas com os desafios contemporâneos, Fadlallah enfatizou a segurança e a proteção que indivíduos não-muçulmanos obtiveram para praticar sua fé na Carta de Medina (*Sahifat al-Madina*) redigida em 622 pelo próprio profeta Mohamad. A Carta de Medina, também conhecida por “Constituição de

⁷ Ver Olivier Carré (1987).

⁸ Movimento sociopolítico embasado na solidariedade entre os povos muçulmanos, independentemente de suas nacionalidades, com o objetivo de criar uma única unidade política (Esposito, 1998).

⁹ Ideologia sociopolítica que emergiu no contexto do nacionalismo árabe e busca a unificação dos povos árabes em um único estado ou federação de estados (Tibi, 1997).

Medina”, é um importante documento da historiografia islâmica responsável por constituir a base de um Estado Islâmico multi-religioso em Medina que objetivava dar fim a uma série de hostilidades e conflitos intertribais locais. Para Fadlallah, a justiça no Islã está intimamente ligada à liberdade: “Você nunca será capaz de apreciar a liberdade se não enfrentar a escravidão” (Alagha, 2011, p. 35-100).

Joseph Alagha (2006) percebe a atuação direta de Mohamad Hussein Fadlallah tanto em fenômenos da esfera militar quanto da política. Por exemplo, no campo militar, o clérigo sancionou as operações de martírio como atos de “*jihad* defensivos e de autossacrifício”, por outro lado, no campo político, o clérigo esteve na articulação da decisão do Hezbollah em se integrar ao sistema parlamentar libanês após o acordo de Ta’if (Carta Nacional de Reconciliação) em 1989. No entanto, ao longo do tempo surgiram importantes discordâncias religiosas e políticas entre o clérigo e as lideranças do movimento. Enquanto o Hezbollah se aproximou do ativismo militante iraniano, a perspectiva de resistência de Fadlallah era considerada mais ampla e buscava uma reforma abrangente de uma percepção meramente religiosa. A declarada posição de *infatih* “mente aberta”, distintamente libanesa, nascida para a excepcional diversidade religiosa do país, desafiou e alienou membros dos escalões superiores do Hezbollah.

Ao mesmo tempo em que o movimento se aproximou e alinhou sua lealdade política e religiosa aos revolucionários iranianos, Fadlallah perde um espaço substancial no processo decisório do movimento. Na perspectiva de Farah Kawtharani (2019, p. 49), as divergências do clérigo com o movimento de resistência e o Irã foram de natureza estratégica, relacionadas ao interesse do Irã de restringir sua autoridade religiosa local.

Jamal Sankari (2005) lembra que em visita ao Irã em 1985, o clérigo se opôs ao projeto de estabelecer de forma imediata um Estado Islâmico no Líbano e defendeu um projeto gradual e discreto de islamização da sociedade libanesa. O posicionamento do Clérigo, pode parecer muitas vezes recheado de contradições, entretanto, conforme realçado anteriormente, seu posicionamento era alicerçado no pragmatismo, era maleável e se adaptava à conjuntura (Sankari, 2005; Speidl, 2020, p. 45-46; Alagha, 2006, p. 36).

Na visão de Fadlallah, a base do despertar político dos xiitas tem raízes na compreensão do Islã como uma revolução contra a opressão e a injustiça. Para o clérigo, a fraqueza individual não pode ser uma justificativa para aceitar injustiças: Fadlallah foca no indivíduo como um indutor da mudança, observando que ideias e sentimentos podem ser transformados em uma aplicação prática. Na concepção do clérigo, a busca do Islã pelo poder tem dois objetivos centrais: para que a *Ummah* (Nação islâmica) atinja sua autossuficiência e o controle de seus próprios recursos; e segundo, para dissuadir potenciais guerras. Ele compreendia sua mobilização clerical como uma forma de *jihad* tanto no intelecto quanto prática. Este comportamento mais “realista” de Fadlallah respalda um possível uso da violência em casos compreendidos como autodefesa ou como meio de conter ações de um inimigo (este inimigo pode ser tanto um regime injusto/opressor ou uma potência colonial) (Saouli, 2014, p. 99).

Neste mesmo sentido, Mohamad Fadlallah afirma que as operações militares são conduzidas sob a bandeira da *jihad*, pois “se é legítimo proteger a vida, a terra e o destino de alguém, então todos os meios de autodefesa tornam-se legítimos”. O valor moral de uma ação depende dos seus fins. As circunstâncias são essenciais porque, dependendo das condições, a mesma ação pode ter diferentes consequências, como, por exemplo, a estratégia de tomada de reféns estrangeiros no Líbano:

Quando consideramos a questão da tomada de reféns no Líbano, do sequestro de estrangeiros, não devemos considerar essas ações como abstrações, devemos considerar também a natureza das pressões que americanos e europeus estavam exercendo sobre os libaneses na época. Não pretendo afirmar que a tomada de reféns ou outras ações... sejam boas ou más em sentido absoluto, mas que as forças da arrogância mundial procuram virar nossos valores contra nós quando isso serve a seus interesses. Não podemos aceitar silenciosamente este léxico político que tenta transformar nossos movimentos de libertação em movimentos terroristas (Fadlallah; Soueid, 1995, p. 63-64, tradução nossa).

Fadlallah ressalta a contradição e a incoerência da política de potências ocidentais e de seus aliados na forma como classificam movimentos sociais ou grupos armados sob a égide de seus interesses geopolíticos. Enquanto o Ocidente reprime e denuncia as atividades do Hezbollah e do Hamas, os rebeldes afegãos foram exaltados por sua bravura diante dos soviéticos:

Eles consideram todo movimento contrário à política ocidental e sionista como terrorista; considerando que, se esse mesmo movimento estivesse operando em um local que atendesse aos interesses da Arrogância Internacional, eles o considerariam um exemplo de “luta pela liberdade”, como foi o caso dos *mujahidin* no Afeganistão (Fadlallah; Soueid, 1995, p. 63-64, tradução nossa).

O Islã, como um sistema de crenças e práticas, defende a justiça e a proteção dos oprimidos e vulneráveis. A ideia central é que a força no contexto islâmico é empregada como um meio de defender aqueles que estão sendo injustamente perseguidos e atacados e a resistência contra a colonização e outros tipos de opressão. Assim, a força jamais deve ser utilizada intencionalmente com interesses limitados, individualistas e maléficos, mas sim para combater a injustiça e a tirania. Fadlallah encoraja que todos os povos oprimidos ao redor do mundo reconheçam e absorvam essa perspectiva.

Em seus sermões, o clérigo reforçou as implicações psicológicas e racionais-políticas deste tipo de sacrifício pessoal. O elemento psicológico está atrelado principalmente à busca de uma suposta “felicidade espiritual”. Na concepção de um beligerante islâmico, a busca pela morte se transforma em uma obstinação instigada por fatores internos. O clérigo explica que a morte passa a ser apenas um meio para que se atinja o martírio, é por isso que quando o crente atinge o autossacrifício, este “vive a felicidade espiritual” (Fadlallah, 1995, Alagha, 2011, p. 101).

Ética e Poder no Pensamento de Fadlallah

Fadlallah compreendeu que o uso da força e aspirações ao poder devem ser exercidos de forma ética e justificados com base em princípios islâmicos. O clérigo definiu regras morais que harmonizam o ativismo com o autocontrole para que se promova um “conflito justo” sem que exista um culto egoísta do poder. O poder será legítimo desde que sirva aos objetivos divinamente revelados ao Islã. O clérigo aponta dois tipos de objetivos, aqueles que passam a existir como poder negativo e aqueles que representam o poder positivo.

O “poder negativo” purifica a alma internamente, por outro lado, o “poder positivo” projeta a ação externamente. Ou seja, o poder negativo é a *jihad* espiritual enquanto o positivo é a *jihad* física. No entanto, a presença de poder negativo não implica necessariamente a presença de poder positivo. O poder negativo é compreendido como uma energia sublime, do bem, que protege os indivíduos controlando-os de ações agressivas e violentas:

É a força espiritual que gera o sentido de valor na alma humana e desvincula a vida dos sentimentos de medo, tristeza, ansiedade, perda e frouxidão, e a preenche com sentimentos de confiança, alegria e determinação para lhe dar confiança, firmeza e clareza (de visão) no planejamento e postura. É pela força espiritual que o Homem possui poder para enfrentar seus inimigos. A falta disso causaria uma sensação de fraqueza, incerteza que leva à destruição interna, enche a alma de terror e esmaga todos os preparativos para a resistência (Fadlallah, 1986, p. 73, tradução nossa).

O “poder negativo” tem quatro aspectos, em primeiro lugar, quando as pessoas acreditam em Deus, elas reconhecem um poder superior e se tornam menos hostis. Em segundo lugar, na tradição islâmica, as pessoas devem evitar se exibir e ser arrogantes. Em terceiro lugar, as pessoas devem resistir ao desejo de prejudicar os outros para compensar suas próprias inseguranças. Finalmente, o Alcorão se opõe à tirania, que leva à exploração e à divisão. Fadlallah acredita que o “poder negativo” é bom porque ajuda os indivíduos a permanecerem dentro de limites razoáveis de poder, o que abre caminho para o poder “positivo”.

Se o “poder negativo” é compreendido como passivo, o “poder positivo” é ativo e está em movimento para a implementação da justiça e do Islã. Fadlallah divide o “poder positivo” em cinco elementos pelas quais os muçulmanos precisam e tem legitimidade para recorrer à força:

1. *Himaya* – A proteção religião contra a perseguição de seus inimigos;
2. *Intisar* – O apoio aos grupos oprimidos, explorados e desamparados contra seus opressores;
3. *Id'af* – O enfraquecimento do poder dos descrentes;
4. *Difa'* – A defesa de todos os tipos de agressões contra pessoas, terras e lugares sagrados.
5. *Amal* ‘*Ala Bina*’ *Al-Hayat* – O esforço para construir uma vida baseada na fé em Deus e proporcionar aos seus seguidores o sentimento de confiança (Speidl, 2020, p. 138).

Por conseguinte, o erudito compreende que a *jihad* é e será uma resposta natural frente a qualquer situação que coloque sua comunidade em risco, mais além, em circunstâncias bem definidas impostas de fora, é contra os princípios religiosos permanecer passivo e recorrer às armas torna-se uma prova de verdadeira espiritualidade (Speidl, 2020, p. 137).

A mensagem islâmica não é apenas uma ideia abstrata ou uma ação desconectada da realidade. Pelo contrário, ela representa o verdadeiro sentido da vida, englobando todas as suas necessidades e condições para que possa se expandir e continuar. Se uma pessoa se afasta dessa mensagem, acaba também perdendo o sentido de sua vida. É com esse entendimento que podemos compreender o conceito de “moralidade da força” no Islã. Esta não é somente a posição do Islã frente a questão da guerra e da paz, mas é a posição de toda doutrina que dirige os assuntos da vida e das pessoas dentro do marco de valores nos quais prega e dos princípios nos quais se baseia.

Considerações finais

Mohamad Hussein Fadlallah desempenhou um papel central na formulação de uma base teórica e moral para a resistência islâmica, especialmente no contexto libanês e no Hezbollah. Sua influência extrapola a esfera religiosa, moldando a política regional ao colaborar com a estruturação do “Eixo da Resistência”.

Em sua obra “O Islã e a Lógica da Força” (1986), defendeu que o uso da força no Islã deve ser guiado por princípios éticos e morais, transcendendo o mero pragmatismo militar. Recorrer à força torna-se uma expressão de verdadeira espiritualidade e justiça, articulando uma “moralidade da força” que conecta a fé com as necessidades da vida e a defesa da dignidade humana.

A relação entre o “agente social” (Fadlallah) e a “estrutura” (ambiente xiita) é dialética: Fadlallah foi moldado pelas condições históricas, culturais e religiosas de seu tempo, mas também desempenhou um papel fundamental na formação e dinamização do ambiente xiita no Líbano, ampliando sua relevância política e social.

Sua ideologia política pragmática legitimou o uso da força como resposta à violência e opressão, mobilizando a comunidade xiita em prol de uma autossuficiência e libertação frente às injustiças. Essa visão não se limitou ao âmbito nacional, mas estendeu-se internacionalmente, enraizada em uma tradição islâmica que busca harmonizar a fé com as exigências do mundo contemporâneo, enfatizando o equilíbrio entre princípios espirituais e ação política. Ao explorar os limites éticos da resistência, Fadlallah sintetiza que a força real não está na destruição ou na passividade, mas na sabedoria de harmonizá-los: “A força não é nem a suavidade em tempo de paz, que preserva a alma, nem a violência durante a guerra, que ceifa a vida, e sim um grande objetivo que contempla uma vida digna no presente e no futuro” (Fadlallah, 2005, p. 53). Essa reflexão expressa a gênese de sua doutrina, que persegue o equilíbrio entre ações contundentes e momentos de conciliação.

Esse estudo buscou contribuir para o debate sobre os fundamentos teóricos e morais da resistência armada islâmica no pensamento de Mohamad Hussein Fadlallah, que é, no contexto atual, essencial para a análise da política internacional e dos movimentos sociais contemporâneos do Oriente Médio. Ainda, estas lideranças ostentam uma

legitimidade social que desafia muitas vezes visões eurocêtricas ao questionar narrativas dominantes sobre a modernidade, secularismo e religião. Por fim, o estudo convida a explorar o papel de outras lideranças sociais islâmicas contemporâneas como os proeminentes Sayed Ali Hussein Sistani (Iraque) e Sayed Ali Hussein Khamenei que ostentam uma legitimidade carismática reconhecida como fonte última de poder moral e político.

Referências

- ABISAAB, Rula Jurdi. Lebanese Shi'ites and The Marja'iyya: Polemic in the Late Twentieth Century. **British Journal of Middle Eastern Studies**. London, v. 36, n. 2, p. 215-239, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13530190903007269>. Acesso em: 20 jun. 2025.
- AL-ISLAM. **Sayyid Ali Hussaini Sistani**. Ahlul Bayt Digital Islamic Library Project, 2024. Disponível em: <https://www.al-islam.org/person/ayatullah-sayyid-ali-hussaini-sistani>. Acesso em: 7 set. 2024.
- AL-TABATABAÍ, Assayed Mohammad Hussein. **O Xiismo no Islam**. São Paulo: Centro Islâmico do Brasil, 2008.
- ALAGHA, Joseph. **The shifts in Hizbullah's ideology**: religious ideology, political ideology, and political program. The Netherlands: Amsterdam University Press, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.5117/9789053569108>. Acesso em: 7 ago. 2024.
- ALAGHA, Joseph. **Hizbullah's documents**: from the 1985 open letter to the 2009 manifesto. The Netherlands: Amsterdam University Press, 2011.
- ARMAJANI, Jon. **Shia Islam and Politics**: Iran, Iraq, and Lebanon. Lanham: Lexington Books, 2020.
- AZANI, Eitan. **Hezbollah**: the story of the party of God: from revolution to institutionalization. New York: Springer, 2011.
- BAROUDI, Sami Emile. Islamist Perspectives on International Relations: The Discourse of Sayyid Muhammad Hussein Fadlallah (1935–2010). **Middle Eastern Studies**. Oxford, v. 49, n. 1, p. 107-133, 2013. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/23470905>. Acesso em: 14 jul. 2024.
- CARRÉ, Olivier. Quelques mots-clefs de Muhammad Husayn Fadlallâh. **Revue française de science politique**. Paris, v. 37, n. 4, p. 478-501, 1987. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/43118710>. Acesso em: 20 jun. 2025.
- ESPOSITO, John L. **The straight path**. New York, NY: Oxford UP, 1998.
- FADLALLAH, Mohammad Hussein. **O Islã e a Lógica da Força**. Beirut: Dar al-Islam, 1986.
- FADLALLAH, Shaykh Muhammad Hussayn; SOUEID, Mahmoud. Islamic Unity and Political Change: Interview with Shaykh Muhammad Hussayn Fadlallah. **Journal of Palestine Studies**. Abingdon, v. 25, n.1, p. 61-75, 1995. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/2538105>. Acesso em 20 jun. 2025.
- FADLALLAH, Sheikh Muhammad Husayn. **Islam and the Logic of Power**. Bandung: Mizan, 1995.
- FADLULLAH, Ayatullah Al-Odhma Assayed Mohammad Hussein. **O aspecto moral da força do Islam**. São Paulo: Edições Arresala, 2005.
- KAWTHARANI, Farah W. **Political Thought in Contemporary Shi'a Islam**: Muhammad Mahdi Shams al-Din. London: Springer Nature, 2019.
- MENEM, Issam. Entrevista com Issam Rabih Menem sobre o conflito entre Israel e Hezbollah no sul do Líbano e suas implicações regionais. [Entrevista concedida a] Felipe Oliveira, Mateus Xavier e Pedro Henrique Atiense Alves, **Revista Perspectiva**. Porto Alegre, v. 16 n. 31, p. 75-80, 2023. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/RevistaPerspectiva/article/view/141343/92519>. Acesso em: 7 ago. 2024.
- NIR, Omri. **Nabih Berri and Lebanese Politics**. New York: Palgrave Macmillan, 2011.
- SANKARI, Jamal. **Fadlallah**: The Making of Radical Shi'ite Leader. London: Saqi Books, 2005.
- SAOULI, Adham. Intellectuals and political power in social movements: The parallel paths of Fadlallah and Hizbullah. **British Journal of Middle Eastern Studies**, United Kingdom, v. 41, n. 1, p. 97-116, 2014.
- SHANAHAN, Rodger. From Tyre to Tehran: Transnational Links Amongst Lebanese Shi'a Clerical Families. **Journal of Shi'a Islamic Studies**, Australia, v. 6, n. 3, p. 307-322, 2013. Disponível em: https://www.lowyinstitute.org/sites/default/files/shanahan_from_tyre_to_tehran.pdf. Acesso em: 16 jul. 2024.
- SPEIDL, Bianka. **Islam as Power**: Shi'i Revivalism in the Oeuvre of Muhammad Husayn Fadlallah. New York: Routledge, 2020.
- TIBI, Bassam. **Arab nationalism**: between Islam and the nation-state. London: Springer, 1997.
- UNITED NATIONS. The Taif Agreement. 2024. Disponível em: https://www.un.int/lebanon/sites/www.un.int/files/Lebanon/the_tauf_agreement_english_version_.pdf. Acesso em: 17 set. 2024.

WALBRIDGE, Linda. **The most learned of the Shia**: The Institution of the Marja Taqlid. Oxford: Oxford University Press, 2001.

ZEIDAN, Adam. “Imam”. **Encyclopedia Britannica**, 2024. Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/imam>. Acesso em: 16 jun. 2024.

Funções de colaboração exercidas	
Issam Rabiḥ Menem:	Conceituação; Metodologia; Curadoria de dados; Análise formal; Investigação; Escrita (primeira redação);
Mamadou Alpha Diallo:	Validação; Supervisão; Escrita (revisão e edição);

Informações fornecidas pelos autores de acordo com a [Taxonomia de Funções de Colaborador \(CRediT\)](#)

Guyana en Petrocaribe: auge y caída de la cooperación energética con Venezuela

Guyana in Petrocaribe: Rise and fall of energy cooperation with Venezuela

DOI: <https://doi.org/10.22456/2178-8839.143336>

Ricardo Salvador De Toma-García
Instituto Meira Mattos (IMM), Rio de Janeiro, Brasil
de_toma7@hotmail.com  

Resumen

Este trabajo analiza transiciones en los convenios de cooperación entre Venezuela y Guyana en el marco de la controversia del Esequibo. Entre 2000 y 2015 ambos países experimentaron su mayor nivel de aproximación en las relaciones diplomáticas, tras la suscripción de mecanismos de asistencia energética y complementariedad económica bajo un relativo proceso de interdependencia. La investigación fue de carácter documental y hemerográfica, siguiendo una metodología cualitativa que analizó hechos y datos oficiales sobre el volumen de comercio entre Caracas y Georgetown, discutiendo sus orígenes, expansión, esquemas de compensación bajo Petrocaribe y el declive ocasionado por consecuencias geoeconómicas derivadas de las concesiones otorgadas por Guyana sobre áreas marinas no delimitadas con Venezuela, desencadenando eventos que permitieron la securitización del caso Esequibo. Lo anterior incidió en la suspensión de los referidos convenios, redefiniendo el rumbo de la controversia ante los resultados de negociaciones *quid pro quo* pactadas entre Guyana y las corporaciones, dando paso a la proyección de un nuevo polo de producción petrolera *offshore* a partir del descubrimiento de gigantescos yacimientos en el bloque Stabroek. En los resultados se identificó un cambio de paradigmas en la controversia del Esequibo y en el mecanismo elegido para su solución definitiva.

Palavras-chave: Guyana; Venezuela; Esequibo; Petrocaribe; Cooperación.

Abstract

This paper examines the evolution of intergovernmental cooperation frameworks between Venezuela and Guyana against the backdrop of the Essequibo dispute. Between 2000 and 2015, both States achieved their highest level of diplomatic rapprochement through energy-assistance arrangements and economic-complementarity schemes under a regime of conditional interdependence. Employing a qualitative, documentary, and hemerographic methodology, the study analyzes official data on trade volumes between Caracas and Georgetown, supported by Petrocaribe, tracing the origins, expansion, and compensation mechanisms of these accords, as well as their subsequent erosion. This decline ensued from the geoeconomic implications of Guyana's offshore petroleum concessions in maritime areas adjacent to the Essequibo—territory not yet delimited with Venezuela—thereby triggering a securitization of the dispute. The suspension of these cooperation agreements reoriented the controversy, in light of *quid pro quo* negotiations between Guyana and international oil corporations, and inaugurated a new offshore production pole following the discovery of vast reserves in the Stabroek Block. The findings identify a paradigm shift both in the legal-diplomatic management of the Essequibo dispute and in the choice of dispute-resolution mechanisms.

Keywords: Guyana; Venezuela; Essequibo region; Petrocaribe; Cooperation.

Recibido: 17 Octubre 2024
Aceptado: 23 Junio 2025

Conflictos de intereses: El autor no informó posibles conflictos de interés



Este es un artículo publicado en acceso abierto y distribución bajo los términos de la [Creative Commons License for Non-Commercial Attribution Share-Alike 4.0 International \(CC BY-NC-SA 4.0\)](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/), que permite su uso, distribución y reproducción en cualquier medio como, así como su transformación y creaciones a partir de ella, siempre que se acredite el autor y la fuente originales. Además, el material no se puede utilizar con fines comerciales, y si se transforma o se utiliza como base para otras creaciones, estas deben distribuirse bajo la misma licencia que el original.

Introducción

La proyección de Guyana como epicentro de operaciones *offshore* en la Cuenca del Caribe fue el resultado de la articulación de objetivos geoeconómicos entre instituciones y corporaciones que identificaron reservas de crudo capaces de alterar la agenda energética y geopolítica de la región. Esa articulación se desarrolló entre 2000 y 2020, registrando el declive de la producción de crudo de Venezuela; su desarrollo en Guyana; y la no renovación del mecanismo de los Buenos Oficios en la controversia limítrofe-fronteriza del Esequibo.

En atención a esas situaciones, este artículo examina, en orden cronológico, hechos que redefinieron las relaciones de cooperación entre Venezuela y Guyana, analizando sus impactos en la controversia. El período delimitado abarcó el auge y caída de las iniciativas venezolanas de integración, explicando cómo el desarrollo de concesiones autorizadas desde Georgetown sobre áreas marinas no delimitadas incidió en el cese de los convenios promovidos por Caracas.

El artículo presenta las transiciones entre el Acuerdo de San José (ASJ), el Acuerdo de Cooperación Energética de Caracas (ACEC) y Petrocaribe, con foco en este último, examinando sus esquemas de compensación, condonación de deuda y cese tras la proyección de Guyana como exportador de crudo. Lo anterior permitió identificar cambios en las relaciones de influencia e interdependencia entre ambos países.

El problema central consiste en entender de qué manera las alianzas comerciales entre Guyana y las corporaciones alteraron la lógica de cooperación con Venezuela, dinamizando la búsqueda de una solución definitiva a la controversia, diferente a los Buenos Oficios.

El objetivo general consiste en analizar las transiciones entre el auge y el declive de la cooperación energética y comercial entre ambos países, en el marco de la controversia limítrofe-fronteriza, evaluando el impacto que las concesiones *offshore* en las relaciones bilaterales mediante la revisión de los acuerdos y proyectos.

Entre los objetivos específicos, destacan: la discusión de los acuerdos de cooperación Guyana-Venezuela, analizando su expansión, esquemas de compensación, líneas de crédito y razones políticas para la condonación de deuda; Examinar el impacto del bloque *Stabroek*, autorizado por Guyana en áreas marinas no delimitadas sobre el caso Esequibo; Evaluar las consecuencias geoeconómicas y geopolíticas del declive de PDVSA y de las sanciones estadounidenses a Venezuela.

Este artículo fue el producto resultante de una investigación documental y hemerográfica, cuya metodología, de cuño cualitativo, consistió en la organización temática y clasificación cronológica de fuentes oficiales, a saber, documentos publicados por Guyana y Venezuela: acuerdos, contratos, decretos, informes, normativas y leyes. Siendo considerados algunos comunicados y declaraciones emitidas por los respectivos gobiernos. De igual modo, fueron examinados anuarios e informes de las corporaciones concesionarias.

A partir de los datos extraídos, se realizó un análisis documental y de coyuntura, ante un estudio de caso que permitió contextualizar la evolución del ASJ, ACEC y Petrocaribe, discutiendo las consecuencias de la distribución unilateral de concesiones sobre áreas marinas adyacentes al Esequibo. También, fue discutido el impacto de la nacionalización de activos de las corporaciones por parte de Venezuela, las contramedidas, el colapso de PDVSA y el declive de acuerdos durante la búsqueda de soluciones definitivas a la controversia.

La estructura del artículo enfatizó el registro de actos y consecuencias. Siendo posible examinar alteraciones en la interdependencia compleja tratada por Robert Keohane y Joseph Nye (1988), que en este caso fueron comprendidas bajo el lente de las relaciones asimétricas de influencia/dependencia entre Caracas y Georgetown, en el marco de una controversia territorial, donde Caracas, en su condición de actor menos dependiente de Georgetown y más influyente en el sistema internacional, utilizaba el petróleo como fuente de poder en sus negociaciones para recibir el apoyo político de

la Comunidad del Caribe. La ruptura de esa interdependencia ocasionaría incidentes y tensiones que escalaron hasta ser denunciados como amenazas para la paz y la estabilidad regional.

Así, la construcción y reproducción de discursos por parte de Guyana, orientados a denunciar amenazas para *securitizar* negociaciones complejas, a los fines de persuadir audiencias sobre los riesgos a la integridad territorial, buscando legitimar medidas extraordinarias (Waever, 2007) de diversa índole; actos de gobierno, leyes, negociación de contratos bajo sigilo o apelos a la intervención de terceros países u organismos internacionales en la cuestión del Esequibo. Conviene advertir que, durante el estudio de este proceso, no fue identificada la “dessecuritización” del caso.

Los resultados del artículo indican que la mutua apología a los derechos de soberanía prevaleció en detrimento de la cooperación. La vigencia y complejidad del caso permitió la progresiva negociación de convenios *quid pro quo* entre Guyana y las corporaciones, bajo situaciones que alterarían, de forma irreversible, el rumbo de la controversia.

Síntesis de la controversia del Esequibo: Etapas y transiciones

Las causas que originaron la controversia nunca se limitaron al control soberano de los 159.500 km² de territorios. Factores como su ubicación, importancia estratégica para la navegación fluvial y la valorización de sus recursos motivaron la usurpación británica. Desde 1844 hasta 2024, el caso ha acumulado más de 180 años, registrando cambios en los medios de poder aplicados por potencias y actores involucrados.

La controversia se originó bajo una pretensión geopolítica centrada en el control británico de las bocas del Orinoco y de las reservas auríferas de la región. Esa pretensión incentivó pulsos de fuerzas entre guardias venezolanos y colonos dedicados a la extracción de oro, auspiciados por el gobernador de la Guayana Británica, en menoscabo de las fronteras preestablecidas entre la Gran Colombia (Venezuela) y el Reino Unido (Almecija, 1987; Nuñez, 2015).

En una primera etapa (1835-1899), la cartografía y la topografía fueron herramientas clave para recabar información y publicar mapas destinados a redefinir campos de actuación. Robert H. Schomburgk cumplió un papel importante en esa misión. Tales medios fueron sucedidos por la evangelización de indígenas, el envío de agentes para la extracción de oro, el contrabando y la expansión de asentamientos (Almecija, 1987; Farage, 1991; Menck, 2009). Todo ello condujo a la relativización de derechos mediante la colusión jurídica pactada entre las potencias que participaron en el Tratado de Washington de 1897, que originó al Laudo Arbitral de París de 1899 (Venezuela, 1981).

Después de emitido el Laudo (que estableció la frontera entre Venezuela y la Guayana Británica), y luego de transcurridas la Primera y la Segunda Guerra Mundial, Caracas denunciaría vicios de nulidad en el Laudo, dando inicio a una segunda etapa (1900-1990) marcada por la independencia de la Guayana británica (1966), el reconocimiento parcial de Venezuela a Guyana y el inicio de los Buenos Oficios (1990-2017).

Durante gran parte de esa etapa, los líderes guyaneses condenaron el colonialismo y promovieron ideales de no alineamiento desde CARICOM y el Grupo de los 77 (Garavini, 1988). En contraste, Venezuela atravesaba un periodo de fortalecimiento por el auge de su producción petrolera (Puente, 2016). Bajo ese contexto, diplomáticos guyaneses señalaban al país como un Estado expansionista, tendiente a avanzar en la reclamación (Odeen, 1998). Precedentes como el decreto n° 1.152 de 1968 sobre el Mar del Esequibo, la toma de la isla de *Anacoco* y la Revuelta del Rupununi contribuyeron con esa percepción (De Toma, 2025).

La tercera etapa (1991-2025) está caracterizada por la confluencia de pretensiones geoeconómicas en el mar del Esequibo y la remisión del caso a la Corte Internacional de Justicia (CIJ) en 2018, tras el descubrimiento de petróleo (2015). En esta etapa, las elites de Georgetown recaudaron fondos de ExxonMobil y Hess para costear la demanda en la CIJ, también posibilitaron una alianza comercial entre corporaciones chinas y estadounidenses en el bloque *Stabroek*, una de las concesiones autorizadas por Guyana en el mar del Esequibo.

El éxito de esa estrategia se debió a la internacionalización de la controversia y la captación de Inversiones Directas Externas (IDE) para el desarrollo de proyectos en el Esequibo. Estas prácticas se remontan a los primeros años de la independencia de Guyana, cuando sus líderes delinearon una Política Exterior centrada en la reducción de asimetrías geopolíticas con Venezuela. En efecto, para Forbes Burnham y Cheddi Jagan, esa cuestión suponía una amenaza para la Seguridad Nacional.

En consecuencia, la Política Exterior de Guyana se enfocó en el progresivo apelo a países y organismos capaces de influir en la controversia, describiendo las acciones reivindicativas de Venezuela con amenazas. Así, Guyana avanzó en sus prácticas de securitización. Para Waeber (2007), la securitización describe procesos en que un asunto complejo es tratado como una amenaza, trascendiendo de un hecho social, generalmente político, a una amenaza existencial que amerita la toma de medidas extraordinarias.

Antes de 1990, Georgetown no generó el interés para impulsar estos procesos. Dado que prevalecía una ínfima valorización comercial hacia los recursos localizados en esos territorios y mayor prudencia ante la reivindicación venezolana. Esas y otras razones, neutralizaron la disposición del Esequibo para la concentración de capitales o el desarrollo de proyectos. Paradójicamente, Venezuela sería uno de los pocos Estados dispuestos a invertir.

La estrategia más viable para la consecución de los intereses guyaneses fue la articulación de procesos de territorialización geoeconómicos liderados por las corporaciones. Para la expansión de esos procesos, la definición del caso en la CIJ, así como la eventual Delimitación Marítima Internacional, resulta indispensable. Ante ese diagnóstico, es necesario discutir y analizar acontecimientos inherentes al auge y caída de la cooperación entre Guyana y Venezuela en el marco de la controversia.

Aproximación política y cooperación entre Venezuela-Guyana

En el año 2000, Venezuela impulsó el Acuerdo de Cooperación Energética de Caracas (ACEC) dirigido a países centroamericanos y caribeños no signatarios del Acuerdo de San José (ASJ) de 1980.¹ Ambos consistían en la venta de crudo en condiciones preferenciales. Aunque desde 1986 Guyana era beneficiaria de un acuerdo similar al ASJ, sus autoridades solicitaron la inclusión en el ACEC y presionaron al CARICOM a rechazar la iniciativa mientras Caracas no aclarara rumores sobre la exclusión guyanesa por motivos políticos discriminatorios (Guyana Chronicle, 2000; Stabroek News, 2000).

La preocupación surgió tras la difusión de un artículo que analizaba posibles contramedidas ante las concesiones otorgadas por Guyana a Century y Exxon (1998-1999), en áreas no delimitadas con Venezuela. También influyó el anuncio de una concesión a *Beal Aerospace Technologies* para una base de lanzamiento de cohetes en el año 2000 (Guyana 1998a, 1998b, 1999a, 1999b, 1999c).

A pesar de las tensiones, en 2001 Guyana adhirió el ACEC, accediendo a la compra de combustibles con una línea de crédito de hasta 15 años, bajo una tasa de interés del 2%. Este mecanismo alivió la presión en sus reservas internacionales, afectadas, entre otras cosas, por la importación de crudo a Trinidad-Tobago. En febrero de 2004, el presidente venezolano Hugo Chávez anunció en su primera visita a Georgetown, que la controversia sería excluida del marco de las relaciones bilaterales:

El gobierno venezolano no va a oponerse a ningún proyecto en esa región (Esequibo) que vaya en beneficio de sus habitantes, unos proyectos de agua, vías de comunicación, energía, proyectos agrícolas; y segundo, que ante cualquier proyecto más sensible inmediatamente nos activamos ambos para revisarlos en la Comisión Binacional de Alto Nivel y buscarle viabilidad, la estrategia puede ser el tema del Esequibo, colocarlo fuera del marco de las relaciones económicas, políticas, sociales y tratar este

¹ El Acuerdo de San José fue impulsado entre México y Venezuela, pero en razón de la exclusión deliberada de Cuba por motivos políticos, Caracas optó por sustentar, de manera unilateral el ACEC, que garantizó el suministro de hasta 80.000 barriles diarios de petróleo a Centroamérica y el Caribe.

tema con un perfil distinto. Hugo Chávez, 19 de febrero de 2004 (Venezuela, 2004 *apud* Briceño, 2016, p. 173).

La visita fue clave para la inclusión de Guyana en Petrocaribe y la condonación de una deuda de 12.5 millones de dólares sobre un préstamo de 15 millones contraído en 1974 (Venezuela, 2005). La medida antecedió el lanzamiento de la Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América - Tratado de Comercio de los Pueblos (ALBA-TCP) en diciembre de 2004. La condonación fue formalizada en 2008 (Guyana, 2008). A diferencia de otros países del CARICOM como Dominica, Antigua y Barbuda, San Vicente y las Granadinas, Santa Lucía, San Cristóbal y Nieves, o Granada, Guyana nunca se integró al ALBA.

En 2005 Guyana ingresó a Petrocaribe, obteniendo condiciones más favorables que en el ACEC, como plazos de pago acordes al precio del barril en los mercados (Guyana, 2007) y posibilitando que Georgetown negociase hasta 5.200 barriles diarios de crudo, lo que equivalía a la mitad de su demanda (Guyana Chronicle, 2007).

Chávez celebró la adhesión de Guyana a Petrocaribe con proclamas que referían la doctrina del Libertador Simón Bolívar y el socialismo del siglo XXI. Ante la oportunidad, el embajador de Guyana en Caracas, Odeen Ishmael, declaró:

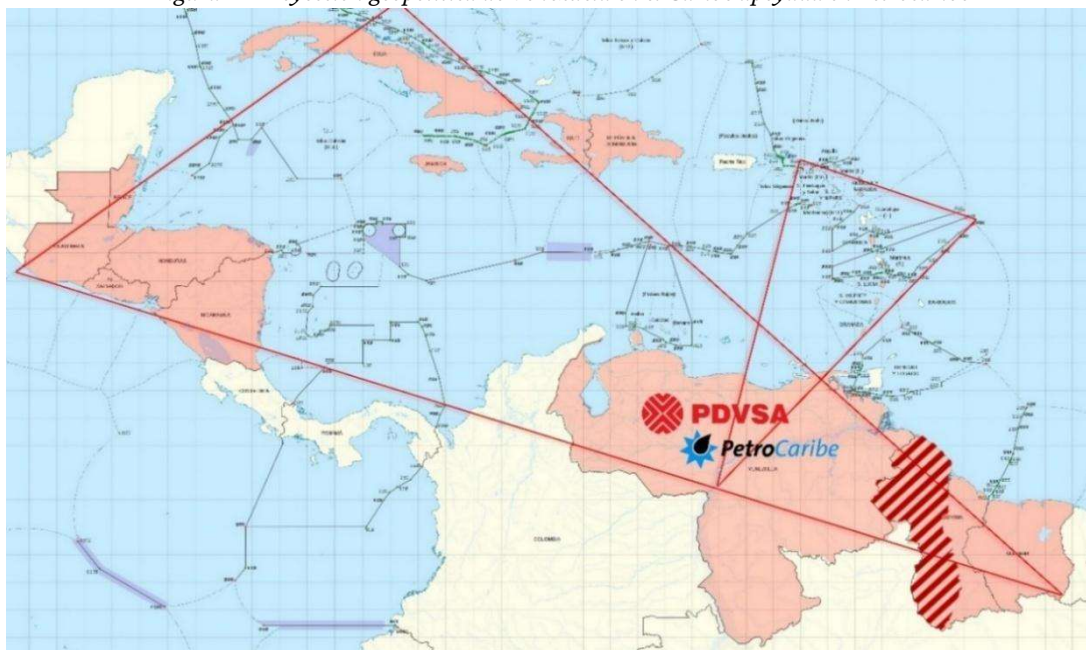
(...) Chávez se proclama como antiimperialista y solo el antiimperialismo puede resolver el problema al abandonar el reclamo del Esequibo [...] Chávez le ha prestado gran asistencia a Guyana. En 2003 y 2004, recibimos ayuda en distintas áreas [...] En este momento somos signatarios de Petrocaribe y apenas la semana pasada se concretó el acuerdo para recibir 5.200 barriles diarios de petróleo desde Venezuela. Todas estas ayudas nos demuestran que existe hermandad, y la confraternidad entre dos países socialistas implica abandonar el contencioso fronterizo. Los hermanos están llamados a vivir en paz. Por eso creemos que Chávez podría dar un paso adelante para obtener una solución rápida y abandonar el reclamo sobre el Esequibo [...] Creemos que los dos países pueden seguir conversando para llegar a algún tipo de concesión o acuerdo por el control del área marítima de la costa del Esequibo, dado que esos límites no han sido definidos (Diario El Nacional, 4 feb. 2007, p. A10).

Seis meses después de esas declaraciones, el canciller de Guyana, Rudolph Insanally, expresó: “Chávez tiene la voluntad de hacer un esfuerzo para resolver el contencioso porque Guyana es un país hermano. Nuestra actitud forma parte de un acercamiento porque compartimos el mismo espíritu y los mismos ideales” agregando, “Chávez es un líder al que le tenemos un gran respeto y afecto. Hemos apoyado a Venezuela en todos los foros (...) No tenemos vergüenza de nuestra asociación con Cuba o Venezuela y creemos que los dirigentes venezolanos se dan cuenta de eso” (Diario El Nacional, 12 ago. 2007, p. A10).

En febrero de 2007, Chávez afirmó que la reactivación del reclamo en 1962 fue promovida por el presidente estadounidense John F. Kennedy para presionar al gobierno venezolano de Rómulo Betancourt frente al avance del marxismo en la Guayana Británica liderada por Jagan durante la Guerra fría (Garavini, 2014).

Según la “*Memoria y Cuento*” del gobierno venezolano (2013), Petrocaribe llegó a suministrar hasta 400.000 barriles diarios de petróleo, generando ingresos por 609 millones de dólares en compensación (Venezuela, 2014b). Para Oliveros (2019), la deuda acumulada por todos los países beneficiarios rondaba los 25.000 millones de dólares.

Oliveros (2019) y Donis (2020) coinciden en que ALBA y Petrocaribe sirvieron a una agenda que le otorgó a Caracas poder de veto frente a Washington en la Organización de Estados Americanos (OEA), gracias al respaldo de Antigua-Barbuda, Bahamas, Belice, Cuba, Dominica, Granada, Guatemala, Guyana, Haití, Honduras, Jamaica, Nicaragua, República Dominicana, San Cristóbal-Nieves, San Vicente y las Granadinas, Santa Lucía y Surinam.

Figura 1 – Proyección geopolítica de Venezuela en el Caribe apoyada en Petrocaribe

Fuente: Elaboración propia.

Durante esos años, el flujo de divisas por la venta de crudo a Estados Unidos y el suministro de crudo a países del CARICOM fortaleció la influencia de Caracas, de modo que, en ningún momento, la reivindicación del Esequibo sería tratada como una amenaza para Guyana ni para el resto de CARICOM. El respaldo diplomático también le permitió a Chávez bloquear resoluciones sobre violaciones a los derechos humanos presentadas en la OEA, al contar con el apoyo de al menos 17 países del Caribe en la Asamblea General.

Petróleo venezolano a cambio de arroz guyanés

Petrocaribe permitió a sus socios postergar el pago de la deuda hasta por 25 años si el precio del barril superaba los 40 dólares (al momento del lanzamiento no superaba los 60). También contempló hasta 50% de financiamiento cuando el barril superase los 100 dólares. Ese financiamiento se mantendría bajo una tasa de interés no mayor al 1%, con un período de gracia entre 1 y 2 años (SELA, 2013).

A partir de 2009, Guyana negoció una opción que permitía pagar parte del combustible vendido por Petróleos de Venezuela Sociedad Anónima (PDVSA, 2009) con arroz. En ese primer año, compensó 18 millones de dólares. En marzo de 2010 Guyana propuso un aumento en el precio de la tonelada métrica de arroz blanco en 700 d lares², con un incremento del 25% respecto al contrato de 2009 que la había valorado en 560 dólares.

En agosto de 2010, Venezuela se convirtió en el principal importador de arroz guyanés tras adquirir 50.000 toneladas de arroz *paddy* y 20.000 de arroz blanco por 38 millones de dólares. En ese año, Guyana vendió la tonelada de arroz a 224 dólares a la Unión Europea. En 2011, un tercer contrato elevó el precio de la tonelada de arroz blanco a 800 dólares y el *paddy* a 480, incrementando a 30.000 toneladas la compra de arroz blanco.

En 2012, la deuda de Guyana super  los 360 millones de dólares, convirtiendo a Venezuela en su segundo mayor acreedor después del Banco Interamericano de Desarrollo. Para finales de 2013, Guyana había vendido 267.000 toneladas de arroz blanco y 445.000 de arroz *paddy* por 214 y 224 millones de dólares, respectivamente, gracias a seis contratos firmados entre 2009 y 2013 (Wenner; Rogers; Clarke, 2016).

² Guyana elevó la tonelada de arroz *paddy* de 330 dólares (octubre 2009) a 420 dólares en marzo de 2010.

Las compras de Venezuela generaron un incremento del 50% en la producción entre 2009-2013, y elevaron en 110% los ingresos por exportaciones, con efectos positivos en otros sectores de la economía (Wenner; Rogers; Clarke, 2016). Las exportaciones a Venezuela superaron las de todos los demás clientes combinados. En 2014, pese a las tensiones por las concesiones, se ajustó una séptima venta por 140.000 toneladas de arroz *paddy* y 50.000 de arroz blanco (PDVSA, 2014). En 2015 se negociaron 120.000 toneladas de arroz *paddy* y 84.000 de arroz blanco por 120 millones de dólares (Wenner; Rogers; Clarke, 2016).

Tabla 1 – Principales Mercados de Exportación de Guyana (%)

	2009	2010	2011	2012	2013
CARICOM	35,07%	26,38%	26,08%	20,75%	19,74%
VENEZUELA	1,57%	25,50%	55,73%	66,36%	58,20%
EUROPA	52,00%	45,74%	18,18%	12,18%	20,01%

Fuente: Guyana Rice Development Board. CARICOM = Caribbean Community

Para Chávez, los recursos invertidos en estrechar lazos con Guyana entre 2000 y 2013 eran mínimos frente al volumen de divisas generado por la bonanza petrolera (ver gráfico 1). Entre 1999 y 2013, Venezuela obtuvo 786.500 millones de dólares por exportaciones petroleras, de los cuales 86.500 millones se registraron solo en 2013 (Puente, 2016).

Gráfico 1 – Precio del Barril de Petróleo durante el período 1999-2016



Fuente: Elaboración propia con datos de Tradingview y el Diario EL PAÍS. “La revolución petrolera empezó en Madrid”.

El colapso de PDVSA, la crisis económica venezolana y el declive de Petrocaribe

Aunque Guyana fue uno de los primeros países en solicitar su adhesión al ACEC y Petrocaribe, sus gobiernos jamás adoptaron una postura flexible ante el caso Esequibo regido por el Acuerdo de Ginebra de 1966 (sobre la búsqueda de soluciones prácticas a la controversia). Por el contrario, la intransigencia de Guyana se ha mantenido anclada a la afirmación que declara al Laudo de 1899, como perfecto, definitivo y vinculante.

Guyana condujo las relaciones con Venezuela con suma precaución, capitalizando iniciativas de aproximación sin que ello implicase un aval a procesos de integración que pudiesen vulnerar su integridad territorial. Por ende, el suministro de crudo refinado bajo condiciones preferenciales trascendió como el principal – y único – campo de cooperación, delineando una relación vulnerable a las oscilaciones del precio del barril.

Esa fragilidad también caracterizó los vínculos de Venezuela con el resto del CARICOM. Luego, factores como el deterioro operacional de PDVSA y la caída de los precios del crudo durante el tercer trimestre de 2014 (ver gráfico 1) ocasionaron un distanciamiento entre Venezuela y los signatarios de Petrocaribe. Así se debilitó un convenio que posibilitó el suministro de 232 millones de barriles entre 2005 y 2013 (PDVSA, 2013).

Nuestra capacidad de almacenamiento en Petrocaribe alcanza los 262 MB de petróleo, con una inversión de 56 millones de dólares y hemos proyectado un incremento de esta capacidad en 480%, equivalentes a 1,4 MMB. En el período 2005-2013, Petrocaribe acumuló un total de 232 millones de barriles, lo que representa 40% de los requerimientos energéticos de los países signatarios. Igualmente, ha logrado el aumento de 61% del intercambio comercial, ubicándose en 2012 en 872 millones de dólares en productos recibidos (PDVSA, 2013)

Bajo el mismo grado de volatilidad en el que el precio del barril cayó entre 2014 y 2015, PDVSA enfrentó mayores desafíos. De hecho, “en 2016 la producción oficial de petróleo se redujo en 758.000 b/d” (González, 2019, p. 145) ocasionando un déficit financiero de 25.000 millones de dólares. Al respecto, Francisco Monaldi (2019, p. 176) indicó que, “la cantidad promedio de plataformas petroleras en operación pasó de sesenta y nueve en 2014 a cuarenta y nueve en 2017, una disminución de 29%”.

El colapso de PDVSA acentuó una crisis marcada por desabastecimiento e hiperinflación, dado que la exportación de crudo aportaba más del 90% de los dólares en un país con una capacidad productiva erosionada, donde el Estado concentró el 75,1% de las importaciones en 2017 (Oliveros, 2019). Venezuela pasó de la bonanza económica más prolongada de su historia (2004-2013) a un proceso hiperinflacionario sin precedentes (2014-2019). En 2017, las reservas cayeron por debajo de los 10.000 millones de dólares, desencadenando una crisis humanitaria y la mayor diáspora del hemisferio occidental³.

A la par de ese escenario, en 2017 Estados Unidos impuso sanciones a PDVSA afectando a su filial CITGO encargada de la refinación del crudo y venta de combustible (United States, 2017). La pérdida de la capacidad exportadora socavó la confianza en Petrocaribe y la influencia política de Venezuela, debilitando el escudo diplomático que protegía al gobierno de Chávez en la OEA y afectando, con total intensidad, al gobierno asumido por Nicolás Maduro tras la muerte de Chávez.

La imagen de Venezuela dejó de asociarse a una fuente confiable de energía para ser percibida como la de un vecino que irradiaba problemas de gobernanza migratoria. Ese colapso coincidió con la retomada de las operaciones *offshore* promovidas por Guyana desde 1975, las cuales habían fracasado en las décadas de 1980 y 1990.

La proyección de un polo de producción petrolera *offshore* en la Cuenca del Caribe

Con la llegada del nuevo milenio, mientras Guyana pactaba su adhesión al ACEC, el Servicio Geológico de los Estados Unidos (USGS) publicó un estudio que situó la “Cuenca Guyana-Surinam” como la segunda más prospectiva y poco explorada del mundo, estimando la existencia de 15.200 millones de barriles de petróleo y cerca de 1.189 millones de metros cúbicos de gas natural (United States, 2000). En el centro de esa zona ya había sido constituido el bloque Stabroek, una concesión de 60.000 km² negociados por Exxon en julio de 1999 antes de fusionarse con Mobil (Stabroek News, 2018).

³ En junio de 2024, la Plataforma de Coordinación Interagencial para Refugiados y Migrantes (R4V) estimó que el total de Venezolanos Refugiados y Migrantes en el mundo alcanzó los 7.774.494 de personas.

Un día antes de la formalización de esa concesión, el 13 de julio de 1999, Venezuela envió nota de protesta a Guyana (Venezuela, 2002).⁴ Aunque ExxonMobil anunció la suspensión del proyecto, lo mantuvo en sigilo, pues ni ellos, ni el gobierno estadounidense querían comprometer sus intereses. Esa prudencia cambiaría con dos acontecimientos que redefinieron el uso geoeconómico de las áreas marinas no delimitadas.

En primer lugar, la sentencia del Tribunal del Derecho del Mar sobre la Delimitación Guyana-Surinam de 2007, cuyo dictamen consideró un incidente naval en el que la Armada de Surinam amenazó una plataforma autorizada por Guyana para emprender estudios de prospección sísmica sobre aguas no delimitadas. En segundo lugar, la suspensión de contratos en la faja petrolífera del Orinoco y la nacionalización venezolana de los activos de esa corporación, mediante el decreto n° 5.200 de 2007, que obligó a las transnacionales a aceptar al menos un 60% de participación de PDVSA en la faja (World Bank, 2014).

Ante la negativa de Exxonmobil y ConocoPhillips de aceptar la migración de los convenios al nuevo régimen (PDVSA, 2007), Venezuela nacionalizó sus activos, desencadenando un litigio dirimido en el Centro Internacional de Arreglo de Diferencias sobre Inversiones (CIADI), cuyo dictamen fue relativamente favorable a Caracas⁵.

El decreto n° 5.200 generó contramedidas que afectaron a Venezuela. ExxonMobil reimpulsó objetivos en Stabroek durante el 2008, año en que alcanzó una capitalización de mercado de 456 mil millones de dólares, superando a todas las compañías cotizadas (CNN, 2008). Ese año, su filial ESSO Guyana firmó un acuerdo con Shell para financiar estudios en Stabroek, reduciendo sus dimensiones a 47.000 km²; Shell obtuvo el 25% de las acciones y ExxonMobil el 75% (Royal Dutch Shell PLC, 2008).

Mientras las corporaciones proyectaban a Guyana como el epicentro de proyectos *offshore*, su gobierno incrementaba en valor y en cantidad la venta de arroz a Venezuela bajo Petrocaribe. La proyección de Guyana no sería instantánea, sino el resultado de esfuerzos políticos, en el marco de una coyuntura caracterizada por el incremento del precio del barril y, sobre todo, de la interdependencia compleja tratada por Keohane y Nye (1988).

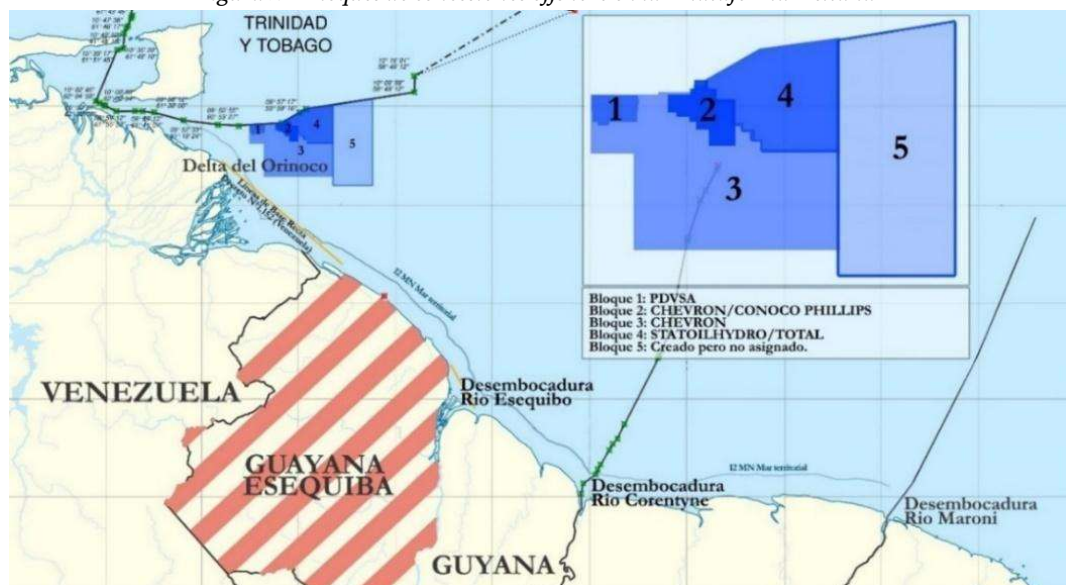
Además, los avances en las capacidades tecnológicas de la industria petrolera permitirían la contratación de unidades FPSO (*Floating Production Storage and Offloading*), posibilitando la extracción del crudo estimado por el USGS en las áreas pretendidas por Guyana. Sin el apoyo de las corporaciones, Guyana no habría avanzado en su pretensión, pues no disponía de industria, experiencia, capacidades técnicas, ni capitales para la contratación de plataformas de prospección o unidades FPSO.

A diferencia de Guyana, Venezuela, coordinaría operaciones *offshore* por medio de PDVSA, autorizando convenios mixtos en la Plataforma Deltana (ver Figura 2) un proyecto de gas libre compuesto por cinco bloques distribuidos sobre la línea de Delimitación entre Venezuela y Trinidad-Tobago de 1990, sujetos al Tratado de Unificación de Yacimientos de Hidrocarburos de 2007 (Venezuela, 2014a). Aunque el proyecto no prosperó, quedó demostrado que PDVSA evitó autorizar concesiones sobre áreas no delimitadas con Guyana.

⁴ “Nota de Protesta a Guyana por el otorgamiento de concesiones petroleras, a las empresas Century y Exxon, costa fuera frente a la Zona en Reclamación y la fachada marítima del Estado Delta Amacuro”.

⁵ En 2014 el CIADI emitió un dictamen sobre la demanda de ExxonMobil de 2007. La demanda se fundamentó en los prejuicios causados por la suspensión de los contratos en la faja petrolífera del Orinoco y la subsecuente nacionalización de sus activos. Exxonmobil exigió una indemnización cercana a los 20.000 millones de dólares que luego fue reducida a la mitad, mientras que, el fallo del CIADI dictaminó que Venezuela sólo estaría obligada a indemnizar a ExxonMobil con 1.411 millones. De ese valor, Venezuela había cumplido un pago de 907 millones en 2012. En 2017 un tribunal del Banco Mundial revocó parcialmente la decisión del CIADI (BBC Mundo, 2007)

Figura 2 – Bloques de concesiones offshore en la “Plataforma Deltana”



Fuente:

Elaboración propia

La prudencia demostrada por Venezuela en la Plataforma Deltana sería interpretada en Guyana como un reconocimiento tácito a una línea figurada desde la costa de Punta Playa (Figura 3) en el límite *de facto* establecido por el Laudo de 1899, área que Georgetown considera como fronteriza y que Venezuela rechaza, tras denunciar al Laudo y firmar el Acuerdo de Ginebra de 1966 junto al Reino Unido.

Figura 3 – Línea dibujada en mapas editados en Guyana en 1995 sobre áreas marinas contiguas a Venezuela



Fuente: Elaboración propia.

En la figura 3, se observa un polígono irregular que ilustra la pretensión marítima de Guyana, abarcando las costas del Esequibo y obstruyendo las proyecciones del Delta del Orinoco. En 2009, Guyana solicitó la Extensión de los Límites de la PC ante la CLPC-ONU, alegando la inexistencia de disputadas territoriales (desestimando el caso Esequibo).

La solicitud de 2009 fue modificada en 2011, año en que Venezuela protestó. El desencuentro forzó una reunión en Trinidad y Tobago, donde fue emitida una declaración conjunta Guyana-Venezuela, que presentó la DMI como un asunto pendiente. A partir de entonces, las corporaciones conducirían negociaciones *quid pro quo* con Guyana.

En 2010, el coordinador de Asuntos Energéticos Internacionales de los Estados Unidos propuso la inclusión de Guyana en la *Energy Governance and Capacity Initiative*, que ofrecía asesoría en la gestión de recursos (Guyana Chronicle, 2010). En agosto, Guyana redefinió sus áreas marinas (Guyana, 2010), lo que incrementó la llegada de corporaciones. En noviembre (2014) ExxonMobil reveló su interés en invertir 200 millones de dólares para nuevas operaciones en Stabroek (Guyana Chronicle, 2014). En 2013, ExxonMobil indicó en su *Financial & Operating Review* que había completado la adquisición de datos sísmicos 3D en Guyana y al año siguiente afirmó controlar el 100% de Stabroek.

Cuadro 1 - Contratos de Prospección y Extracción de Petróleo (Guyana)

24/JUN/1998	<i>Petroleum s License</i>	
Presidente Guyana: Janet Jagan		Corporación Operadora del bloque: CGX Resources Inc Guyana
Detalles:		
Área abarcada: 12.800 km². Origen de la Corporación: Canadá.		
14/JUN/1999	<i>Petroleum Agreement - Exploration and Production</i>	
Presidente Guyana Janet Jagan		Corporación Operadora del bloque: Esso Exploration and production Guyana
Detalles:		
Área abarcada: 60.000 km². Origen de la Corporación: Estados Unidos.		
14/JUN/1999	<i>Production sharing contract</i>	
Presidente Guyana Janet Jagan		Corporación Operadora del bloque: Esso Exploration and production Guyana
Detalles:		
Aspectos complementares sobre la creación del bloque <i>Stabroek</i> .		
04/JUN/2012	<i>Petroleum Agreement - Exploration and Production</i>	
Presidente Guyana Donald Ramotar		Corporación Operadora del bloque: Nabi oil and gas
Área abarcada: 2592 km². Aspectos específicos sobre la creación del bloque NABI (<i>Onshore</i>)		
27/AGO/2012	<i>Agreement - Petroleum Prospecting Licenses and Petroleum Production Licenses</i>	
Presidente Guyana Donald Ramotar		Corporación Operadora del bloque: Anadarko Guyana Company (OXY)
Detalles:		
Área abarcada: 19.828 km². Aspectos específicos sobre la creación del bloque Roraima. Origen de la Corporación: Estados Unidos.		
12/FEB/2013	<i>Agreement - Petroleum Prospecting Licenses and Petroleum Production Licenses</i>	
Presidente Guyana Donald Ramotar		Corporación Operadora del bloque: CGX Resources Inc Guyana
Detalles:		
Área abarcada: 4.000 km². Aspectos específicos sobre la creación del bloque Demerara.		
14/MAY/2013	<i>Petroleum Prospecting License</i>	
Presidente Guyana Donald Ramotar		Corporación Operadora del bloque: Repsol Exploration S.A.
Detalles:		
Área abarcada: 6.525 km². Aspectos específicos sobre la creación del bloque Kanuku. Origen de la Corporación: España.		
21/MAY/2015	<i>Agreement - Petroleum Prospecting Licenses and Petroleum Production Licenses</i>	
Presidente Guyana Donald Ramotar		Corporación Operadora del bloque: Ratio Energy Limited
Detalles:		
Área abarcada: 13.535 km². Aspectos específicos sobre la creación del bloque Kaieteur. - Origen de la Corporación: Israel.		
03/ABR/2015	<i>Agreement - Petroleum Prospecting Licenses and Petroleum Production Licenses</i>	
Presidente Guyana Donald Ramotar		Corporación Operadora del bloque: Mid-Atlantic Oil & Gas, Inc.
Detalles:		

Área abarcada: 6.100 km². Aspectos específicos sobre la creación del bloque Kaieteur Canje. - Origen de la Corporación: Canadá.	
12/MAY/2016	Addendum to Petroleum Agreement and to Petroleum Prospecting License.
Presidente Guyana David Granger.	Corporación Operadora del bloque: Repsol Exploration S.A.
Detalles:	
Aspectos específicos sobre la incorporación de la Corporación británica Tullow Oil a las operaciones <i>offshore</i> en el bloque Kanuku. Repsol preservó la condición de operador del bloque.	
14/ENE/2016	Petroleum Agreement - Exploration and Production
Presidente Guyana David Granger.	Corporación Operadora del bloque: Tullow Guyana B.V - Eco Atlantic Guyana INC
Detalles:	
Área abarcada: 1.800 km². Aspectos específicos sobre la creación del bloque Orinduik.	
07/OCT/2016	Petroleum Agreement - Exploration and Production
Presidente Guyana David Granger.	Corporación Operadora del bloque: ExxonMobil (45%); Hess Guyana (30%); CNOOC Nexen Guyana (25%)
Detalles:	
Actualización del Acuerdo de Petróleo suscrito en 1999. Inclusión de nuevos socios en Stabroek. Este nuevo contrato destaca la presencia de una empresa estatal china.	
30/SEP/2020	Petroleum Agreement - Exploration and Production
Presidente Guyana Irfaan Ali.	Corporación Operadora del bloque: Esso Exploration and production Guyana; CNOOC Nexen Guyana; Hess Guyana
Detalles:	
Área abarcada: 279 km². Aspectos específicos sobre la explotación del campo Payara localizado en Stabroek.	

Fuente: Guyana 1998b, 1999b, 1999c, 2012, 2013b, 2013c, 2013d, 2013e, 2013f, 2015b, 2015c, 2016b, 2016c, 2020c.

En octubre de 2013, Guyana denunció a Venezuela como una seria amenaza a la paz y la estabilidad de la subregion, en virtud de del arresto del buque de prospección sísmica RV Teknik Perdana por la Armada venezolana, mientras este realizaba estudios de prospección sísmica sobre áreas adyacentes al Delta del Orinoco⁶.

En febrero de 2015, ExxonMobil presentó una nueva fase de exploraciones, reduciendo las dimensiones de Stabroek de 60.000 km² a 26.800 km². Venezuela condenó el anuncio y envió cartas a los ejecutivos de ExxonMobil, así como al gobierno de Guyana (Stabroek News, 2015). No obstante, el 1 de marzo de 2015 Guyana emitió un aviso a los navegantes sobre el inicio de prospecciones a cargo del *M/V Deep Water Champion*. Al día siguiente, el Gerente de ExxonMobil-Guyana afirmó que la compañía no se involucraría en discusiones gubernamentales y continuaría operando en el área⁷.

El 20 de mayo, ExxonMobil anunció un descubrimiento con capacidades de extracción comercial en el campo Liza-01 de Stabroek, detentando una participación del 45%, mientras que Hess el 30% y la *China National Offshore Corporation* (CNOOC) 25%. El 30 de junio, ExxonMobil indicó que el yacimiento contenía entre 800 y 1.400 millones de barriles de crudo.

En ese momento, medios replicaron un análisis de Bloomberg que, comparó datos del Banco Mundial del 2014 (sobre la estimación del PIB de Guyana en 3.230 millones de dólares), con declaraciones del ministro Trotman, (sobre el descubrimiento de más de 700 millones de barriles de crudo), y conforme a ello, concluyeron que el hallazgo equivalía a 40.000 millones de dólares, duplicando la economía de Guyana (Bloomberg, 2015).

El reporte anual (2015) de la Agencia Energética de Guyana (GEA) indicó que la demanda nacional de combustibles ascendía a 13.703 barriles por día, lo que conllevó la importación de 5.001.497 barriles al cierre del 2015. De

⁶ Sobre la nota de prensa publicada por la cancillería guyanesa, vale la pena destacar el siguiente extracto: “The Government of Guyana is of the firm belief that the actions taken by the Venezuelan navy vessel constitute a serious threat to the peace of this sub-region and the Government of Guyana therefore strongly condemns these actions”. Stabroeknews. Disponible en: <https://bit.ly/3YrpdQ>. Enlace verificado: 01/05/25

⁷ Country Manager, Jeff Simon told Stabroek News yesterday “I’m looking forward to getting this well down,” [...] He noted that concerns raised by the Venezuelan government would not deter ExxonMobil from continuing as planned. Exxon rig in place, drilling to start soon (Starbroek News, 2015).

estos, 834.056 barriles fueron suministrados por Petrocaribe, que sufrió una disminución del 52,34% con respecto a los volúmenes registrados en el año 2014 (Guyana, 2015a).

Tabla 2 - Comparación entre la cantidad de envíos de combustibles importados de PDVSA (Venezuela) y PETROTRIN (Trinidad-Tobago) durante el período 2012-2015

Año	PDVSA		PETRONIN	
	BDP*	%	BDP	%
2012	6.915	76%	2.212	24%
2013	4.376	51%	4.221	49%
2014	4.794	51%	4.563	49%
2015	2.285	26%	6.420	74%

Fuente: Guyana Energy Agency (GEA). Annual Report 2015a, p.7.

* Barriles por día

GEA destacó que, ante la caída en los precios del crudo, la factura alcanzó 355 millones de dólares, registrando una disminución del 36,76% frente al 2014 (Guyana, 2015a).

*Tabla 3 – Datos sobre el suministro de Petróleo a Guyana (Petrocaribe)
“Last shipment received July 4, 2015. No shipment was lifted in August to December 2015”*

Year	No. Of Shipments	Petrocaribe Imports (BBLs)	Total Shipment FOB Value US\$	Financed Portion US\$
2007	23	640.895	61.280.208,48	27.261.993,84
2008	39	1.419.868	157.368.354,55	80.096.309,65
2009	25	1.079.252	76.352.580,73	32.853.436,32
2010	25	1.022.907	89.233.164,90	44.836.346,06
2011	35	1.451.843	175.776.131,35	105.140.994,29
2012	67	2.378.982	298.812.764,74	178.830.961,05
2012 (Spot)	4	151.925	18.720.660,61	-
2013	44	1.597.341	193.100.300,02	115.206.051,20
2014	53	1.749.883	191.446.541,18	110.155.890,54
2015	27	834.056	60.936.471,10	25.545.680,42
Total	342	12.326.952	1.323.027.177,66	719.927.663,38

Fuente: Guyana. Guyana Energy Agency (GEA). Annual Report 2015a, p.8

La tabla 3 muestra los resultados de Petrocaribe hasta 2015. La última entrega fue realizada el 4 de julio, cuarenta y cinco días después del descubrimiento de crudo por ExxonMobil. Guyana experimentaría una transición entre la condición de importador, y la de exportador de crudo, bajo un panorama de tensiones con Venezuela. En diciembre de 2016, la Secretaria General de la ONU (SGONU) anunció que los Buenos Oficios culminarían el 31 de diciembre de 2017. Si al cabo de esa fecha la SGO NU consideraba que no había avances, el caso sería transferido a la CIJ, hecho que se materializó en 2018. En marzo de ese año, Guyana formalizó su demanda ante la CIJ.

En 2018, el Ministro de Recursos Naturales de Guyana, Raphael Trotman, admitió que la concesión del bloque Stabroek no se justificaba en la simple búsqueda de Petróleo: “We wanted to anchor Exxon in our waters and to let them know that we are serious (...) [It] was not happenstance; it was deliberate to cover the seaspace tip-to-tip and that company will be an American company” (Demerara Waves, 2018), esas declaraciones sugieren que la alianza con ExxonMobil pretendía reconfigurar el caso Esequibo⁸. Finalmente, el 20 de diciembre de 2019, ExxonMobil anunció el inicio de la producción de crudo en Guyana.

⁸ Trotman confesó que la concesión a ExxonMobil en 1999 se mantuvo intacta en las renegociaciones del año 2016, a los fines de mitigar posibles agresiones de Venezuela: “we needed a partner to cover the entire sea space. Beal (Aerospace), did not make it through, Exxon did”. Trotman says award of 600 blocks to Exxon subsidiary was legal, vital to border security (Starbroek News, 2018).

Consideraciones finales

Al analizar la participación de Guyana en Petrocaribe observamos la transición, auge y caída de un proceso de integración regional promovido por Venezuela, siendo posible registrar la etapa en que se fraguaron cambios de paradigma en la controversia del Esequibo. Esos cambios fueron ocasionados por el fin de las restricciones venezolanas a los proyectos en la zona en reclamación y el subsecuente descubrimiento de petróleo en aguas no delimitadas, situación que comprometió la continuidad de dichos convenios. La discusión también examinó las circunstancias que alteraron las asimetrías geoeconómicas entre ambos países, describiendo el reequilibrio de estas en favor de Georgetown, cuyo gobierno dejaría de depender del suministro de combustibles para posicionarse como un exportador de crudo.

En esta etapa fue identificada una relación de causalidad entre el anuncio de gigantescas reservas de crudo, con la necesidad de Guyana en delimitar/extender sus espacios oceánicos y la pretensión de su gobierno en incrementar las operaciones de prospección a cargo de las corporaciones. En esa relación de causalidad fue identificado un esquema de negociaciones *quid pro quo*, ya que los espacios oceánicos pretendidos por Guyana constituirían el ámbito de operación de corporaciones capaces de introducir capitales y tecnologías necesarias para la extracción comercial de crudo, fortaleciendo la posición geoeconómica de Guyana.

Esta dinámica puso a prueba la geopolítica petrolera de Venezuela, desafiando su capacidad de contrarrestar las actividades de las corporaciones en la zona disputada y de preservar su agenda de integración energética regional. El análisis realizado permite afirmar que el gobierno venezolano no estuvo a la altura del desafío. Mientras que, desde Guyana, reconocieron que las concesiones a corporaciones como ExxonMobil respondían a una situación especial, por tratarse de un asunto vital para la Seguridad Nacional.

Fue por ello que las autoridades de ese país se esforzaron en ofrecer incentivos a las corporaciones que contrastaban con el decreto de nacionalización de los activos de estas en Venezuela. La problemática tratada permitió reafirmar que, en el negocio petrolero, son precisamente las áreas limítrofes-fronterizas sujetas a disputas las que facilitan a las corporaciones una posición de ventaja durante la negociación de contratos con los Estados anfitriones, otorgándoles mayor margen de rentabilidad en sus procesos de territorialización geoeconómica.

Referencias

- ALMECIJA, J. La estrategia imperial británica en la Guayana Esequiba. **Revista de Historia de América**, México, n. 103, p. 131–209, 1987. Disponible en: <https://bit.ly/41ZAr6A>. Consultado el: 07 jun. 2025
- BBC MUNDO. **Por qué un tribunal del Banco Mundial anuló la compensación de US\$1.400 millones que Venezuela debía pagar a la petrolera Exxon Mobil**. 2007. Disponible en: <https://bbc.in/3ZCgpx6> Consultado el: 07 jun. 2025.
- BLOOMBERG. **Exxon's Guyana Oil Discovery May Be 12 Times Larger Than Economy**. 22, July 2015. Disponible en: <https://bloom.bg/41Yd25c> Consultado el: 07 jun. 2025.
- BRICEÑO, Claudio A; OLIVAR, Jose A; BUTTÓ, Luis A (Coord.). **La cuestión Esequibo memoria y soberanía**. Caracas: Universidad Metropolitana, 2016. Disponible en: <https://bit.ly/3ZWS5Gd> Consultado el: 07 jun. 2025.
- CNN. **Top companies: Biggest**. 5, May, 2008. Disponible en: <https://cnn.it/3Jp5CAU> Consultado el: 07 jun. 2025
- DEMERARA WAVES. **ExxonMobil concession should remain “intact” for strategic border security reasons**. 18 May 2018. Disponible en: <https://bit.ly/3ZPqqqA> Consultado el: 07 jun. 2025
- DE TOMA, Ricardo. **Os interesses geopolíticos do Brasil na Guiana Essequiba**. Nova Xavantina-MT: Editora Pantanal, 2025. 267 p. DOI: <https://doi.org/10.46420/9786585756495>
- DONIS, Manuel. **Venezuela y sus espacios marítimos en el Atlántico ayer y hoy**. Caracas: Universidad Católica Andrés Bello Montalbán, 2020. Disponible en: <https://bit.ly/3Jq3HMD> Consultado el: 07 jun. 2025
- EXXONMOBIL. **ExxonMobil announces significant oil discovery Guyana**. May 20, 2015. Disponible en: <https://exxonmobil.co/3FcT5Oi> Consultado el: 07 jun. 2025.

FARAGE, Nadia. **As muralhas dos sertões**: os povos indígenas no rio Branco e a colonização. Rio de Janeiro: Paz e Terra; ANPOCS, 1991.

GARAVINI, Sadio. Guyana: el acuerdo de Ginebra en la actualidad. **Revista de la Academia de Ciencias Políticas y Sociales**, Caracas, n. 153, ene./dic. 2014. Disponible en: <https://bit.ly/3K10Hf1> Consultado el: 07 jun. 2025.

GARAVINI, Sadio. **Política Exterior de Guyana**. Caracas. Instituto de Altos Estudios de America Latina – IAEAL, Universidad Simon Bolívar, Caracas, 1988.

GONZÁLEZ, Diego. **Cambios institucionales que dismantelaron y destruyeron la Estatal PDVSA**. In: OLIVEROS, Luis (coord.). La industria petrolera en la era chavista: crónica de un fracaso. Caracas, Universidad Católica Andrés Bello, 2019. p. 115-152. Disponible en: <https://bit.ly/3F7UwOo> Consultado el: 07 jun. 2025

GUYANA CHRONICLE. **ExxonMobil to invest over US\$200M in oil exploration -Guyana lives up to image as attractive investment location**. November 15, 2014. Disponible en: <https://bit.ly/3ysmcJG> Consultado el: 07 jun. 2025.

GUYANA CHRONICLE. **Guyana on list of ‘next decade’ oil & gas producers**. March 4, 2010. Disponible en: <https://bit.ly/3T2b4N8> Consultado el: 07 jun. 2025.

GUYANA CHRONICLE. **Guyana to get Petrocaribe oil**. Jan. 25, 2007. Disponible en: <https://bit.ly/3FanfBL> Consultado el: 07 jun. 2025.

GUYANA CHRONICLE. **Rohee urges CARICOM to turn down Venezuela oil offer**. Oct. 6, 2000. Disponible en: <https://bit.ly/3kSK6ew> Consultado el: 07 jun. 2025.

GUYANA. Parliament of the Cooperative Republic of Guyana. **Sales contract no. Sa143408 (Petrocaribe) between PDVSA and Guyana Energy Agency (Petrocaribe)**. Georgetown, 2013c. Disponible en: <https://bit.ly/3mFRDOh> Consultado el: 07 jun. 2025.

GUYANA. **Parliament of the Cooperative Republic of Guyana. Speeches in the National Assembly**. Mrs. Rodrigues-Birkett. Georgetown, 7 Nov. 2013b. Disponible en: <https://bit.ly/3ZOgBcg> Consultado el: 07 jun. 2025.

GUYANA. ACT no. 18 of 2010. **Maritime zones act**. Georgetown, 2010a. Disponible en: <https://bit.ly/3JOZptC> Consultado el: 07 jun. 2025.

GUYANA. Department of Public Information. **Agreement petroleum prospecting licenses and petroleum production licenses**. Repsol Exploración Guyana and Repsol Exploración S.A. Georgetown, 14 May 2013e. Disponible en: <https://bit.ly/3J1ITrH> Consultado el: 07 jun. 2025.

GUYANA. Department of Public Information. **Exxon signs PSC for deepwater acrease off Guyana; adds to global deepwater portfolio**. Georgetown, 14 June 1999c. Disponible en: <https://bit.ly/3JqQble> Consultado el: 07 jun. 2025.

GUYANA. Department of Public Information. **Petroleum agreement between the Government of the Co-operative Republic of Guyana and Anadarko**. Georgetown, 27 Aug. 2012. Disponible en: <https://bit.ly/3mDlGWN> Consultado el: 07 jun. 2025.

GUYANA. Department of Public Information. **Petroleum agreement between the Government of the Co-operative Republic of Guyana and CGX Resources INC**. Georgetown, 12 Feb. 2013d. Disponible en: <https://bit.ly/3Fa7SJR> Consultado el: 07 jun. 2025.

GUYANA. Department of Public Information. **Petroleum agreement between the Government of the Co-operative Republic of Guyana and Nabi Oil and Gas Inc**. Georgetown, 04 July 2013f. Disponible en: <https://bit.ly/3YBqhWy> Consultado el: 07 jun. 2025

GUYANA. Department of Public Information. **Petroleum agreement between the Government of the Co-operative Republic of Guyana and Ratio Energy Limited and Ratio Guyana**. Georgetown, 21 May 2015b. Disponible en: <https://bit.ly/3ywt1Kd> Consultado el: 07 jun. 2025.

GUYANA. Department of Public Information. **Petroleum agreement between the Government of the Co-operative Republic of Guyana and Mid-Atlantic Oil & Gas, Inc**. Georgetown, 3 Apr. 2015c. Disponible en: <https://bit.ly/3mz2klv> Consultado el: 07 jun. 2025.

GUYANA. Department of Public Information. **Petroleum agreement between the Government of the Co-operative Republic of Guyana and Esso Exploration and production Guyana (ExxonMobil), CNOOC Nexen Petroleum Guyana, Hess Guyana Exploration**. Georgetown, 27 June 2016b. Disponible en: <https://bit.ly/41Xfglu> Consultado el: 07 jun. 2025.

GUYANA. Department of Public Information. **Petroleum agreement between the Government of the Co-operative Republic of Guyana and Tullow Guyana B.V. Eco Atlantic Guyana INC**. Georgetown, 14 Jan. 2016c. Disponible en: <https://bit.ly/3SZADP2> Consultado el: 07 jun. 2025

GUYANA. Department of Public Information. **Petroleum production license. Esso Exploration and production Guyana (ExxonMobil), CNOOC Nexen Petroleum Guyana, Hess Guyana Exploration**. Georgetown, 30 Sept. 2020c. Disponible en: <https://bit.ly/42bZ28n> Consultado el: 07 jun. 2025.

GUYANA. Department of Public Information. **Petroleum prospecting license between the Government of the Co-operative Republic of Guyana and CGX Resources INC.** Georgetown, 24 June 1998b. Disponible en: <https://bit.ly/3msL3ub> Consultado el: 07 jun. 2025.

GUYANA. Department of Public Information. **Petroleum prospecting license between the Government of the Co-operative Republic of Guyana and ESSO Exploration and Production Guyana.** Georgetown, 14 June 1999b. Disponible en: <https://bit.ly/3yqm3GP> Consultado el: 07 jun. 2025.

GUYANA. **Guyana Energy Agency annual report.** Georgetown, 2015a. Disponible en: <https://bit.ly/3l84AzI> Consultado el: 07 jun. 2025.

GUYANA. Minister of Finance. Budget Speech, 2008. Disponible en: <https://bit.ly/3mDuVWZ> Consultado el: 07 jun. 2025.

GUYANA. Ministry of Foreing Trade and International Cooperation. Annual report. Georgetown, 1998a. Disponible en: <https://bit.ly/41ZFyni> Consultado el: 07 jun. 2025.

GUYANA. Ministry of Foreing Trade and International Cooperation. **Annual report.** Georgetown, 1999a. Disponible en: <https://bit.ly/3La87IH> Consultado el: 07 jun. 2025.

GUYANA. Ministry of Foreing Trade and International Cooperation. **Annual report.** Georgetown, 2000c. Disponible en: <https://bit.ly/2raR7ID> Consultado el: 07 jun. 2025.

GUYANA. Ministry of Foreing Trade and International Cooperation. **Annual report.** Georgetown, 2005. Disponible en: <https://bit.ly/3yqaCig> Consultado el: 07 jun. 2025.

GUYANA. Ministry of Foreing Trade and International Cooperation. **Annual report.** Georgetown, 2007a. Disponible en: <https://bit.ly/41XrryJ> Consultado el: 07 jun. 2025.

KEOHANE, Robert O; NYE, JOSEPH S. **Poder e interdependencia: la política mundial en transición.** Grupo Editor Latinoamericano, 1988

MENCK, José Theodoro Mascarenhas. **A Questão do Rio Pirara (1829-1904).** Fundação Alexandre de Gusmão. Brasília, 2009.

MONALDI, Francisco. **El colapso de la Industria Petrolera Venezolana y sus consecuencias globales.** In: OLIVEROS, Luis (coord.). La Industria Petrolera en la era chavista: crónica de un fracaso. Caracas: Universidad Católica Andrés Bello, 2019. p. 173-186

ODEEN, Ishmael. **The Trail Of Diplomacy: A Documentary History of the Guyana-Venezuela Border Issue.** 1998. Disponible en: <https://bit.ly/45a44Gf>. Consultado el: 07 jun. 2025

OLIVEROS, Luis (coord.). **La Industria Petrolera en la era chavista: crónica de un fracaso.** Caracas: Universidad Católica Andrés Bello, 2019. Disponible en: <https://bit.ly/3F7UwOo>. Consultado el: 07 jun. 2025.

PDVSA. **Compensation Agreement under the Framework of the Petrocaribe Energy Cooperation Agreement Between PDVSA and Guyana Energy Agency.** 2014.

PDVSA. **Instalado X Consejo Ministerial de Petrocaribe en Nicaragua.** Caracas, 29 jun. 2013. Disponible en: <https://bit.ly/3FbhaFw>. Consultado el: 07 jun. 2025.

PDVSA. **Migración de los Convenios en la Faja Petrolífera del Orinoco.** 2007. Disponible <https://bit.ly/3FxFrYz>. Consultado el: 07 jun. 2025.

PDVSA. Sales Contract N° SA136734 (PETROCARIBE). Between PDVSA and Guyana Energy Agency. 2009. Disponible en: <https://bit.ly/3mIrjTK>. Consultado el: 07 jun. 2025.

PUENTE, José M. **Petróleo y revolución: Venezuela 1999-2013.** In: STRAKA, Tomás (comp.). La nación Petrolera: Venezuela, 1914-2014. Caracas: Universidad Metropolitana, 2016. Disponible en: <https://bit.ly/3yvAtoV>. Consultado el: 07 jun. 2025.

ROYAL DUTCH SHELL PLC. **Financial and operational information: 2004–2008.** London, 2008. Disponible en: <https://go.shell.com/3F7iKrB>. Consultado el: 07 jun. 2025.

SELA. Acuerdo de Cooperación Energética PETROCARIBE. Caracas, jul. 2013. (SP/Di N° 3-13). Disponible en: <https://bit.ly/41ZBQtS>. Consultado el: 07 jun. 2025.

STABROEK NEWS. **Exxon rig in place, drilling to start soon –Country Manager.** March 4, 2015. Disponible en: <https://bit.ly/4209m2X>. Consultado el: 07 jun. 2025.

STABROEK NEWS. **Trotman says award of 600 blocks to Exxon subsidiary was legal, vital to border security.** May 19, 2018. Disponible en: <https://bit.ly/3ZBfcWQ> Consultado el: 07 jun. 2025.

STABROEK NEWS. **Venezuela objects to planned Exxon oil exploration, Guyana writes UN**. February 28, 2015. Disponible en: <https://bit.ly/3ZPIGkd>. Consultado el: 07 jun. 2025.

UNITED STATES. **Caribbean Energy Security Summit Joint Statement**. 26 Jan. 2015b. Disponible en: <https://bit.ly/3SZQMEb>. Consultado el: 07 jun. 2025.

UNITED STATES. Department of State. Remarks by Vice President Biden on the Caribbean Energy Security Initiative. 26 Jan. 2015a. Disponible en: <https://bit.ly/41ZliSr>. Consultado el: 07 jun. 2025.

UNITED STATES. Executive Order 13808 of Aug. 24, 2017. Disponible en: <https://bit.ly/3Kn3ObV>. Consultado el: 07 jun. 2025.

UNITED STATES. USGS. **Geological Survey World Petroleum Assessment 2000a. Guyana-Suriname Basin**. Consultado el: 07 jun. 2025.

UNITED STATES. USGS. **World Petroleum Assessment 2000**. Description and results. U.S. Geological Survey Digital Data Series - DDS-60. 2000b Disponible en: <https://on.doi.gov/3F64pfl>. Consultado el: 07 jun. 2025.

UNITED STATES. USGS. World Petroleum Assessment 2000. **Guyana-Suriname Basin**: providence 6021. Assessment results summary allocated resources. 2000c. Disponible en: <https://bit.ly/3F91N09>. Consultado el: 07 jun. 2025.

VENEZUELA. Academia Nacional de la Historia. Rusia e Inglaterra en Asia Central. Federico Martins. Ediciones de la Presidencia de la República. 1981. Caracas

VENEZUELA. Congreso de la Republica. Ley aprobatoria del Acuerdo de Ginebra: para resolver la controversia entre Venezuela y el Reino Unido sobre la Frontera entre Venezuela y la Guayana Británica del 17 de febrero de 1966. **Gaceta Oficial**, Caracas, n. 28.088, 1966.

VENEZUELA. Ministerio de Petróleo y Minería. **Memoria y cuenta**. Caracas, 2014b.

VENEZUELA. Ministerio de Relaciones Exteriores. **Declaración conjunta de la Ministra de Relaciones Exteriores de la República Cooperativa de Guyana**: Su Excelencia Carolyn Rodrigues-Birkett y el Ministro Nicolás Maduro Moros. Puerto España, 2011. Disponible en: <https://bit.ly/3mxQLLj>. Consultado el: 07 jun. 2025.

VENEZUELA. Ministerio de Relaciones Exteriores. **Declaración conjunta del Ministro del Poder Popular para Relaciones Exteriores de la República Bolivariana de Venezuela**. Puerto España, 17 oct. 2013. Disponible en: <https://bit.ly/3l87nJc>. Consultado el: 07 jun. 2025.

VENEZUELA. Ministerio de Relaciones Exteriores. Decreto Presidencial n° 1.152 del 09/07/1968. **Libro Amarillo**, Caracas, p. 37, 1968.

VENEZUELA. Ministerio de Relaciones Exteriores. **Tratados Públicos y Acuerdos Internacionales de Venezuela**: v. LIII, t. I y II. Caracas, 2014a.

VENEZUELA. Ministerio de Relaciones Exteriores. **Los derechos venezolanos de soberanía en el Esequibo**. Capítulo - IV. Cronología del proceso de reclamación (1648-2001). Caracas 2002.

VENEZUELA. Ministerio de Relaciones Exteriores. **Informes de la Embajada de Venezuela en Guyana**. Fax N° II.2.G12.IV.I.G2/362 14DIC, 2005.

VENEZUELA. Ministerio de Relaciones Exteriores. **Informes de la Unidad Especial para Guyana del Ministerio de Relaciones Exteriores de Venezuela**. DOCPRTE-540, 2011.

VENEZUELA. PDVSA. **Compensation Agreement under the Framework of the Petrocaribe Energy Cooperation Agreement**. Between PDVSA Petroleo, S.A., and Guyana Energy Agency. Caracas, 2014c. Disponible en: <https://bit.ly/42149b2> Consultado el: 07 jun. 2025.

VENEZUELA. PDVSA. **Firmado acuerdo de suministro de hidrocarburos a Guyana**. Caracas, 30 ene. 2007. Disponible en: <https://bit.ly/3KFWPda> Consultado el: 07 jun. 2025.

WAEVER, Ole. Securitization and desecuritization. In: BUZAN, Barry; HANSEN, Lene (ed.). **International security: widening security**. v. 3. Los Angeles: Sage, 2007. p. 66–99.

WENNER, Mark; ROGERS, Roger; CLARKE, Dilon. **Guyana's PetroCaribe rice compensation scheme has ended: assessment and policy implications**. Washington: Inter-American Development Bank (IDB), Feb. 2016. (Technical note, n. 930). Disponible en: <https://bit.ly/3YyagRp>. Consultado el: 07 jun. 2025.

WORLD BANK. CIADI N.O ARB/07/27. 9 de octubre de 2014. Disponible en: <https://bit.ly/3FaLCQ0>. Consultado el: 07 jun. 2025.

Funciones de colaboración ejercidas

Ricardo Salvador De Toma-García:

Concepción; Metodología; Validación; Curación de datos; Gestión del proyecto; Visualización; Análisis formal; Recursos; Adquisición de financiación; Software; Investigación; Supervisión; Redacción (borrador original); Redacción (revisión y edición);

Información proporcionada por el autor según la [Taxonomía de Funciones de Colaboración \(CRediT\)](#)

O Beemote e o Leviatã: aspectos geopolíticos para a ausência de um acordo de paz entre Rússia e Japão

The Behemoth and the Leviathan: geopolitical aspects of the absence of a peace agreement between Russia and Japan

DOI: <https://doi.org/10.22456/2178-8839.144698>

Valdir da Silva Bezerra
Universidade Estatal de São Petersburgo, São Petersburgo, Rússia
sb1.valdir@gmail.com  

Resumo

O presente artigo explora as relações russo-japonesas a partir de meados do século XIX, com enfoque na disputa pelas ilhas Curilas do Sul, elemento determinante para a ausência de um acordo de paz entre os dois países desde o final da Segunda Guerra Mundial. Nesse contexto, a pesquisa objetiva demonstrar a importância da Geopolítica Clássica para o entendimento da rivalidade global entre a Rússia e o Ocidente, e como ela explica a desconfiança do Kremlin para com o Japão, aliado estratégico das potências marítimas anglo-saxãs ao longo do século XX. A metodologia adotada partirá de uma análise qualitativa de fontes históricas primárias e secundárias, utilizando-se de conceitos da Geopolítica Clássica, mais precisamente dos trabalhos de Halford J. Mackinder e Nicholas Spykman. A partir dessa abordagem, demonstra-se que as disputas por poder na Eurásia envolvendo a “potência terrestre” russa e as “potências marítimas” anglo-saxãs acabaram por interferir na resolução do litígio em torno das ilhas Curilas, impossibilitando, assim, a assinatura de um Acordo de Paz entre Rússia e Japão.

Palavras-chave: Eurásia; Teoria do Heartland; Teoria do Rimland; Ilhas Curilas; Geopolítica.

Abstract

This article explores Russian-Japanese relations from the mid-19th century onwards, focusing on the dispute over the South Kuril Islands, a determining factor in the absence of a peace agreement between the two countries since the end of World War II. In this context, the research aims to demonstrate the importance of Classical Geopolitics in understanding the global rivalry between Russia and the West and how it explains the Kremlin's distrust of Japan, a strategic ally of the Anglo-Saxon maritime powers throughout the 20th century. The methodology adopted will be based on a qualitative analysis of primary and secondary historical sources, using concepts from Classical Geopolitics, specifically, the works of Halford J. Mackinder and Nicholas Spykman. From this approach, it is demonstrated that the disputes for power in Eurasia involving the Russian 'land power' and the Anglo-Saxon 'sea powers' ended up interfering in the resolution of the conflict surrounding the Kuril Islands, thus making it impossible to sign a Peace Agreement between Russia and Japan.

Keywords: Eurasia; Heartland Theory; Rimland Theory; Kuril Islands; Geopolitics.

Recebido: 16 Dezembro 2024
Aceito: 05 Maio 2025

Conflitos de interesse: O autor não reportou potenciais conflitos de interesse



Este é um artigo publicado em acesso aberto e distribuição sob os termos da Licença [Creative Commons de Atribuição Não-Comercial Compartilhá-Igual 4.0 Internacional \(CC BY-NC-SA 4.0\)](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/), que permite seu uso, distribuição e reprodução em qualquer meio bem como sua transformação e criações a partir dele, desde que o autor e a fonte originais sejam creditados. Ainda, o material não pode ser usado para fins comerciais, e no caso de ser transformado, ou servir de base para outras criações, estas devem ser distribuídas sob a mesma licença que o original.

Introdução

Na tradição bíblica contida no livro de Jó e nos Salmos, somos apresentados a duas forças primordiais da natureza, o Beemote e o Leviatã. Enquanto Beemote é frequentemente associado à solidez e à força terrestre, na forma tipicamente ilustrada de um hipopótamo de proporções colossais, Leviatã, “a serpente marinha”, simboliza o domínio das águas e a fluidez do mar perante a rigidez continental. Tais arquétipos também encontram paralelo na Geopolítica Clássica do século XX, refletindo a dicotomia entre as chamadas “potências terrestres” (Beemote), caracterizadas pela expansão territorial contígua, e as “potências marítimas”, geralmente ilhas, marcadas pela projeção de poder sobre os oceanos através de esplendorosas forças navais.

Historicamente, impérios como o russo e o chinês podem ser vistos como Beemotes geopolíticos, focados na extensão territorial, na defesa de fronteiras rigidamente delimitadas e no controle de recursos naturais e/ou humanos abundantes. Sua estratégia, enquanto potências terrestres, prioriza a manutenção da ordem doméstica e a resistência a influências externas, trazidas pelos oceanos. Por outro lado, países como a Grã-Bretanha e os Estados Unidos incorporam o espírito do Leviatã, utilizando seu poder naval para garantir acesso a mercados, controlar rotas comerciais e exercer influência global de maneira descentralizada.

Esse embate entre terra e mar reflete, por sua vez, uma dinâmica geopolítica antiga e profundamente arraigada, moldando as relações internacionais e a própria Ordem Mundial como um todo. Diante desse quadro, importantes autores da Geopolítica Clássica do século XX, como o geógrafo inglês Halford Mackinder e o estrategista americano Nicholas Spykman buscaram analisar as dinâmicas de poder envolvendo as potências terrestres e as potências marítimas ao longo da história, elaborando verdadeiros “guias de conduta” para seus respectivos países. Na visão de ambos, a formação de alianças com Estados estratégicos estava intimamente ligada à manutenção da primazia anglo-saxônica no cenário internacional, contendo assim a aspiração de competidores continentais como França, Alemanha e Rússia.

A “rivalidade inerente” entre as potências da terra e as potências do mar, portanto, também caracterizaram as relações entre a Rússia e o Japão a partir de meados do século XIX, justamente o objeto de estudo desse artigo. Com efeito, foi no século XIX que ambos começaram a negociar o domínio e a soberania sobre as assim chamadas “ilhas Curilas”, uma cadeia de ilhas localizada entre o território russo de Kamtchatka e o território japonês de Hokkaido. Os primeiros acordos formais entre o Império Russo e o Japão a respeito das ilhas Curilas datam de 1855, no âmbito do Tratado de Shimoda¹. Nele, ficou estabelecido o controle japonês sobre as Curilas do Sul envolvendo o espaço compreendido entre Hokkaido e a ilha de Etorofu (択捉島); em 1875 foi firmado então o Tratado de São Petersburgo, no qual o Japão cedeu à Rússia os direitos sobre a ilha Sacalina em troca do controle japonês sobre a totalidade das ilhas Curilas, incluindo as Curilas do Norte (Holdsworth, 1976; Schoenbaum, 2008).

Já ao final da Segunda Guerra Mundial, na Conferência de Yalta, em fevereiro de 1945, as três potências aliadas (Grã-Bretanha, Estados Unidos e União Soviética) declararam que: dentro de dois ou três meses após a rendição alemã (que se deu em maio de 1945) os soviéticos deveriam entrar em guerra contra o Japão; em troca, Moscou receberia a) o controle definitivo da região sul da ilha Sacalina (sob controle japonês desde 1905), b) o arrendamento de *Port Arthur* (que a Rússia perdera para o Japão em 1905), tornando-a uma base naval soviética e c) o controle total sobre as ilhas Curilas².

Os soviéticos então procederam à anexação das Curilas durante sua campanha militar oriental contra o Império Japonês, expulsando os habitantes originários (Schoenbaum, 2008). Como o Japão capitulou de forma incondicional perante as potências Aliadas, havia muito pouco que o país podia fazer para alterar o novo *status-quo* territorial que fora

¹ Duas das ilhas atualmente disputadas pelo Japão, a saber, Habomai e Shikotan, não foram consideradas parte das Ilhas Curilas no Tratado de Shimoda de 1855; naquela época era de comum entendimento que ambas as ilhas pertenciam naturalmente ao Japão (Schoenbaum, 2008).

² Schoenbaum (2008) salienta, no entanto, que tais promessas feitas pelos Aliados à União Soviética durante a Conferência de Yalta não podiam ter efeitos jurídicos perante o Japão; isso porque o Direito Internacional da época proibia qualquer tratado de criar obrigações legais para um terceiro Estado sem o seu consentimento.

estabelecido. O Japão despedia-se assim das ilhas Curilas do Sul (Etorofu e Kunashiri), além de Shikotan e Habomai, chamadas até hoje pelos japoneses de “os Territórios do Norte” (北方領土, Hoppōryōdo).

Imagem 1 - Região de disputa entre Rússia e Japão, ilhas Curilas (vista aproximada)



Fonte: Google Earth (aberto). Edições complementares: Autor.

Dado o contexto acima, o presente artigo visa responder à seguinte pergunta: como as teorias da Geopolítica Clássica podem explicar a ausência de um acordo de paz entre Rússia e Japão? Logo, a pesquisa objetiva demonstrar que a ausência de um acordo de paz entre Rússia e Japão não se deve apenas a fatores ideológicos ou a divergências bilaterais quanto ao controle das Ilhas Curilas, mas que está profundamente enraizada na dinâmica das disputas geopolíticas globais entre Moscou e o Ocidente. Essas disputas refletiram ao longo do tempo o entrelaçamento dos interesses estratégicos da potência terrestre russa e das potências marítimas ocidentais, que enxergaram no Japão uma peça-chave para a contenção da Rússia, seja em sua forma imperial, seja como núcleo decisório da União Soviética.

Em termos metodológicos e de coleta de dados, adotamos um recorte pautado principalmente na análise de fonte primárias (discursos políticos, tratados, documentos históricos) que lidem com a visão russa, britânica e estadunidense acerca da importância estratégica do Japão para a consecução ou obstaculização de seus interesses. Quanto às fontes secundárias utilizadas, demos preferência a teses e artigos acadêmicos internacionais que versam com as disputas fronteiriças do Japão perante seus vizinhos asiáticos e em especial com a Rússia a partir do século XIX; no mais, também fizemos uso de obras importantes da Geopolítica Clássica, com enfoque nos trabalhos de Halford J. Mackinder (idealizador da “Teoria do *Heartland*”) e de Nicholas Spykman (idealizador da “Teoria do *Rimland*”). Ao mobilizar os conceitos desses dois autores, a pesquisa pretende lançar luz sobre as racionalidades geopolíticas por trás do impasse envolvendo as Ilhas Curilas, fator significativo para a ausência de um Acordo de Paz entre Rússia e Japão desde o final da Segunda Guerra Mundial. A coleta de dados e de fontes aqui apresentada, portanto, visa abordar o tema de modo a demonstrar a relevância do antagonismo histórico envolvendo a potência terrestre russa e as potências marítimas ocidentais para a persistência do contencioso fronteiriço russo-japonês.

Reconhecemos, porém, que a geopolítica não se configura como o único fator causal para a ausência de um acordo de paz russo-japonês e que outros aspectos importantes, como o econômico, militar, ideológico e sociocultural também exerçam influência sobre o litígio fronteiriço em torno das ilhas Curilas. Também reconhecemos que o presente artigo carece da inclusão do ponto de vista do Japão acerca de sua parceria com as potências marítimas do Ocidente. Contudo,

acreditamos justamente na possibilidade de que pesquisas posteriores complementem os argumentos aqui expostos, aprimorando assim o conhecimento acadêmico nacional a respeito do assunto. Confiamos, de todo modo, que o recorte aqui escolhido seja relevante para o entendimento do tema, ao chamar atenção para a Geopolítica Clássica como elemento interpretativo importante na compreensão das dinâmicas internacionais de nosso tempo.

“A União dos Leviatãs”: O século XIX e o papel do Japão na disputa entre Grã-Bretanha e Rússia

Com a vitória sobre as forças de Napoleão em 1812 e 1815, o Império Russo passou a ser encarado pela Europa com grande apreensão, “um país cujo território e forças militares faziam com que parecessem pequenos os recursos combinados de todo o resto do continente” (Kissinger, 2014, p. 42). O Congresso de Viena, resultante da derrota de Napoleão, ressuscitou na Europa a noção do chamado “equilíbrio de poder”, especialmente relevante para a Grã-Bretanha, que viu sua hegemonia internacional ser ameaçada pelas aspirações bonapartistas continentais no começo do século XIX (Cassels, 1996). Logo, na visão da Grã-Bretanha, era estritamente necessário frear o aumento da influência – seja na Europa, seja na Ásia – da potência continental da vez, o Império Russo (Black, 2008)³.

Não por acaso, os britânicos decidiram unir forças com o Império Otomano para derrotar os russos na famigerada Guerra da Criméia (1853-1856). Naquele momento, a Rússia havia sido acusada por Londres como “uma ameaça aos interesses britânicos e ao equilíbrio de poder (na Europa)” (Cassels, 1996, p. 65), causando a intervenção inglesa para a contenção da expansão russa sobre domínios otomanos. Enquanto o “equilíbrio de poder” europeu era abalado, em 8 de julho de 1853 o almirante americano Matthew Perry enviava quatro imponentes navios para o porto da Baía de Tóquio, buscando estabelecer relações comerciais com o Japão e garantir uma melhor posição estratégica para os Estados Unidos na Ásia (Navari, 2003). Até a visita do Almirante Perry ao porto de Tóquio, as relações entre o Império Russo e o Japão eram ínfimas, devido à política passiva das autoridades japonesas para com os países em seu entorno, mas também pelo desinteresse russo em estabelecer contatos com seu vizinho asiático; contudo, a partir da Restauração Meiji (1868-1889) no Japão, as interações entre os dois Estados ganharam contornos bastante conflitantes, devido a disputas por “zonas de influência” na região da Ásia-Pacífico (Tugova; Kamaliev, 2023).

A Grã-Bretanha, que buscava manter sua hegemonia naval na Ásia incontestada, decide firmar em 1902 um acordo com o Japão, no qual ambos os países reconheciam mutuamente seus interesses na China e na Coreia; no texto do acordo, qualquer uma das partes deveria tomar as medidas que considerasse “indispensáveis para salvaguardar esses interesses, (especialmente) se ameaçados pela ação agressiva de qualquer outra potência” (AGREEMENT OF ALLIANCE OF 1902, Art. I, tradução nossa). Além disso, o acordo previa que: em caso de guerra com uma terceira potência, a outra Parte deveria manter estrita neutralidade, mobilizando seus esforços diplomáticos para impedir que outros países se juntassem às hostilidades; todavia, se mais de uma potência decidisse agir de forma agressiva contra o país Aliado (AGREEMENT OF ALLIANCE OF 1902, Art. II e III)⁴, a outra Parte deveria acudi-la militarmente, se preciso.

Para os ingleses, o acordo naval firmado com Tóquio visava garantir a superioridade militar da “aliança do mar” sobre a potência terrestre rival, a Rússia (Sugawara, 2014). Era uma união, por assim dizer, de dois Leviatãs (um europeu e outro asiático) contra o Beemote continental representado pelo Império Russo, que avançava impetuosamente pelo continente Eurasiático, ameaçando os interesses britânicos na Índia (Navari, 2003; Hosoya, 2023). Arthur Balfour, primeiro-ministro britânico de 1902 a 1905, considerava a aliança com o Japão uma peça-chave na proteção dos interesses

³ Essa rivalidade anglo-russa ganharia a alcunha de ‘Grande Jogo’ (termo popularizado pelo romancista Rudyard Kipling em sua obra *Kim*, de 1901).

⁴ Todavia, se mais de uma potência decidisse agir de forma agressiva contra o país Aliado (seja ele o Japão ou a Grã-Bretanha), a outra Parte se comprometia a auxiliá-la militarmente, conduzindo então uma guerra em comum contra os agressores (Agreement of Alliance of 1902, Art. II e III).

globais e imperiais de Londres; no limite, os japoneses seriam úteis para frear a ascensão e expansão de potências continentais anti-britânicas no Extremo-Oriente, como era o caso da Rússia (Sugawara, 2014)⁵.

Neste momento do tempo, as autoridades em Londres já estavam bastante comprometidas com as visões geopolíticas esposadas pelo geógrafo Halford Mackinder (1861-1947) em seu trabalho “O Pivô Geográfico da História”, publicado em 1904. Nela, Mackinder (2011, p. 16) advertia para a vastidão dos espaços dentro do Império Russo, de “potencialidades incalculáveis”. Tais potencialidades eram, por sua vez, ampliadas pela expansão das estradas de ferro no interior da Rússia, a exemplo da Transiberiana, cujo principal trecho, que vai de Tcheliabinsk a Vladivostok, cerca de 7500 km, criava as condições para uma “mobilidade de poderes militar e econômico de longo alcance” (Mackinder, 2011, p. 16) dentro da Eurásia, ou “Ilha-Mundo”. Por “Ilha-Mundo” Mackinder significou a confluência geográfica de três continentes: África, Europa e Ásia, cuja região central, o *Heartland*, era composta pela Europa de Leste, sob domínio do Império Russo⁶.

Exercendo pressão sobre a Finlândia, a Escandinávia, a Polônia, a Turquia, a Pérsia (atual Irã), a China e a Índia, o Império Russo, complementa Mackinder (2011, p. 16), ocupava “posição central estratégica [...] [podendo] atacar por todos os lados e ser atingida por todos os lados, salvo o Norte”, sendo o pleno desenvolvimento de sua mobilidade ferroviária e militar na Eurásia apenas uma questão de tempo. No caso do Japão, a chegada da Transiberiana ao Extremo-Oriente trazia a preocupação com o aumento da influência russa na China e na Península Coreana (Holdsworth, 1976; Navari, 2003; Hosoya, 2023). Não por acaso, o desejo da Rússia pela obtenção de acesso a portos de águas quentes no Pacífico, especialmente *Port Arthur* (no sul da Manchúria) e pela extensão da Transiberiana em direção à Coreia ocasionou a guerra russo-japonesa de 1905, na qual o Japão – para surpresa de muitos – saiu-se vitorioso. Com o triunfo militar, o Japão consolidou sua posição como a primeira potência não-europeia do mundo, tornando-o um aliado ainda mais valioso para os esforços britânicos de contenção da Rússia (Navari, 2003; Sugawara, 2014)⁷.

Afinal, o Império Russo representava o “Estado Pivô” na “Teoria do *Heartland*” de Mackinder, detentor do controle político sobre as vastas regiões do Leste Europeu, o “Coração da Ilha-Mundo”, a saber, da Eurásia. Mackinder recomendou ao governo britânico que adotasse uma “estratégia de contenção” à Rússia no continente, impedindo com que a potência terrestre russa ameaçasse o equilíbrio global e a supremacia inglesa nos mares (Mackinder, 2011). Diante desse quadro, a Grã-Bretanha deveria ampliar sua influência em regiões ao entorno da “área pivô”, ocupada pelo Império Russo. Para essas regiões, Mackinder (2011) deu o nome de “Crescente Marginal Interno”, contendo Alemanha, Áustria, Turquia, Índia e China, e “Crescente Insular Externo” composto por África do Sul, Austrália, Estados Unidos, Canadá e Japão.

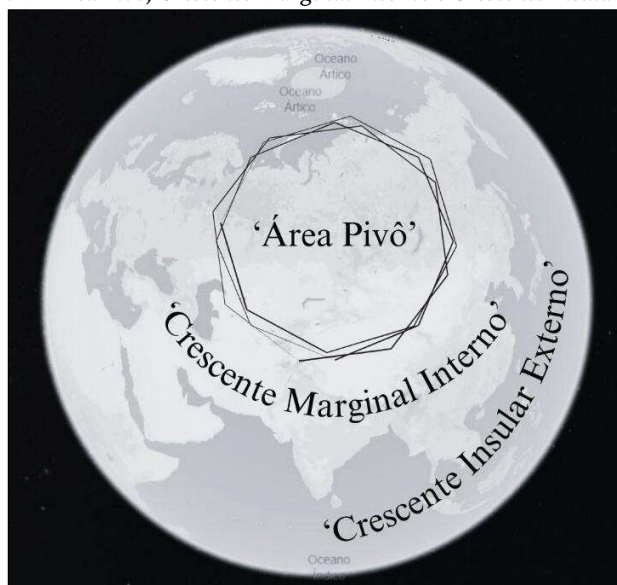
De acordo com os preceitos de Mackinder, em 1905, os ingleses renovaram sua Aliança com o Japão por mais 10 anos, reconhecendo os interesses de Tóquio na Coreia em troca da assistência militar japonesa para a defesa dos interesses britânicos na Índia (SUGAWARA, 2014). Do ponto de vista geopolítico, a Grã-Bretanha arregimentava um país estratégico do “Crescente Insular Externo” (o Japão) para a proteção do “Crescente Marginal Interno” (Índia e China), contendo assim a expansão e as aspirações do “Estado Pivô” (o Império Russo)⁸ dentro do continente.

⁵ Balfour não desejava apenas um “acordo limitado [...], mas [sim] uma aliança abrangente que protegesse o Império Britânico em todo o mundo” (SUGAWARA, 2014, p. 115, tradução nossa).

⁶ Diante desse contexto, a síntese geopolítica da ‘Teoria do *Heartland*’ de Mackinder defende o seguinte axioma “Quem domina o leste da Europa, domina o *Heartland*. Quem domina o *Heartland*, domina a ‘Ilha-Mundo’. Quem domina a ‘Ilha-Mundo’ governa o mundo inteiro”.

⁷ Diante desse contexto, a síntese geopolítica da ‘Teoria do *Heartland*’ de Mackinder defende o seguinte axioma “Quem domina o leste da Europa, domina o *Heartland*. Quem domina o *Heartland*, domina a ‘Ilha-Mundo’. Quem domina a ‘Ilha-Mundo’ governa o mundo inteiro”.

⁸ Com efeito, o czar Nicolau II percebeu claramente que a renovação da Aliança Anglo-Japonesa se dirigia contra a própria Rússia.

Imagem 2 - Área Pivô, Crescente Marginal Interno e Crescente Insular Externo

Fonte: Elaboração do autor, com base nos conceitos de Mackinder (2011).

De todo modo, em pouco mais de 10 anos, o Império Russo de Nicolau II entraria em colapso como resultado da Primeira Guerra Mundial e da chegada dos Bolcheviques ao poder em outubro de 1917. No final do conflito, um conselho de guerra Aliado⁹ (formado por Estados Unidos, França e Grã-Bretanha) solicitou ao Japão o envio de um contingente militar à Sibéria, com o intuito de limitar os avanços alemães no leste e assim proteger a Índia¹⁰; o exército do Japão desembarcou então no Extremo Leste russo em 12 de agosto de 1918; contudo, os militares japoneses continuaram na Sibéria mesmo após a guerra ter sido encerrada (Sugawara, 2014), algo que não havia sido acordado previamente pelos Aliados¹¹.

Fato é que, com o fim da Primeira Guerra Mundial, a Rússia – agora comandada pelos Bolcheviques – se encontrava numa posição relativamente enfraquecida, assolada por uma ferrenha guerra civil que durou de 1917 a 1921, além de enfrentar problemas econômicos urgentes. Diante desse cenário de crise no “Estado Pivô” da Eurásia, parecia desnecessário aos britânicos renovar sua aliança com o Japão; por outro lado, como mostrou a história, tanto a Rússia como a Alemanha – duas potências terrestres continentais – conseguiram recuperar-se econômica e militarmente. Nos mares, apenas três potências – Grã-Bretanha, Estados Unidos e Japão – eram capazes de afetar a ordem internacional (Sugawara, 2014). Novos desenvolvimentos políticos na Europa, como a ascensão alemã, colocariam Japão e Grã-Bretanha em lados opostos. Isso porque o Japão optou por se aproximar de um novo pretendente à hegemonia da Ilha-Mundo: a Alemanha de Hitler.

“Detendo a expansão do Beemote soviético”: A Guerra Fria e o Japão como “elemento basilar” da estratégia americana de contenção

Durante a terceira década do século XX, o Japão foi paulatinamente se afastando dos britânicos, em especial após a retirada japonesa da Liga das Nações em 27 de março de 1933, devido às campanhas militares de Tóquio no território da Manchúria (na China continental). Três anos depois, alemães e japoneses firmavam o famoso Pacto Anticomintern, no

⁹ Os Aliados na Primeira Guerra Mundial eram compostos por: Império Britânico, França, Rússia (até 1917) e mais tarde por Estados Unidos e Itália.

¹⁰ Arthur Balfour, à época Secretário de Estado para Assuntos Estrangeiros britânico, também apoiava uma grande intervenção japonesa desde Vladivostok até os Montes Urais, sob o pretexto de resgatar as forças tcheco-eslovacas que se encontravam isoladas na Rússia (Sugawara, 2014).

¹¹ Como resultado, Lenin aprovou a formação da República do Extremo Oriente em 1920, para servir de ‘Estado-tampão’ entre a Rússia Soviética – com capital em Moscou – e as forças japonesas no leste da Sibéria; a ideia era evitar um conflito militar direto com o Japão, dada a fragilidade dos bolcheviques, que na época lidavam com uma ferrenha guerra civil; em outubro de 1922, no entanto, os japoneses decidem deixar o território russo (Kolomyts; Kolomyts; Nevsky, 2023).

qual se comprometiam a combater a ameaça soviética, especialmente no campo ideológico¹². Já em dezembro de 1941, no auge da Segunda Guerra Mundial, o Japão decide atacar a base americana de Pearl Harbor, declarando guerra aos Estados Unidos. Tal movimento mostrar-se-ia catastrófico para os japoneses.

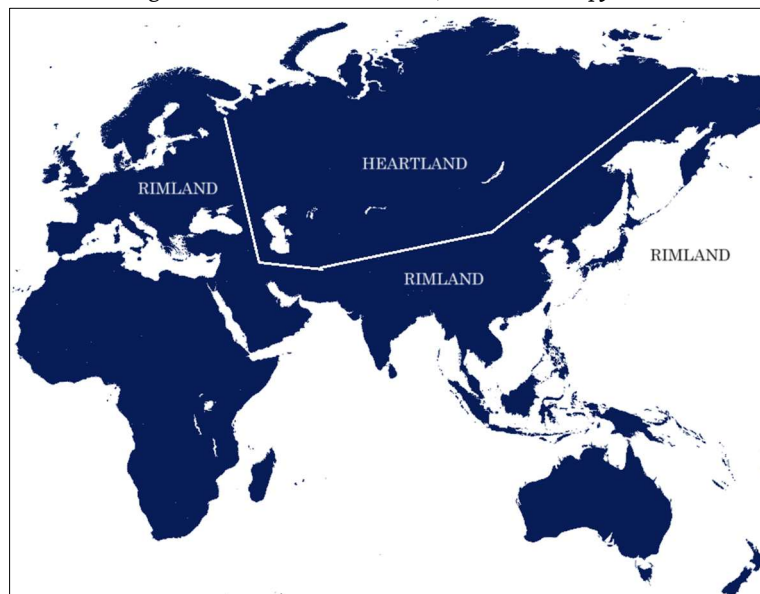
Isso porque, em agosto de 1945, três meses após a rendição alemã, o Japão torna-se o primeiro – e único – país da história a sofrer os efeitos de um ataque nuclear. Não obstante, Tóquio também perdeu o controle das ilhas Curilas, como resultado da campanha oriental implementada pelos soviéticos em agosto e setembro de 1945. Sem escolhas, o Império Japonês finalmente cedeu para os Aliados, sendo ocupado por tropas americanas, sob comando do General Douglas MacArthur, que liderou o processo de reorganização administrativa e social do Japão. No mais, outro resultado marcante da Segunda Guerra Mundial foi a derrocada definitiva da Grã-Bretanha como potência marítima global, substituída por um novo Leviatã em plena ascensão, os Estados Unidos da América. Com efeito, tanto os Estados Unidos como a União Soviética surgiam como as duas superpotências do pós-guerra, líderes de blocos políticos e econômicos antagônicos, com os americanos na vanguarda do campo capitalista e os soviéticos na liderança do campo socialista internacional. A esse novo estado de coisas deu-se então o nome de Guerra Fria.

Entretanto, o que não mudou foi a oposição geopolítica entre o Beemote e o Leviatã pela dominância da Eurásia, representados então pela União Soviética e pelos Estados Unidos da América. Logo, era preciso que os americanos pensassem numa atualização da política de “contenção à Rússia” empregada pelos britânicos no século XIX e ela veio na forma da “Teoria do *Rimland*”, elaborada pelo geógrafo Nicholas Spykman. Para Spykman, as periferias da Eurásia representavam o verdadeiro epicentro da geopolítica global (Spykman, 2020), funcionando como o “cordão sanitário” ideal para conter a expansão da potência terrestre eurasiática.

Diferentemente de Mackinder, a síntese geopolítica de Spykman defendia o seguinte axioma: “Quem controla o *Rimland* governa a Eurásia, quem governa a Eurásia controla os destinos do mundo”. Nesse contexto, o Japão, situado no extremo oriental do *Rimland*, tornava-se elemento-chave para a estratégia americana do pós-guerra, dado seu acesso direto ao Pacífico e proximidade com países como a China, a Coreia do Norte e a União Soviética, servindo de barreira para a expansão do comunismo na Ásia (Grønning, 2019)¹³. Logo, os Estados Unidos estacionaram tropas e bases militares em solo japonês (sobretudo na ilha de Okinawa), enviando um sinal claro à União Soviética e à China de Mao Zedong de que a presença americana na Ásia seria um contraponto às aspirações do bloco socialista.

¹² O Comunismo, por sua vez, tratava-se de um projeto de reorganização socioeconômica radical encabeçado desde 1922 pela União Soviética, cujo objetivo era erradicar o capitalismo burguês das potências imperialistas do Ocidente.

¹³ Tóquio, por sua vez, aliou-se aos americanos em troca de proteção e auxílio econômico para sua reconstrução, da mesma forma como fizera a Europa Ocidental no âmbito do Plano Marshall.

Imagem 3 - Heartland e Rimland, na Teoria de Spykman

Fonte: Elaboração do autor, com base nos conceitos de Nicholas Spykman (1942).

Em sua obra “A Estratégia Americana na Política Mundial” de 1942, Spykman sugeria que os Estados Unidos deveriam usar seu poderio militar não apenas para a proteção de seu próprio território, como defendido pela corrente “isolacionista” da política externa americana, mas também para a proteção do território de outros Estados que, na interpretação de Washington, contribuíssem para a sua própria segurança dentro do sistema internacional. Era justamente assim que os formuladores de políticas na Casa Branca enxergavam o Japão do pós-guerra. Somado a isso, os Estados Unidos acataram de forma praticamente irrestrita as orientações do diplomata George Kennan em seu longo-telegrama, datado de 1947, no qual destacou a União Soviética como um “Estado-rival”, exigindo dos americanos uma política de “contenção firme, concebida para confrontar os russos com uma contraforça inalterável em todos os pontos onde eles demonstrassem sinais de cerceamento dos interesses de um mundo pacífico e estável” (Kennan, 1947, s.p., tradução nossa).

Em tais circunstâncias, alertava Kennan, a política de contenção dos Estados Unidos em relação à União Soviética deveria ser de longo prazo, paciente e vigilante, de modo a deter as tendências expansionistas russas. Dentro dessa lógica, em 1951 é assinado o Tratado de Paz de São Francisco, que colocava o Japão na proteção direta dos Estados Unidos¹⁴, tornando-se a ponta do “cordão sanitário” ocidental em torno da União Soviética de Stalin e da China de Mao (Navari, 2003), ao lado de países como Coreia do Sul, Tailândia e Filipinas, com os quais os americanos também concluíram acordos de segurança coletiva e pactos de assistência mútua.

Apesar disso, o Japão ainda detinha certa esperança de retomar os “Territórios do Norte”. Em 1955 o Japão e a União Soviética estiveram relativamente perto de assinar um Acordo de Paz, em troca do retorno das ilhas Shikotan e Habomai (ver imagem 1) ao controle de Tóquio; porém, o então Secretário de Estado norte-americano da época, John Foster Dulles, em reunião com o ministro dos Negócios Estrangeiros japonês, Mamoru Shigemitsu, mencionou que: se o Japão abrisse mão das ilhas de Etorofu e Kunashiri em favor dos soviéticos, as tropas americanas permaneceriam indefinidamente em Okinawa; segundo Schoenbaum (2008) a ameaça de Dulles fez com que o Japão regredisse em sua posição negociadora,

¹⁴ No âmbito do Tratado, Tóquio também renunciou a todos os seus direitos e reivindicações sobre as ilhas Curilas e a porção sul da Sacalina, adquiridas como resultado da vitória japonesa sobre o Império Russo em 1905.

passando a exigir dos soviéticos nada menos do que a devolução das quatro ilhas (Shikotan, Habomai, Etorofu e Kunashiri); caso contrário, não poderia existir nenhum acordo de paz com os russos.

Esse episódio serve para demonstrar o grau de influência de Washington sobre as decisões de política externa do Japão no período da Guerra Fria, em especial no âmbito da política de contenção à União Soviética. Anos depois, em 1978, Moscou alocou algumas unidades de suas forças terrestres nas ilhas de Kunashiri, Etorofu e Shikotan, para desagrado de Tóquio. Além disso, até 1987¹⁵ um terço de todos os mísseis nucleares soviéticos de médio alcance (com capacidade de trajeto entre 500 e 5500 km) estava estacionado na porção asiática da Rússia, podendo atingir, além dos Estados Unidos, a Coreia do Sul e o próprio Japão. De todo modo, a Guerra Fria terminaria em 1991, com o Japão tendo sido “elemento basilar” para a presença americana na Ásia (National Security Strategy, 1987)¹⁶.

“Novos tempos, velhos problemas”: Os anos 2000 e a oposição entre Moscou e o Ocidente

Após o fim da Guerra Fria, mesmo que a Rússia de Boris Yeltsin não mais representasse uma ameaça ao Ocidente, os Estados Unidos ainda mantinham uma força de cerca de 100.000 homens na Ásia Oriental (NATIONAL SECURITY STRATEGY, 1995), a maior parte desse contingente estacionada no Japão e na Coreia do Sul. Não obstante, apesar do desaparecimento da União Soviética, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) continuou a existir e a aumentar de tamanho, iniciando uma série de ondas de expansão a partir de 1999, incorporando países do Leste Europeu, no centro do “Coração” da Eurásia.

Por outro lado, a relação entre Estados Unidos e Japão continuava firme. Conforme escreveu Zbigniew Brzezinski, influente estrategista geopolítico americano e ex-conselheiro de segurança nacional durante o período Jimmy Carter (1977-1981), Washington precisaria gerir a inquietação do Japão quanto ao seu *status* de “protetorado estadunidense” na Ásia, uma vez que o relacionamento próximo com Tóquio atendia aos interesses globais dos Estados Unidos (Brzezinski, 1997).

Já o objetivo estratégico da Rússia pós-Guerra Fria era o de aproveitar os recursos econômicos e tecnológicos japoneses para a modernização da Sibéria oriental, atraindo investimentos para o setor de petróleo e de gás; tal relacionamento seria útil também para o Japão, permitindo-o diversificar seus fornecedores de matéria-prima, tendo em vista a constante instabilidade política em regiões como o Oriente Médio (Tugova; Kamaliev, 2023). Dentro desse quadro, a Rússia estava disposta a negociar a disputa territorial com o Japão, mas com base na chamada “Declaração de Moscou de 1956”, que versava sobre a devolução das ilhas Shikotan e Habomai, em troca da assinatura de um acordo de paz entre os dois países (Trenin, 2021).

Ademais, com a chegada de Shinzo Abe ao poder no Japão em 2012 e com a reeleição de Vladimir Putin para a presidência da Rússia naquele mesmo ano, ambos os países vivenciaram um período de (re)aproximação (Trenin, 2021). Todavia, o entendimento de Abe era de que: um tratado de paz com os russos só poderia ser assinado caso Tóquio retomassem o controle sobre todos os “Territórios do Norte”, a saber, sobre as quatro ilhas das Curilas do Sul (ver imagem 1). De todo modo, as perspectivas de retomada de uma negociação a respeito das Curilas do Sul foram prejudicadas pela intervenção russa na Ucrânia em 2014, seguida da anexação da Crimeia em março daquele ano.

Como resultado, o governo japonês se uniu aos Estados Unidos e seus parceiros europeus na aplicação de sanções contra o Kremlin. Na prática, os japoneses reconheceram a primazia da manutenção de seus laços políticos com Washington (Grønning, 2019), em detrimento de sua aproximação temporária com Moscou durante a era Abe¹⁷. Em 2016,

¹⁵ Ano em que ocorre a assinatura do INF Treaty (Tratado Sobre Forças Nucleares de Alcance Intermediário) entre a União Soviética e os Estados Unidos.

¹⁶ Fora justamente o comércio um dos principais motores do crescimento econômico japonês das décadas de 1970 e 1980, a ponto de, ao final da Guerra Fria, ser considerado como o novo pretendente ao status de superpotência global ao lado dos Estados Unidos.

¹⁷ As declarações oficiais japonesas da época opunham-se a mudanças no status territorial de um Estado pelo uso da força, aludindo não só à anexação da Crimeia pela Rússia como aos esforços da China para reivindicar as ilhas Diaoyu/Senkaku (GRØNNING, 2019), que são reclamadas pelo Japão.

Putin questionou abertamente o Japão a respeito da aplicação de sanções contra a Rússia, colocando em dúvida o real grau de liberdade do governo japonês perante os Estados Unidos.

Em relação aos americanos, Putin também guardava certos questionamentos. Em especial, por conta da ampliação da OTAN para o Leste no pós-Guerra Fria, assim como pela instalação de escudos antimísseis em países como Polônia e Romênia, algo que só foi possível pela saída unilateral dos Estados Unidos do Tratado Sobre Limitação de Sistemas de Mísseis Antibalísticos em 2002¹⁸. Segundo o Kremlin, esses sistemas são facilmente convertíveis em aparatos de ataque, o que demonstra a intenção americana de obter uma soberania militar na Eurásia. À luz desse raciocínio, a devolução das Curilas do Sul ao Japão poderia resultar na implantação de escudos antimísseis norte-americanos naqueles territórios, capazes de neutralizar o poderio ofensivo da Rússia em seu flanco oriental (Tugova; Kamalieva, 2023). Essa mesma interpretação foi empregada por Putin em 2017, ao responder a um jornalista japonês a respeito do futuro das ilhas Curilas do Sul.

Não sem razão, durante a sessão plenária do Fórum Econômico Oriental de Vladivostok (na Rússia) em 2018, Putin sugeriu a Shinzo Abe uma mudança radical da postura japonesa quanto à assinatura de um Acordo de Paz. Na ocasião, o presidente russo propôs concluir o acordo até o final daquele ano, mas sem a imposição de quaisquer condições prévias, e só depois discutir uma solução final para a questão das Curilas do Sul. Abe e a administração japonesa não acataram a sugestão de Putin, por entenderem que o Japão, se assim o fizesse, perderia o pouco poder de barganha que ainda possui sobre a Rússia, no sentido de retomar o controle dos “Territórios do Norte”.

Já em outubro de 2018, o presidente americano Donald Trump anunciou que os Estados Unidos planejavam retirar-se em definitivo do Tratado Sobre Forças Nucleares de Alcance Intermediário, assinado em 1986 entre Ronald Reagan e Mikhail Gorbachev, medida essa formalizada em fevereiro de 2019. De modo geral, o abandono desses tratados conduziu a uma nova realidade estratégica entre a Rússia e os Estados Unidos, cujos efeitos também reverberaram sobre o Japão. Desde então, o Kremlin passou a reear a instalação de mísseis de médio alcance em território japonês, o que representaria uma clara ameaça para a segurança da Rússia. Isso porque, conforme raciocínio já exposto, na visão de Moscou, caso os “Territórios do Norte” retornassem ao Japão, logo eles serviriam de base para elementos missilísticos defensivos e ofensivos direcionados para a Rússia (Trenin, 2021).

Por fim, com a eclosão da guerra na Ucrânia em 2022, o Japão mais uma vez aderiu às sanções do Ocidente contra a Rússia. Além disso, segundo o *White Paper* de 2023 do Ministério da Defesa do Japão, Moscou implantou mísseis de tipo terra-navio do modelo “Bastion” (com alcance de até 300 km) e mísseis do modelo “Bal” (com alcance de até 130 km) nas ilhas de Etorofu e Kunashiri.¹⁹ Como resposta a esse novo ambiente de instabilidade, em janeiro de 2023, o então Secretário-Geral da OTAN Jens Stoltenberg visitou o Japão, prometendo uma maior cooperação entre a Aliança Atlântica e os países asiáticos, ante à agressão russa e ao comportamento desafiador de Pequim no Mar do Sul da China. Na ocasião, Stoltenberg também fez menção de abrir um escritório regional da OTAN em solo japonês. Diante desse cenário, o litígio em torno das Curilas do Sul torna-se muito mais complexo do que uma típica contenda fronteiriça entre duas potências. Trata-se, na verdade, de uma disputa que envolve diversos elementos da Geopolítica Clássica do século XX, que permanece sendo ferramenta útil para compreendermos as relações internacionais de nossos tempos.

¹⁸ Assinado em 1972 entre americanos e soviéticos, o tratado previa que nenhuma das Partes deveria implantar sistemas de defesa [antimísseis] que prejudicassem a dissuasão nuclear do outro e, assim, induzi-lo a tomar contramedidas que aumentem a instabilidade internacional (A NATIONAL SECURITY STRATEGY FOR A GLOBAL AGE, 2000).

¹⁹ O documento ainda mencionava, de forma alarmante, que o Japão enfrenta hoje “o ambiente de segurança mais severo e complexo desde o final da Segunda Guerra Mundial” (DEFENSE OF JAPAN, 2023, p. 1, tradução nossa).

Conclusão

A reivindicação do Japão acerca dos “Territórios do Norte” permanece sendo o principal impasse para a assinatura de um Acordo de Paz entre Tóquio e Moscou desde o final da Segunda Guerra Mundial. Contudo, o presente artigo procurou demonstrar que a disputa territorial pelas Curilas do Sul encontra-se envolta num quadro bastante mais amplo de rivalidades geopolíticas entre a Rússia e o Ocidente. Dada sua posição estratégica, o Japão atuou como um contrapeso fundamental à expansão russa no continente Eurasiático, de acordo com os preceitos da “Teoria do *Heartland*” de Halford Mackinder e da “Teoria do *Rimland*” de Nicholas Spykman.

Assim sendo, a principal contribuição deste trabalho frente aos estudos existentes acerca do tema consiste no uso de teorias da Geopolítica Clássica do século XX como uma resposta possível para se explicar a ausência de um acordo de paz entre Rússia e Japão. Afinal, as Ilhas Curilas estão inseridas num complexo tabuleiro geopolítico composto – figurativamente – pelo Beemote russo e os Leviatãs anglo-saxões. Nesse contexto, segundo a “Teoria do *Heartland*”, a Rússia, que ocupa uma posição estratégica central dentro da Eurásia, detém naturalmente grande desconfiança quanto às alianças marítimas formadas pela tríade Grã-Bretanha-Japão-Estados Unidos ao longo dos últimos séculos.

Já segundo a “Teoria do *Rimland*”, o controle americano das zonas periféricas da Eurásia – onde o Japão está localizado – é um fator essencial para alimentar as preocupações russas acerca da aliança entre Tóquio e Washington. Isso porque a recusa do Kremlin em devolver as Curilas do Sul ao Japão decorre – em boa medida – do temor de que essas ilhas venham a se tornar bases militares norte-americanas na região, comprometendo a segurança russa no Extremo Oriente, bem como a sua Frota do Pacífico. Em síntese, a ausência de um acordo de paz entre Rússia e Japão não é apenas uma questão bilateral, mas reflete uma lógica de contenção e rivalidade estrutural entre potências terrestres e marítimas, conforme os postulados da Geopolítica Clássica. Ademais, a eclosão da guerra na Ucrânia em 2022 apenas acirrou essa rivalidade, prejudicando quaisquer perspectivas de uma concessão territorial russa em favor do Japão.

Ainda sobre rivalidades estruturais, há que se levar em conta a chamada “parceria estratégica sem limites” formada por Rússia e China ao longo dos últimos anos, cujo aprofundamento tem causado certa apreensão no Ocidente, Japão incluso. Diante desse quadro, reconhecemos a importância de estudos complementares acerca dos efeitos da parceria sino-russa para a manutenção da aliança nipo-estadunidense no Leste Asiático, especialmente considerando a ascensão militar chinesa na região e o desafio lançado pela Rússia às potências ocidentais no âmbito da guerra na Ucrânia. Com efeito, permanecendo essas condições, a Geopolítica Clássica nos aponta que a assinatura de um Acordo de Paz entre Rússia e Japão nunca esteve tão longe de acontecer.

Referências

МЕДВЕДЕВ, Дмитрий. **Итоги года с Президентом России**: Дмитрий Медведев в прямом эфире беседовал с руководителями российских телеканалов – Первого, «России» и НТВ: Константином Эрнстом, Олегом Добродеевым и Владимиром Кулистиковым. Москва, 2010. DISPONÍVEL EM: <http://kremlin.ru/events/president/news/9888>

ПУТИН, Владимир. **Ответы на вопросы журналистов по итогам встречи лидеров экономик форума АТЭС**. Президент России: 2016. Disponível em: <http://kremlin.ru/events/president/news/53284>

菅 直人. **A P E C 議長記者会見**. Prime Minister of Japan and His Cabinet: 2010. Disponível em: <https://www.kantei.go.jp/jp/kan/statement/201011/14kaiken.html>

AGREEMENT OF ALLIANCE OF 1902. **Agreement of Alliance between Japan and Great Britain, 1902, First Anglo-Japanese Alliance**. London: 1902. Disponível em: <https://worldjpn.net/documents/texts/pw/19020130.T1E.html>

BLACK, Jeremy. **Great Powers and the Quest for Hegemony**: The world order since World Order Since 1500. London: Routledge, 2008.

BRZEZINSKI, Zbigniew. **A Geostrategy for Eurasia**. United States: Foreign Affairs, 1997. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/asia/1997-09-01/geostrategy-eurasia>

BROWN, James D.J. **Japan's Aging Pro-Russia Lobby Is on Borrowed Time**: As elderly proponents of close ties with Moscow leave the stage, it's unlikely there will be anyone to fill their shoes. Carnegie Endowment for International Peace: Washington, 2023. Disponível em: <https://carnegieendowment.org/politika/90763>.

CASSELS, Alan. **Ideology and International Relations in the Modern World**. Routledge: 1996.

GRØNNING, Bjørn Elias Mikalsen. **The Japan–China–Russia Triangle and Security in North East Asia**. In: BEKKEVOLD, Jo Inge; LO, Bobo (ed.). Sino-Russian relations in the 21st century. Cham: Palgrave Macmillan, 2019.

HOLDSWORTH, Richard. **Japanese Peace Treaty Negotiations with the Soviet Union and China, January to April, 1975**. Millennium: Journal of International Studies, 1976, p. 41-57, 1976. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/03058298760050010401?journalCode=mila>.

HOSOYA, Yuichi. **The Russo-Japanese War and Modern International Society**. In: Yamauchi, M., Hosoya, Y. (eds) Modern Japan's Place in World History. Springer, Singapore, 2023, p. 25-37, 2023. Disponível em: https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-981-19-9593-4_3.

JAPANESE (MINISTRY OF DEFENSE). **Defense of Japan 2022**. Tokyo: 2022. Disponível em: https://www.mod.go.jp/en/publ/w_paper/wp2022/DOJ2022_Digest_EN.pdf.

JAPANESE (MINISTRY OF DEFENSE). **Defense of Japan 2023**. Tokyo: 2023. Disponível em: https://www.mod.go.jp/en/publ/w_paper/wp2023/DOJ2023_EN_Full.pdf.

KENNAN, George F. **The Sources of Soviet Conduct**. United States: Foreign Affairs, 1947. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/russian-federation/george-kennan-sources-soviet-conduct>.

KISSINGER, Henry. **Ordem mundial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.

KOLOMYTS, Dmitriy Mikhaylovich; KOLOMYTS, Ol'ga Grigor'yevna; NEVSKIY, Yegor Sergeyevich. **Na puti k SSSR: Osobennosti gosudarstvennogo stroitel'stva na Dal'nem Vostoke (1920-1922 gody)**. Rossiyskiye issledovaniya, 2023. T4, n. 1 Nº1, /p. S.20-37, 2023.

КОЛОМЫЦ, Дмитрий Михайлович; КОЛОМЫЦ, Ольга Григорьевна; НЕВСКИЙ, Егор Сергеевич. **На пути к СССР: Особенности государственного строительства на Дальнем Востоке (1920-1922 Годы)**. Российские Исследования, 2023. T4, Nº1 / C.20-37.

KOTKIN, Stephen. **American Hustle**: What Mueller Found - and Didn't Find - About Trump and Russia. Foreign Affairs, jul/ago, p. 62-78, 2019.

MACKINDER, Halford. O Pivô Geográfico da História. **Revista de Geopolítica**, v. 2, n. 2, p. 3-27, jul./dez. 2011. Tradução: COLODA, Thiago Alberto; ANDRADE, Bianca de. Disponível em: <http://www.revistageopolitica.com.br/index.php/revistageopolitica/article/view/30/30>.

NAVARI, Cornelia. **Internationalism and the State in the Twentieth Century**. London: Taylor & Francis, 2003.

PUTIN, Vladimir. **Interv'yu Vladimira Putina telekompanii «Nippon» i gazete «Iomiuri»**. Prezident Rossii: 2016. ПУТИН, Владимир. Интервью Владимира Путина телекомпании «Ниппон» и газете «Иомиури». Президент России: 2016a. Disponível em: <http://kremlin.ru/events/president/news/53455>.

PUTIN, Vladimir. **Plenarnoye zasedaniye Vostochnogo ekonomicheskogo foruma**. Prezident Rossii: 2018. ПУТИН, Владимир. **Пленарное заседание Восточного экономического форума**. Президент России: 2018. Disponível em: <http://kremlin.ru/events/president/news/58537>.

PUTIN, Vladimir. **Vstrecha s rukovoditelyami mezhdunarodnykh informatsionnykh agentstv**. Prezident Rossii: 2017. ПУТИН, Владимир. **Встреча с руководителями международных информационных агентств**. Президент России: 2017. Disponível em: <http://kremlin.ru/events/president/news/54650>.

SCHOENBAUM, Thomas J (Ed). **Peace in Northeast Asia**: Resolving Japan's Territorial and Maritime Disputes with China, Korea and the Russian Federation. United States: Edward Elgar, 2008 (e-book version).

SPYKMAN, Nicholas John. **A Geografia da Paz**. São Paulo: Editora Hucitec, 1ª Edição, 2020.

SPYKMAN, Nicholas John. **America's Strategy in World Politics**: The United States and the Balance of Power. United States: Harcourt, 1942.

SUGAWARA, Takeshi. **A Matter of Imperial Defence**: Arthur Balfour and the Anglo-Japanese Alliance, 1894-1923. Doctoral thesis, University of East Anglia. Norwich: United Kingdom, 2014. Disponível em: <https://ueaeprints.uea.ac.uk/id/eprint/51481/>.

THE YALTA CONFERENCE (1945). **The Avalon Project**: Documents in Law, History and Diplomacy. Yale Law School: 2008. Disponível em: <https://avalon.law.yale.edu/wwii/yalta.asp>.

TREATY OF PEACE WITH JAPAN (1951). **"The World and Japan" Database**. The University of Tokyo: n/d. Disponível em: <https://worldjpn.net/documents/texts/docs/19510908.TIE.html>.

TRENIN, Dmitriy. **Novyy Balans Sil**: Rossiya v poiskakh vneshnepoliticheskogo ravnovesiya. Al'pina: Moskva, 2021. ТРЕНИН, Дмитрий. **Новый Баланс Сил**: Россия в поисках внешнеполитического равновесия. Альпина: Москва, 2021

TUGOVA, Yaroslava Aleksandrovna; KAMALIYEVA, Gul'fiya Zilifovna. **Rossiysko-yaponskiye otnosheniya v XXI veke: ekonomicheskoye partnerstvo ili indifferentnost?** Rossiyskiye Issledovaniya, t. 4, n. 2, p. 118-132, 2023.

UNITED STATES OF AMERICA. **A National Security Strategy for A Global Age**. Washington D.C.: The White House, 2000. Disponível em: <https://history.defense.gov/Portals/70/Documents/nss/nss2000.pdf?ver=vuulvGikFVVIHusDPL21Aw%3d%3d>.

UNITED STATES OF AMERICA. **A National Security Strategy of Engagement and Enlargement**. Washington D. C.: The White House, 1995. Disponível em: <https://history.defense.gov/Portals/70/Documents/nss/nss1995.pdf?ver=pzgo9pkDsWmIQqTYTC6O-Q%3d%3d>

UNITED STATES OF AMERICA. **National Security Strategy of The United States**. Washington D.C.: The White House, 1987. Disponível em: <https://history.defense.gov/Portals/70/Documents/nss/nss1987.pdf?ver=FUZbPLy3ZDfa4UTDpMkNzw%3d%3d>.

Funções de colaboração exercidas

Valdir da Silva Bezerra:

Metodologia; Análise formal; Investigação; Escrita (primeira redação)

Informações fornecidas pelo autor de acordo com a [Taxonomia de Funções de Colaborador \(CRediT\)](#)

O impacto da proposta chinesa de Civilização Ecológica no Sistema Agroalimentar: uma análise da experiência da COFCO International

The Impact of China's Ecological Civilization Proposal on the agri-food system: an analysis of the COFCO International experience

DOI: <https://doi.org/10.22456/2178-8839.144268>

Laura Schneider de Lima

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG), Belo Horizonte, Brasil

lauraslima6@hotmail.com  

Marina Paula Oliveira

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG), Belo Horizonte, Brasil

marinapaulaoliveira@gmail.com  

Resumo

A China, a partir da proposta de Civilização Ecológica, incorporada na constituição do Partido Comunista Chinês em 2012, iniciou a implementação de reformas administrativas para controlar os impactos ambientais, adotando uma abordagem multidimensional que considera aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais. Este artigo pretende investigar de que forma a ideia de Civilização Ecológica é incorporada nas políticas chinesas para o sistema agroalimentar, a partir do estudo de caso da política de sustentabilidade da COFCO International, uma das principais empresas estatais do setor no cenário internacional. Com base nas categorias de análise utilizadas, obteve-se como resultado uma prevalência das políticas com foco na avaliação dos funcionários públicos e uma insuficiência das políticas fiscais para o caso da COFCO. A pesquisa é de caráter qualitativo e utilizou análise documental dos Relatórios de Sustentabilidade da empresa.

Palavras-chave: China; Civilização Ecológica; COFCO International.

Abstract

China, through its Ecological Civilization proposal, incorporated into the Constitution of the Communist Party of China in 2012, initiated the implementation of administrative reforms to address environmental impacts. This approach adopts a multidimensional perspective, encompassing social, political, economic, and cultural dimensions. This article seeks to investigate how the concept of Ecological Civilization is integrated into China's policies for the agri-food sector, using the case study of COFCO International's sustainability policy – one of the leading state-owned enterprises in the sector on the international stage. Based on the analysis categories employed, the results indicate a prevalence of policies focused on the evaluation of public employees and an insufficiency of fiscal policies in the case of COFCO. The research is qualitative in nature and employs document analysis of the company's Sustainability Reports.

Keywords: China; Ecological Civilization; COFCO International.

Recebido: 28 Novembro 2024

Aceito: 03 Junho 2025

Conflitos de interesse: As autoras não reportaram potenciais conflitos de interesse



Este é um artigo publicado em acesso aberto e distribuição sob os termos da Licença [Creative Commons de Atribuição Não-Comercial Compartilhá-Igual 4.0 Internacional \(CC BY-NC-SA 4.0\)](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/), que permite seu uso, distribuição e reprodução em qualquer meio bem como sua transformação e criações a partir dele, desde que o autor e a fonte originais sejam creditados. Ainda, o material não pode ser usado para fins comerciais, e no caso de ser transformado, ou servir de base para outras criações, estas devem ser distribuídas sob a mesma licença que o original.

Introdução

O cenário de emergência climática tem exigido de governos e empresas a adoção de políticas ambientais. Apesar do meio ambiente passar a integrar a agenda política internacional a partir de meados de 1970 (Souza, 2024), os impactos agravados pelo desequilíbrio ambiental têm acelerado a necessidade de adoção de políticas em nível local, nacional e internacional. A China, que detém cerca de 20% da população mundial e figura como o maior emissor anual de gases de efeito estufa, apresenta também uma oportunidade de mudança civilizacional sobre o tema, um exemplo de "possível transição de um modelo de crescimento de manufatura com uso intensivo de carbono para um caminho mais sustentável" (Kyriakopoulou; Qian Xia; Xie, 2022, p. 1, tradução nossa)¹.

Nos últimos anos, os impactos ambientais no território chinês se intensificaram, especialmente em razão da poluição do solo, das águas e do ar. Dados divulgados pelo governo chinês mostram que aproximadamente 500 mil chineses morrem anualmente devido à poluição (Wang; He; Fan, 2014). O setor agrícola, por sua vez, impõe à China ainda mais desafios ambientais. A poluição das terras aráveis pelo uso excessivo de insumos químicos é hoje considerada um dos principais problemas para a segurança alimentar do país, e a busca por tecnologias e desenvolvimento científico agrícola é entendida como essencial para uma produção agroalimentar sustentável (Bispo; Martins; Cechin, 2023). Nesse sentido, a busca pela sustentabilidade ambiental é vista como estratégica para o governo chinês, seja em relação à manutenção da vida humana e da natureza ou de seu processo de crescimento e desenvolvimento socioeconômico.

Este movimento pode ser percebido tanto a nível doméstico quanto internacional. O país tem assumido a liderança global do processo de transição energética, a partir da intensificação de sua participação em organizações multilaterais, como G20, Fórum Internacional de Energia e Agência Internacional de Energia, assim como tem ampliado o estabelecimento de cooperação bilateral com diferentes países e investido internacionalmente no desenvolvimento e avanço tecnológico para produção de energias renováveis (Kyriakopoulou; Qian Xia; Xie, 2022). No âmbito doméstico, o país vem atualizando também suas políticas ambientais. Atualmente, as estratégias vigentes dizem respeito à proposta de Civilização Ecológica, que incorpora tanto aspectos ambientais, como sociais, políticos, econômicos e culturais para a construção de uma política transdisciplinar.

Nesse contexto, o objetivo desta investigação é analisar de que forma a noção de Civilização Ecológica é incorporada nas políticas chinesas para o sistema agroalimentar por meio da China Oil and Foodstuffs Corporation (COFCO) International, a fim de compreender como as reformas administrativas chinesas impactaram o sistema agroalimentar global. Para isso, buscou-se responder a seguinte pergunta: como a proposta de Civilização Ecológica pode ser observada nas políticas chinesas para o sistema agroalimentar a partir da experiência da COFCO International?

Para tanto, utilizou-se a metodologia de análise documental dos Relatórios de Sustentabilidade da empresa, disponibilizados ao público entre 2017 e 2023. Esta investigação não busca compreender a efetividade das políticas ambientais incorporadas pela empresa. Este assunto é tema para outra pesquisa. Conforme apresentado, o objetivo delimitado é compreender como a proposta de Civilização Ecológica impacta as políticas ambientais incorporadas pela estatal chinesa.

Sendo assim, a segunda seção introdutória tratará do papel da China e da COFCO International no atual sistema agroalimentar global. Posteriormente, será apresentado o modelo analítico e metodológico utilizado para analisar os dados coletados. A partir das reformas administrativas propostas pelo governo chinês para consolidar uma Civilização Ecológica, as políticas ambientais incorporadas pela COFCO International foram sistematizadas em três categorias: (1) Reformas administrativas no sistema político governamental; (2) Reformas administrativas nas políticas fiscais; e (3)

¹ [Its] potential transition from a carbon-intensive manufacturing growth model to a more sustainable path.

Reformas administrativas no sistema de avaliação dos funcionários públicos. Por fim, na última seção serão apresentadas as considerações finais, elencando os principais elementos conclusivos e desafios enfrentados durante esta investigação.

A China no sistema agroalimentar global: o papel da COFCO

O debate sobre sistemas agroalimentares incorpora elementos relevantes para analisar as Relações Internacionais contemporaneamente. De acordo com Escher e Wilkinson (2019), o sistema agroalimentar engloba uma série de atores e instituições envolvidos em todas as etapas do processo, desde a produção até o processamento, circulação e consumo dos bens agroalimentares. O conceito de "regimes alimentares", desenvolvido por Friedmann e McMichael (1989), contribui para a análise da modernidade capitalista a partir de conjunturas geopolíticas que influenciam o sistema agroalimentar global. Desta forma, é possível caracterizar o sistema agroalimentar global ao longo da história a partir dos períodos hegemônicos. Apesar de não haver consenso na literatura a respeito do terceiro regime, discute-se a ascensão e transformação de um novo cenário a partir dos anos 2000, que atribui à China o papel de líder desta nova hegemonia alimentar. Essa teoria auxilia também na conexão entre mudanças referentes aos setores agroalimentar e mudanças mais amplas de estratégias e ideologias a nível internacional.

Algumas das características deste novo regime são a multipolaridade e a universalização da agroexportação na periferia internacional. Sob a lógica neoliberal, observou-se a liberalização dos mercados e maior financeirização do setor. Corporações transnacionais passam a ser, portanto, atores fundamentais neste contexto, passando a integrar a produção agrícola, sua distribuição, aplicação de tecnologias e compra de terras. É devido à relevância das grandes corporações transnacionais do sistema agroalimentar nesta conjuntura que o presente artigo tem como estudo de caso a experiência da COFCO. Sendo a maior processadora, fabricante e comerciante de alimentos da China, e sua história está intrinsecamente conectada com a criação do Estado chinês contemporâneo e sua estratégia de *going out*, conforme apresentado adiante (Escher, 2020; COFCO International, 2021b).

A crescente industrialização e urbanização impulsionada pelas reformas de Xiaoping a partir de 1978 transformou o consumo alimentar do país, colocando a China como grande importadora de *commodities* para suprir a demanda da sua população. Em dez anos, as importações chinesas passaram de 5 e 10 milhões de toneladas (2000) para 60 milhões de toneladas (2010), consolidando uma reconfiguração no mercado internacional de alimentos (Wilkinson, 2023). No início do século XXI, o Partido Comunista Chinês (PCC) implementou uma série de reformas para modernizar a agricultura, permitindo maior participação de grandes conglomerados do agronegócio no setor alimentar do país (Day, 2023). Entre essas mudanças, destaca-se a possibilidade de transferência de terra em 2013, que impulsionou tanto a entrada de empresas no mercado interno quanto sua integração ao sistema agroalimentar global. Tais reformas, acompanhadas por políticas de certificação e registro de direitos sobre a terra, contribuíram para a conformação de uma estrutura corporativa oligopolista guiada pelo Estado, com destaque para o papel do Grupo COFCO (Ye, 2015; Zhan, 2022).

Além disso, a crescente urbanização e o desenvolvimento econômico levaram ao aumento da demanda por carne e soja, configurando o complexo soja-carne. Essa dinâmica aprofundou a dependência chinesa de grandes produtores de soja, como o Brasil, para atender às necessidades de ração animal. Além disso, os investimentos chineses no setor alimentar vêm transformando seu papel no cenário internacional. Mais do que uma simples compradora de alimentos, a China tem implementado políticas de fusões e aquisições de empresas estrangeiras, investindo no domínio de toda cadeia produtiva, incluindo o processamento e o escoamento logístico (Escher; Wilkinson, 2019). Adentrando na relação da empresa com a história da China, ela foi criada logo após a Revolução Chinesa em 1949. A COFCO, que se tornaria mais tarde "Grupo COFCO" surgiu inicialmente como administradora das exportações e importações alimentares do país, sendo a principal mediadora nas negociações entre o governo chinês e a União Soviética. Nos anos 1960, expandiu-se para mais de 40 filiais dentro da China, guiando as negociações internacionais de grãos, petróleo e alimentos. Pioneira do setor na utilização do

mercado financeiro, a estatal comprou uma série de empresas chinesas ao longo dos últimos anos – 15 empresas entre 2004 e 2016 (Wesz; Escher; Fares, 2023) – e fortaleceu seu domínio no mercado interno, bem como o controle de cadeias produtivas de diversos produtos.

Atualmente, o Grupo COFCO é composto por diferentes companhias especializadas, que possuem objetivos e produtos de acordo com suas plataformas. A COFCO International, responsável pela origem, transporte, investimento e desenvolvimento internacional do agronegócio, tem como objetivo se tornar “uma empresa líder na cadeia de fornecimento agrícola verticalmente integrada, abrangendo armazenamento, processamento, logística, comércio e distribuição, e as principais commodities agrícolas, incluindo soja, milho, trigo, cevada e açúcar” (COFCO, 2024, n. p.). Sendo a responsável pelo desenvolvimento internacional do setor, as políticas ligadas à sustentabilidade são endereçadas pela COFCO International.

A estatal chinesa está hoje presente em 36 países, sendo na América Latina por meio de 36 armazéns, 8 unidades de processamento e 8 portos. Além disso, atingiu receitas de 41 bilhões de dólares em 2021, configurando-se como uma das principais empresas do setor (COFCO International, 2021b). Somente no Brasil, a empresa investiu 2,3 bilhões de dólares entre 2014 e 2023. Nos últimos três anos, importou cerca de 34 milhões de toneladas de produtos agrícolas brasileiros, o que totalizou 19 bilhões de dólares em importação e representa a importância estratégica desta parceria comercial para o país (Xinhua, 2023).

A expansão internacional da COFCO International pode ser compreendida como resultado das reformas políticas e econômicas da China a partir de 2008. Destino de um número recorde de subsídios por parte do governo chinês, a estatal tem investido cada vez mais na agenda ambiental. Se, por um lado, esse investimento pode estar atrelado à estratégia ambiental chinesa, essa virada ecológica se vincula também à necessidade de competir no mercado internacional contemporâneo (Wesz; Escher; Fares, 2023).

Empréstimos vinculados aos princípios de sustentabilidade ambiental, como o Green, Social and Sustainability Loan (GSS) em 2020, são entendidos como ferramentas para atingir as metas sustentáveis da COFCO International. Esta modalidade de empréstimo é conhecida como a primeira “resolução sustentável” deste tipo no setor (Environmental Finance, 2020). Acordos de compra e venda de cargas de soja livres de desmatamento, como a entregue à China pela primeira vez em maio de 2024, marcam também a tentativa de estabelecimento de metas mais sustentáveis guiadas pela estatal chinesa (Toledo, 2024).

Estas políticas ambientais podem ser analisadas também na medida em que influenciam a imagem internacional da COFCO International e da China, no que tange à discussão ambiental internacional (Wesz; Escher; Fares, 2023). Na próxima seção, será apresentada a abordagem adotada pelo governo a partir da proposta de Civilização Ecológica.

A proposta de Civilização Ecológica

Em 2012, o termo Civilização Ecológica foi inserido na Constituição do Partido Comunista Chinês. A proposta difere de outras estratégias nacionais implementadas anteriormente para o enfrentamento dos impactos ambientais, adotando uma abordagem que incorpora não apenas aspectos ambientais, mas também sociais, econômicos, políticos e culturais. Para isso, o governo chinês vem promovendo uma série de reformas administrativas nas instâncias locais, regionais e nacionais.

A evolução da política ambiental chinesa reflete mudanças estratégicas significativas desde 1980. Inicialmente, as medidas focavam no tratamento de poluentes industriais antes de sua liberação no meio ambiente, mas logo se mostrou necessário adotar abordagens preventivas, como a promoção de produção mais limpa nos anos 1990 e, posteriormente, a economia circular entre 2000 e 2010, visando eficiência no uso de recursos e redução de resíduos (Gu *et al.*, 2020). Contudo, a fragmentação dessas políticas evidenciou a necessidade de uma abordagem integrada, culminando na formulação da

ideia de Civilização Ecológica. Esse conceito busca alinhar desenvolvimento econômico, sustentabilidade ambiental e bem-estar social, projetando um "futuro socialista-ecológico com características chinesas", viabilizado por avanços tecnológicos, controle social e maior conscientização ambiental da população (Jiang, 2013; Hansen; Li; Syaryerud, 2018; Xi, 2018).

Este futuro foi, diversas vezes ao longo dos anos recentes, reforçado por Xi Jinping ao tratar desta temática. O líder chinês evidencia que uma ecocivilização requer não apenas inovações científicas e tecnológicas, mas também uma gestão ambiental eficiente e sistema de responsabilização para os quadros dirigentes. Apenas a partir de uma abordagem multidimensional é que um futuro equilibrado é possível, já que “uma visão ampla, de longo prazo e holística” é o que garantirá a proteção efetiva do meio ambiente e, consequentemente, a construção de uma sociedade próspera (Xi, 2018, p. 554).

Para concretizar a virada para uma nova civilização, o governo chinês tem implementado uma série de reformas administrativas, que podem ser sistematizadas em três categorias: (1) reformas do sistema político governamental; (2) reformas de políticas fiscais; e (3) reformas do sistema de avaliação dos funcionários públicos. Estas reformas administrativas são parte estrutural da conceituação da proposta de Civilização Ecológica, uma vez que é por meio delas que essa ideia se materializa no território chinês. A diferenciação das políticas anteriores é justamente a integração entre proteção ambiental e transformações políticas e administrativas no país (Gu *et al.*, 2020). Sendo assim, estas categorias serão utilizadas como referência para a análise dos relatórios de sustentabilidade ambiental da COFCO International, agrupando as medidas ambientais adotadas pela estatal conforme esta categorização.

As reformas relacionadas ao sistema político governamental buscam garantir uma maior integração entre os governos locais, regionais e nacionais, impedindo que agências e atores privados interfiram na aplicação de leis ambientais a partir de interesses econômicos e arranjos territoriais, considerados problemas centrais para a consolidação de uma política ambiental na China. Ainda que as instâncias nacionais apresentassem diretrizes e legislações em matéria de direitos humanos, meio ambiente e empresas, os arranjos históricos entre governos locais e setores econômicos impediam que as normas fossem aplicadas de maneira efetiva (Gu *et al.*, 2020). Nesse sentido, as medidas desta categoria fazem parte do esforço em promover um diálogo integrado entre as diferentes instâncias e atores interessados que fazem parte da governança ambiental: governos, organismos públicos, empresas, movimentos sociais, universidades, organizações não governamentais (ONGs), entre outros.

Por outro lado, as reformas referentes às políticas fiscais visam garantir um sistema tributário mais justo para os recursos naturais, considerando sua escassez e importância estratégica para o equilíbrio ambiental. No caso dos minerais, por exemplo, uma das propostas do governo chinês diz respeito à aplicação do imposto conforme o preço do mineral, e não conforme a quantidade. Nesse sentido, essas medidas estariam relacionadas à distribuição de renda e enfrentamento das desigualdades sociais, que podem ir além do sistema tributário, somente.

Por fim, as reformas do sistema de monitoramento dos funcionários públicos dizem respeito ao estabelecimento de métricas e critérios para avaliar o desempenho das instâncias locais, garantindo um sistema de compensação e punição para aqueles que desrespeitarem a aplicação das normas ambientais (Gu *et al.*, 2020). Ou seja, as medidas desta categoria se referem a práticas de transparência em relação à atuação do próprio governo.

A proposta de Civilização Ecológica é relativamente recente e continua em andamento. Portanto, não significa necessariamente a adoção de práticas profundamente inovadoras em relação à extração de recursos naturais, investimentos ou redistribuição dos recursos. Apesar dos resultados positivos alcançados com as reformas implementadas não serem suficientes para afirmar que se trata de uma revolução ecológica, especialmente pela dificuldade de conjugar o desenvolvimento econômico e a sustentabilidade ambiental na mesma equação, a proposta demonstra uma maior integração entre as instâncias locais, regionais e nacionais chinesas, o que tem apresentado implicações positivas nas

municipalidades em que a implementação das reformas administrativas está mais avançada (Hansen *et al.*, 2018). Isso tem refletido na melhora de alguns indicadores ambientais, como a redução da poluição em algumas cidades – na cidade de Linyi, na província de Shandong, após alto índice de poluição do ar, 600 empresas tiveram suas produções limitadas ou suspensas, o que diminuiu as emissões de PM_{2,5} e dióxido de enxofre a 24,3% e 36,1%, respectivamente (Zhou *et al.*, 2015 *apud* Gu *et al.*, 2020).

A melhora nos indicadores ambientais em um prazo de apenas 4 meses demonstra o potencial das reformas administrativas que estão sendo implementadas. Além disso, a própria população tem se demonstrado mais engajada na questão ambiental (Hansen *et al.*, 2018). A partir das reformas administrativas propostas pela abordagem de Civilização Ecológica, serão analisados a seguir os relatórios de sustentabilidade ambiental da COFCO International.

As políticas ambientais da COFCO Internacional

Conforme apresentado na Tabela 1, as políticas ambientais identificadas foram sistematizadas de acordo com as reformas administrativas propostas pela ideia de Civilização Ecológica. Neste contexto, buscou-se identificar a sua influência na política ambiental adotada pela estatal chinesa.

Tabela 1 – Políticas ambientais da COFCO International de acordo com as reformas administrativas da proposta de Civilização Ecológica (2017-2023)

Reformas Administrativas	Políticas Ambientais implementadas
Reformas do Sistema Político Governamental	Política Ambiental
	Política de Envolvimento das Partes Interessadas
	Integração da Governança Corporativa
	Participação em iniciativas internacionais
Reformas de Políticas Fiscais	Política Ambiental
	Política de Investimento Comunitário
	Política de Igualdade de Oportunidades
	Política de Aquisição e Arrendamento Responsável de Terras
	Política de Direitos Humanos e Trabalho
	Política de Formação e Desenvolvimento
	Investimentos e financiamentos sustentáveis
Reformas do Sistema de Avaliação dos Funcionários Público	Política Ambiental
	Política de Saúde e Segurança no Trabalho
	Código de Conduta do Fornecedor
	Procedimento de Segurança Alimentar
	Código de Conduta
	Política Anti suborno e Corrupção e Política Antilavagem de Dinheiro
	Política de Presentes e Entretenimento
	Norma/Padrão de Agricultura Responsável
	Política de Fornecimento Sustentável de Soja
	Política de Fornecimento Sustentável de Óleo de Palma
	Premiações e Incentivos

Fonte: Elaboração própria.

Sistema Político Governamental

Conforme apresentado na seção anterior, as reformas administrativas no âmbito do sistema político governamental dizem respeito à necessidade de maior articulação entre instâncias locais, nacionais e internacionais. Publicada em 2017, a Política Ambiental da COFCO International esclarece as legislações aplicáveis ao setor, mas também detalha as normas internacionais como os Padrões de Desempenho da International Finance Corporation e as Orientações em Saúde, Segurança e Meio Ambiente recomendadas pelo Banco Mundial. Esta iniciativa pode ser entendida dentro do

escopo de reformas no sistema político de governança, a partir da proposta de Civilização Ecológica, pois explicita a necessidade de se estabelecer articulação entre as políticas ambientais locais, nacionais e internacionais, por meio do estabelecimento de critérios e parâmetros responsivos aos princípios do desenvolvimento sustentável. Além disso, segue tendências mais amplas do atual regime alimentar, onde a qualidade do alimento e o impacto ambiental são demandas crescentes.

Ainda em 2017, a empresa apresentou seu organograma corporativo ligado à questão ambiental, dispondo de uma equipe de 33 coordenadores de sustentabilidade divididos em 25 países. A equipe responde ao Escritório Central, com sede em Genebra, Suíça, e atua na implementação das políticas ambientais nos diferentes territórios de operações da empresa (COFCO, 2017b). Em 2020, a empresa lançou também o Projeto Atitude 360°, um projeto de monitoria para novos colaboradores, buscando homogeneizar as práticas e procedimentos de segurança desenvolvidos em diferentes territórios (COFCO International, 2020). O esforço de articular a política ambiental em diferentes escritórios da estatal também pode ser entendido como uma iniciativa relacionada à proposta de Civilização Ecológica, uma vez que promove a Integração de sua Governança Corporativa.

Além disso, a empresa expandiu a sua participação em fóruns e iniciativas internacionais, como a entrada no Soft Commodities Forum (SFC), grupo formado pelas principais empresas de agronegócio para reduzir o desmatamento ligado à soja no Cerrado. Somou-se também em iniciativas internacionais para a produção mais limpa de algodão, como a Better Cotton Initiative e Cotton Made in Africa. As participações internacionais se mantiveram ao longo dos anos, caracterizando uma política de Participação em Iniciativas Internacionais pela governança agrícola sustentável. Em 2020, a COFCO International iniciou sua participação no Cerrado Waters Consortium (CWC) em Minas Gerais, grupo que tem como objetivo a preservação de sistemas de água doce para a produção do café e abastecimento hídrico das comunidades (COFCO International, 2019; 2020).

Já em 2021, a COFCO International anunciou sua participação na Brazilian Coalition on Climate, Forests and Agriculture, movimento que promove uma gestão sustentável das florestas e reservas naturais na agricultura. Nesta mesma direção, durante a COP 26, a empresa estabeleceu o compromisso, juntamente com outras 11 empresas do setor agrícola, de redução de emissão de carbono. Em 2022, participou do lançamento conjunto, com outras empresas internacionais do agronegócio, do mapa para soluções escalonáveis sobre sustentabilidade. Neste mesmo ano, iniciou sua participação no Global Coffee Platform, associação internacional com foco em soluções sustentáveis para o cultivo do café (COFCO International, 2021b; 2022). Estas iniciativas colaboram para uma maior articulação entre as filiais da empresa e as normas e metas de sustentabilidade internacionais.

Em relação às políticas para parceiros e colaboradores, a empresa anunciou, em 2022, o lançamento do “Meu Portal COFCO” no Brasil, facilitando a comunicação com fornecedores brasileiros de grãos e oleaginosas e simplificando o acesso às informações relativas à qualidade e sustentabilidade ambiental da produção. Esta iniciativa contribuiu para uma melhor articulação entre os fornecedores e a empresa e se relaciona com a Política de Envolvimento das Partes Interessadas, uma vez que atua no monitoramento do impacto socioambiental provocado pela empresa.

Mais recentemente, a empresa estabeleceu um Comitê para mapear ações responsivas ao novo Regulamento de Desmatamento da União Europeia, assim como aderiu ao Grupo de Trabalho sobre Cadeias de Valor Verdes para a China (COFCO International, 2023). Além destas iniciativas se relacionarem com a política de Participação em Iniciativas Internacionais, promovem também a Integração da Governança Corporativa da empresa, uma vez que há uma reorganização interna de acordo com as novas demandas e metas sustentáveis.

Sendo assim, com base em seus relatórios dos últimos anos, a COFCO International vem ampliando suas parcerias e práticas de cooperação bilateral e multilateral, construindo projetos com outras empresas do setor, organismos públicos,

fundações, ONGS e organizações internacionais. Estas parcerias certamente contribuem para uma maior sintonia entre as ações desenvolvidas no âmbito local, regional, nacional e internacional.

Políticas Fiscais

As reformas administrativas relacionadas à política fiscal relacionam-se com o enfrentamento das desigualdades socioeconômicas, uma vez que buscam uma tributação mais adequada e uma distribuição de renda fundamentada em princípios de justiça socioambiental e econômica. Neste sentido, destacam-se as ações relacionadas à formação e capacitação da equipe de funcionários, colaboradores e fornecedores da empresa, desde a qualificação técnica até treinamentos de segurança e práticas sustentáveis, reforçando a relevância de sua Política de Formação e Desenvolvimento. Ainda que essas não sejam políticas tributárias de fato, elas são entendidas aqui como capazes de impactar na redistribuição de renda e justiça socioambiental e econômica, que é, em suma, o objetivo de políticas fiscais de acordo com a proposta de Civilização Ecológica.

Dentre as iniciativas impulsionadas, destaca-se a capacitação de produtores e fornecedores da soja para acessarem incentivos financeiros em seus países. Essa política pode ser compreendida como uma maneira de desenvolver o sistema agroalimentar socialmente mais justa, garantindo acesso a investimentos aos produtores locais (COFCO, 2021b). Em 2021, a empresa apresentou um projeto de expansão do programa de Pós-graduação Comercial, lançado em 2018, para 10 países onde possui operações (COFCO International, 2021b). Relacionada também à Política de Formação e Desenvolvimento, é possível analisar esta iniciativa como uma ferramenta para o combate à desigualdade social, uma vez que promove o acesso à educação e ao ensino superior. No longo prazo, a promoção de políticas de acesso à educação impacta estruturalmente a sociedade, principalmente quando o público atendido é significativo.

Em 2017 a COFCO International apresentou seus investimentos em projetos sociais nas comunidades em que atua, esclarecendo também sua Política de Investimentos Comunitários e seu compromisso de constante reavaliação destes investimentos, a fim de adequá-los conforme a estratégia de negócios da empresa, criando um "valor compartilhado". No ano seguinte, a empresa apresentou dados de impacto social positivo, abrangendo mais de 16 mil pessoas em diferentes partes do globo, por meio da implementação de projetos de fomento ao desenvolvimento socioeconômico com perspectiva comunitária (COFCO International, 2017b; 2018).

Estes projetos podem ser associados às reformas políticas fiscais, uma vez que colaboram para o desenvolvimento socioeconômico das comunidades locais. Em 2023, os projetos comunitários apoiados pela COFCO International foram divididos em seis grandes áreas: (1) Melhorar acesso à educação; (2) Empoderar populações vulneráveis; (3) Apoiar a gestão ambiental; (4) Promover suporte prático para as comunidades; (5) Atender às necessidades da comunidade local; e (6) Promover saúde e bem-estar. Dentre essas áreas, é possível destacar os projetos Guardians of Tomorrow²; programa Open Doors³; e Pebble Project⁴ (COFCO International, 2023).

O Relatório de Transparência e Igualdade Salarial também apresenta iniciativas de distribuição de renda e desenvolvimento econômico igualitário, em sintonia com sua Política de Igualdade de Oportunidades. Este relatório apresenta dados atualizados sobre a contratação de homens e mulheres, igualdade salarial e medidas para aumentar a diversidade em cada uma das unidades no Brasil (Comunicação COFCO, 2024). Dados semelhantes são apresentados anualmente em seus Relatórios de Sustentabilidade. Relatórios recentes apontam que as mulheres representam 17,4% da

² Este projeto, desenvolvido no Brasil e Argentina, visa ensinar crianças em idade escolar sobre a importância de questões ambientais e sociais no setor agrícola.

³ Este projeto permite a visita de crianças e jovens nas dependências do Grupo COFCO, a fim de conhecerem o papel da empresa nos mercados nacionais e internacionais. O programa é desenvolvido na Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.

⁴ Desenvolvido em Stellenbosch, na África do Sul, este projeto apoia crianças com distúrbios da síndrome alcoólica fetal originárias de comunidades agrícolas. Para maiores informações sobre os projetos apoiados em 2023 pelo Grupo, ver COFCO International, 2023, p. 82.

força de trabalho total da empresa, 22,3% do total das posições comerciais e de negociação, e 45% do total de cargos administrativos e corporativos. Nota-se que medidas de igualdade obtêm mais êxito no setor administrativo do que no setor comercial (COFCO International, 2023).

Em 2019, a empresa reforçou a manutenção das políticas de reflorestamento, principalmente em locais de produção da cana-de-açúcar. Esta iniciativa, dentro de sua Política de Investimento Comunitário, pode ser entendida a partir do escopo de reformas fiscais na medida em que contribui para a preservação da biodiversidade local e de reservas ambientais estratégicas para a sobrevivência de diferentes comunidades. Ainda neste ano, foi realizado o lançamento do programa “Ultrapasse as fronteiras da tecnologia”, no Brasil, incentivando *startups* a desenvolverem soluções sustentáveis para o cultivo do café (COFCO International, 2019). Este projeto contribuiu para o avanço tecnológico deste cultivo, apoiando o posicionamento do Brasil no mercado internacional.

No contexto da pandemia da Covid-19, em 2020, dados coletados destacam os investimentos da empresa no âmbito da segurança alimentar. Sobre este tema, são citadas medidas como a abertura de vagas no setor agrícola para jovens, contribuindo para a manutenção da quantidade e qualidade de produtos necessários para a segurança alimentar internacional; fornecimento de 28.800 máscaras e 26.850 kits de alimentos aos motoristas de caminhão no Brasil; auxílio na higienização de até 700 caminhões por dia em portos e fábricas na Argentina; e financiamento de cursos de treinamento para médicos e enfermeiros da linha de frente do combate ao Covid-19, promovido pela Fundación Trauma, na Argentina. Tal investimento permitiu a capacitação de profissionais da saúde em regiões próximas das operações da COFCO International, garantindo apoio para a população rural em situação de vulnerabilidade social (COFCO International, 2020).

Ainda em 2020 foram observados o aumento de políticas para a diversidade, com o desenvolvimento de ferramentas de acessibilidade, como a contratação de intérpretes e uso de aplicativos para tradução simultânea da língua de sinais. Na Ucrânia, o apoio aos funcionários com deficiência físico-motora permitiu também a inclusão destes em cargos de liderança. Além disso, foi instaurado no Brasil o Comitê de Diversidade, Inclusão e Transformação, que visa o desenvolvimento de guias e políticas de promoção da igualdade racial e de gênero. Tais iniciativas se relacionam com as Políticas de Direitos Humanos e Trabalho, uma vez que colaboram para o desenvolvimento de um ambiente de trabalho digno e seguro (COFCO International, 2020).

Em relação às políticas de Investimentos e financiamentos sustentáveis, a empresa fechou, em 2022, o seu terceiro empréstimo vinculado à responsabilidade de sustentabilidade ambiental, no valor de US\$1,6 bilhão. No ano seguinte, anunciou novos investimentos nas plantas produtivas do Brasil – principalmente de cana-de-açúcar – de tecnologias para melhoramento da eficiência energética (COFCO International, 2022; 2023). O aporte de recursos financeiros para o desenvolvimento de tecnologias mais eficazes também incorpora uma política de redução da desigualdade social, uma vez que consiste na transferência de tecnologia avançada.

Por fim, destacam-se as iniciativas relacionadas à Política de Aquisição e Arrendamento Responsável de Terras, que prevê o comprometimento dos produtores e fornecedores da empresa a mitigar e/ou compensar os impactos negativos gerados pela produção agrícola em seus territórios de atuação. Não obstante, em sintonia com sua Política Ambiental, nos últimos anos houve uma expansão das iniciativas de preservação da biodiversidade originária. Em 2023 foram plantadas mais de 222 mil árvores nativas ao redor das plantações de cana-de-açúcar no Brasil. Estas medidas estão alinhadas com as reformas administrativas de políticas fiscais propostas pela Civilização Ecológica, uma vez que operam a partir de princípios de justiça socioambiental e econômica.

Sistema de Avaliação dos Funcionários Públicos

As reformas administrativas relacionadas ao sistema de avaliação dos funcionários públicos, dizem respeito ao estabelecimento de mecanismos de compensação e/ou punição para aqueles funcionários e parceiros que cumpram ou violem as normas ambientais adotadas. De acordo com sua Política Ambiental (2017), a COFCO International se compromete a implantar sistemas de gestão que avaliem, gerenciem e divulguem os impactos ambientais provocados pela empresa, bem como a garantir o automonitoramento constantemente destes impactos. Auditorias periódicas e Relatórios de Transparência também são previstos a fim de melhorar o desempenho sustentável do Grupo (COFCO, 2017a). Ao implicar todos os seus colaboradores e prestadores de serviço, é possível relacionar tais medidas com a ideia de reformas do sistema de avaliação dos funcionários públicos, uma vez que pretendem trazer transparência ao avanço do desempenho sustentável da empresa.

A partir de 2017 houve a implementação do Global Grievance Mechanism, uma plataforma para protocolar denúncias e relatos de descumprimento das políticas ambientais da empresa, conforme previsto em seu Código de Conduta. Neste mesmo ano, foram desenvolvidas as categorizações de desperdício, reciclagem e reutilização de produtos, bem como o treinamento de funcionários, o que colaborou para a destinação correta de 60% de todo lixo produzido pela empresa, sendo estes reciclados, reutilizados ou compostados (COFCO International, 2017b).

Houve também a criação do Código de Conduta do Fornecedor, em sintonia com sua Política de Fornecimento Sustentável de Soja, que exige que fornecedores agrícolas estejam em conformidade com as normas ambientais, trabalhistas e de segurança adotadas pela empresa. De maneira complementar, foram mapeados 955 mil hectares de fazendas de soja no Brasil em 2017, a fim de averiguar o seguimento das diretrizes sustentáveis por parte dos fornecedores da COFCO.

Além disso, em 2017 o Grupo recebeu 92 certificados internacionais que atestam o padrão de qualidade, sustentabilidade e segurança presentes nas operações em 47 territórios diferentes⁵ (COFCO, 2017b). A busca por certificações faz parte de suas Políticas de Saúde e Segurança no Trabalho, e Norma de Agricultura Responsável, uma vez que as certificações exigem alinhamentos com critérios e parâmetros de segurança e qualidade dos seus produtos.

Em 2018, a empresa lançou a política Integrity Hotline, que representou um avanço institucional em relação ao Global Grievance Mechanism, consolidando-se como um canal de comunicação externo/interno para relatar más condutas. O canal incorporou “auditoria interna, recursos humanos, jurídico e funções de conformidade, com linhas de transparência na escalação de comitês ao nível de diretoria, o Comitê do Código Corporativo e o Comitê de Riscos e *Compliance*” (COFCO International, 2019, p. 35). Em 2021, o canal incluiu uma abordagem de gênero na plataforma Global Grievance Mechanism, a fim de encorajar denúncias de discriminação e assédio. Tal mecanismo se enquadra como política para avaliação de funcionários públicos, uma vez que promove práticas de transparência em relação a desvios de seu Código de Conduta (COFCO International, 2021b).

Ainda em 2018, foi realizado o lançamento da primeira versão da Política de Fornecimento Sustentável de Soja, que buscou criar mecanismos de responsabilização para a sua cadeia produtiva. Além de exigir que seus parceiros comerciais tivessem boas práticas ligadas ao plantio e comercialização da soja, o documento previu o constante monitoramento de seus fornecedores. Esta política foi atualizada em 2021, e em sua segunda versão apresenta condicionantes relacionadas ao cuidado com os povos originários; a uma produção livre de desmatamento; à preservação de paisagens “de alta biodiversidade e valor ecológico”; ao uso de energia renovável e não fóssil sempre que possível; à inclusão de pequenos produtores nas cadeias produtivas; entre outros. Além disso, foi lançada também a Política de Fornecimento Sustentável de Óleo de Palma, semelhante à política para a soja (COFCO International, 2018; 2019; 2021a).

⁵ A lista completa de certificados e localização de suas aplicações podem ser observadas no Relatório de Sustentabilidade de 2017 (COFCO, 2017b, p. 35).

Conforme suas políticas de fornecimento sustentável e sua Norma de Agricultura Responsável, a empresa incorporou também o mapeamento por drone de fazendas de cana-de-açúcar, qualificando o monitoramento da qualidade e do nível de preservação dos biomas (COFCO International, 2018). Estas iniciativas de automonitoramento e responsabilização da cadeia produtiva estão relacionadas às reformas propostas pelo governo chinês no âmbito da avaliação e punição daqueles fornecedores que descumprirem as políticas ambientais da empresa. Em 2019, a empresa anunciou a definição de metas concretas para cada um dos seus pilares estratégicos⁶, justificando o estabelecimento de critérios para aprimorar as ferramentas de monitoramento e revisão das estratégias no longo prazo. Esta medida demonstrou alinhamento com a política de priorização de acompanhamento de metas e avaliações da empresa.

Mecanismos de Premiações e Incentivos também são entendidos como uma política recorrente da empresa a fim de avaliar e incentivar condutas alinhadas aos seus princípios de segurança e sustentabilidade. Em 2019 foi estabelecido uma premiação em ouro, prata e bronze aos locais com menores incidentes de EHS (*environmental, health, and safety*) (COFCO International, 2019). Neste mesmo sentido, em 2022 foi lançado o Prêmio de Segurança Individual do CEO, destinado às subsidiárias com melhor desempenho relacionado à segurança. Estas iniciativas de compensação podem ser compreendidas a partir da proposta de Civilização Ecológica.

A partir de 2021, a empresa incorporou a avaliação criteriosa do progresso de cada uma das metas estratégicas que respondem aos pilares adotados em 2019. Este mecanismo colaborou para a transparência das políticas implementadas, facilitando a visualização do progresso de cada uma das metas. Além disso, foi realizada uma atualização no Código de Conduta do Fornecedor e na Política de Fornecimento Sustentável de cana-de-açúcar, buscando qualificar os critérios de responsabilização de toda a cadeia produtiva do produto (COFCO International, 2021b). Essas atualizações podem ser compreendidas a partir das reformas administrativas de avaliação e monitoramento do desempenho da empresa no âmbito ambiental, social, político e cultural.

Em 2022, a COFCO International celebrou 5 anos de “jornada sustentável”, data marcada pelo lançamento do primeiro Relatório de Sustentabilidade em 2017. No mesmo ano foi lançado o documento oficial de Padrão de Agricultura Responsável Internacional, a fim de verificar a correspondência dos princípios sustentáveis na produção de *commodities* agrícolas e respectiva conservação da vegetação nativa (COFCO International, 2022). A empresa também foi reconhecida pela Sustainalytics – empresa de classificação sustentável internacional –, como líder do setor em gestão de riscos ambientais, sociais e de governança (COFCO International, 2023). Este reconhecimento se dá também em razão da sua política de Procedimento de Segurança Alimentar, lançada ainda em 2017, que pauta o fornecimento seguro de alimentos para pessoas e animais.

Ainda em 2023, a COFCO International assinou o memorando de entrega da soja brasileira livre de desmatamento para os clientes chineses Mengniu Group e Sheng Mu (entregue, como previsto, no início de 2024), seguindo os princípios de Agricultura Responsável e Fornecimento Sustentável de Soja. Além disso, os cinco pilares incorporados pela empresa em 2019, foram substituídos por três novos pilares estratégicos para a sustentabilidade em 2023: (1) Proteger o planeta; (2) Empoderar pessoas; e (3) Defender valores (COFCO International, 2023).

Neste mesmo ano, a empresa lançou a Política Corretor e Agente, vinculada à Política Antissuborno e Corrupção e Política Antilavagem de Dinheiro, buscando aprimorar as medidas de combate à corrupção, por meio da detecção e monitoramento de qualquer atividade considerada suspeita. De maneira complementar, a Política de Presentes e Entretenimento determina que qualquer oferta frequente, incomum ou de valor significativo deve ser reportada à chefia, a fim de manter os limites estabelecidos pela empresa (COFCO International, 2023).

⁶ Pilares estratégicos estabelecidos em 2019: (1) conectar a oferta e demanda com responsabilidade; (2) cuidar do nosso povo; (3) gerenciar nosso impacto ambiental; (4) construir comunidades fortes; (5) manter o padrão de qualidade (COFCO International, 2019).

Nota-se que, em relação às Reformas do Sistema Político Governamental e Políticas Fiscais, as iniciativas no âmbito do Sistema de Avaliação dos Funcionários Públicos são mais numerosas. Nesse contexto, é possível identificar uma maior compatibilidade deste tipo de iniciativa da COFCO International com a proposta de Civilização Ecológica aqui trabalhada. Apesar da ausência de menção direta desta proposta nos documentos da empresa, é possível notar políticas semelhantes que incorporam a COFCO International numa política ambiental mais ampla da China, conforme discutido anteriormente.

Considerações finais

A relevância crescente da China a nível internacional chama atenção para o papel desempenhado pelo gigante asiático em diversos assuntos, dos quais se destaca o combate à crise climática. Ao recuperar a proposta de Civilização Ecológica, incorporada pelo governo chinês em 2012, pretendeu-se discutir de que forma a ação chinesa para o meio ambiente pode ser entendida a nível nacional e internacional no âmbito do sistema agroalimentar. Assim, esta pesquisa buscou investigar de que forma a ideia de Civilização Ecológica é incorporada nas políticas chinesas, tendo como recorte a atuação da COFCO International, objeto de estudo desta investigação.

Operando como o maior processador, fabricante e comerciante de alimentos da China, essa estatal do agronegócio é central para analisar a nova estratégia agroalimentar chinesa. A sustentabilidade ambiental, apresentada como um pilar central para a COFCO International, faz parte dos seus termos de Responsabilidade Social Corporativa (CSR, na sigla em inglês), ou seja, as contribuições que vão para além de suas imposições legais. Neste sentido, diversas políticas e documentos corporativos integram a Política Ambiental da empresa.

Apesar de não haver menção direta do termo Civilização Ecológica em nenhum dos documentos analisados, percebeu-se a existência de parâmetros semelhantes em ambos. Ao compreender que as reformas administrativas são centrais para a materialização da proposta chinesa de Civilização Ecológica, identificou-se uma série de iniciativas e políticas relacionadas às reformas (1) do sistema político governamental; (2) das políticas fiscais; e (3) do sistema de avaliação dos funcionários públicos.

Após a análise dos dados coletados, percebeu-se uma notável prevalência de políticas ligadas à categoria reformas do sistema de avaliação dos funcionários públicos em relação às demais. Ou seja, constatou-se um maior investimento no monitoramento da qualidade do serviço e dos produtos fornecidos pela cadeia produtiva em que a empresa está inserida. As iniciativas relacionadas às reformas do sistema político governamental, por sua vez, destacaram-se pela ampliação da participação da estatal chinesa em fóruns de discussão internacionais visando a construção de uma governança agrícola sustentável. Parceira de diferentes organizações do setor público e privado, e protagonista de processos e iniciativas internacionais, a COFCO demonstra ser um ator relevante não só no sistema agroalimentar global, como também no enfrentamento à crise climática.

Por outro lado, observou-se que as iniciativas adotadas relacionadas à promoção da integração entre instâncias locais, regionais, nacionais e internacionais são ainda bastante insuficientes para enfrentar o problema de desarticulação entre os comandos, seja em relação ao governo chinês e suas estatais, como em relação ao escritório central e suas filiais. Contudo, essa dificuldade de articulação para a agenda ambiental não é um problema específico da estatal chinesa. A revisão bibliográfica demonstrou que este ainda é um dos principais desafios a serem enfrentados pela própria proposta de Civilização Ecológica.

As iniciativas relacionadas às reformas de políticas fiscais demonstraram ser também insuficientes enquanto estratégias de enfrentamento à desigualdade socioeconômica. Não foram encontradas medidas relacionadas às tributações mais justas para os recursos naturais, neste caso os alimentos, considerando sua escassez e impacto ambiental. De maneira mais abrangente, verificou-se que as políticas de investimento comunitário, formação e desenvolvimento

fazem parte de um conjunto de ações bastante paliativo, que não necessariamente distribui de maneira justa os lucros acumulados nos territórios em que a empresa opera. Ainda assim, foi possível identificar projetos positivos impulsionados pela empresa, especialmente em relação aos programas de formação e transferência de tecnologia. Estas iniciativas, portanto, precisam ser multiplicadas e escalonadas, a fim de consolidar uma política de distribuição de renda e redução das desigualdades sociais, ambientais e econômicas.

Embora esta pesquisa tenha fornecido considerações relevantes para compreender o papel da China no sistema agroalimentar global, observaram-se algumas limitações metodológicas. A principal delas refere-se à utilização de documentos e políticas concebidas pela própria COFCO International. Sabe-se que dados e relatórios produzidos pelo próprio objeto de estudo, seja ele uma empresa privada ou governo, não estão livres do conflito de interesse. Nesse sentido, ainda que o objetivo desta pesquisa não tenha sido avaliar a efetividade das políticas ambientais promovidas pela empresa, é notável um viés positivo em relação à atuação empresarial e seu compromisso com a sustentabilidade ambiental. No entanto, a análise dos relatórios de sustentabilidade e documentos associados permitiu a elaboração de uma percepção evolutiva do desempenho da empresa ao longo dos últimos anos, com o acompanhamento de metas e objetivos alcançados.

Para pesquisas futuras e complementares, recomenda-se incluir fontes externas sobre a atuação da COFCO International, como entrevistas com as partes interessadas e fornecedores da empresa, por exemplo. Uma análise da atuação da COFCO sob a ótica do terceiro regime alimentar, conforme discutido por Friedmann (2009) também surge como possibilidade de desenvolvimentos futuros deste estudo, utilizando desta abordagem para a análise da prática da empresa. Além disso, estudos sobre a implicação deste movimento para o Brasil se fazem de grande relevância, dada a importância do complexo soja-carne no atual sistema agroalimentar global.

Outra sugestão para o aprofundamento da pesquisa seria a comparação da atuação da COFCO International com empresas transnacionais de outros países. A ausência de parâmetros para a atuação corporativa sustentável no sistema agroalimentar faz com que a análise careça de certa contextualização dos resultados obtidos. Independentemente destas limitações, percebe-se a existência de políticas ambientais instituídas pela empresa chinesa que dialogam diretamente com as principais reformas administrativas propostas pelo governo do país a partir da ideia de Civilização Ecológica. Contudo, é importante lembrar que a própria proposta de Civilização Ecológica ainda é uma iniciativa recente, e, portanto, ainda está em construção. Ou seja, não há elementos suficientes para atestar que se trata de uma revolução ecológica. Tampouco se pode dizer que se trata de uma mera estratégia de mercado, de um discurso de *greenwashing*, ou que seria mais do mesmo. Ainda é cedo. A investigação, porém, abre caminhos para um debate mais atento à atuação chinesa para a pauta ambiental internacional.

Referências

BISPO, Scarlett Q. Almeida; MARTINS, Márcia M. Viana; CECHIN, Alicia. Políticas agrícolas chinesas: fome, transformações e perspectivas. **Revista de Política Agrícola**, v. 32, n. 1, p. 56, 2023.

COFCO. History and Honor. **About COFCO**, 2024. Disponível em: <<http://www.cofco.com/en/AboutCOFCO/HistoryandHonor/>>. Acesso em: 15 jul. 2024.

COFCO INTERNATIONAL. Action for sustainable agriculture. **Relatório de Sustentabilidade**, 2019. Disponível em: <<https://www.cofcointernational.com/sustainability/sustainability-reporting/2019-sustainability-report/>>. Acesso em: 20 jul. 2024.

COFCO INTERNATIONAL. Cultivating a better future. **Relatório de Sustentabilidade**, 2020. Disponível em: <<https://www.cofcointernational.com/sustainability/sustainability-reporting/2020-sustainability-report/>>. Acesso em: 20 jul. 2024.

COFCO INTERNATIONAL. Feeding the Future. **Relatório de sustentabilidade**, 2018. Disponível em: <<https://www.cofcointernational.com/sustainability/sustainability-reporting/2018-sustainability-report/>>. Acesso em: 10 jul. 2024.

COFCO INTERNATIONAL. Meeting tomorrow's demand. **Relatório de Sustentabilidade**, 2017b. Disponível em: <<https://www.cofcointernational.com/sustainability/sustainability-reporting/2017-sustainability-report/>>. Acesso em: 10 jul. 2024.

COFCO INTERNATIONAL. **Política Ambiental**, 2017a. Disponível em: <<https://www.cofcointernational.com/>>. Acesso em: 17 jul. 2024.

COFCO INTERNATIONAL. **Política de Fornecimento Sustentável de Soja**, 2021a. Disponível em: <<https://br.cofcointernational.com/>>. Acesso em: 10 jul. 2024.

COFCO INTERNATIONAL. Raising sustainability ambitions. **Relatório de Sustentabilidade**, 2023. Disponível em: <<https://www.cofcointernational.com/sustainability/sustainability-reporting/2023-sustainability-report/>>. Acesso em: 23 jul. 2024.

COFCO INTERNATIONAL. Sustained sustainability progress. **Relatório de Sustentabilidade**, 2022. Disponível em: <<https://www.cofcointernational.com/sustainability/sustainability-reporting/2022-sustainability-report/>>. Acesso em: 20 jul. 2024.

COFCO INTERNATIONAL. Transforming agriculture in a changing world. **Relatório de sustentabilidade**, 2021b. Disponível em: <<https://br.cofcointernational.com/#Sustentabilidade>>. Acesso em: 10 jul. 2024.

COMUNICAÇÃO COFCO. Relatório de Transparência e Igualdade Salarial - COFCO INTL. **Flipsnack**, 29 mar. 2024. Disponível em: <<https://www.flipsnack.com/FB895D9C5A8/relat-rio-de-transpar-ncia-e-igualdade-salarial-cofco-intl.html>>. Acesso em: 23 jul. 2024.

DAY, Alexander. Change and the end of the revolutionary peasant dialectic: Chinese Communist Party rural policies in long-term perspective. In: DOYON; Froissart. **The Chinese Communist Party: A 100-Year Trajectory**. ANU Press, 2024.

ENVIRONMENTAL FINANCE. Green, social and sustainability (GSS) loan of the year. **Environmental Finance**, 2020. Disponível em: <<https://www.environmental-finance.com/content/awards/green-social-and-sustainability-bond-awards-2020/winners/green-social-and-sustainability-gss-loan-of-the-year-cofco-international.html?pf=print>>. Acesso em: 16 jul. 2024.

ESCHER, Fabiano. **Agricultura, alimentação e desenvolvimento rural na China e no Brasil: uma análise institucional comparativa**. Curitiba: Editora Appris, 2020.

ESCHER, Fabiano; WILKINSON, John. A economia política do complexo Soja-Carne Brasil-China. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 57, p. 656-678, 2019.

FRIEDMANN, Harriet; MCMICHAEL, Philip. Agriculture and the state system: the rise and fall of national agricultures, 1870 to the present. **Sociologia Ruralis**, v. 29, n. 2, p. 93-117, 1989.

FRIEDMANN, Harriet. Discussion: moving food regimes forward: reflections on symposium essays. **Agriculture and Human Values**, v. 26, p. 335-344, 2009.

GU, Yifan; WU, Yufeng; LIU, Jianguo; XU, Ming; ZUO, Tiejong. **Ecological civilization and government administrative system reform in China**. Resources, Conservation & Recycling, 2020. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0921344919305609>>. Acesso em: 20 mai. 2024.

HANSEN, Mette; LI, Hongtao; SYARERUD, Rune. **Ecological civilization: Interpreting the Chinese past, projecting the global future**. Global Environmental Change, 2018. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0959378018304448>>. Acesso em: 20 mai. 2024.

KYRIAKOPOULOU, Danae; QIAN XIA, Lucie; XIE, Chunping. Internationalism in climate action and China's role. **Progress in Energy**, v. 5, n. 2, 2023.

SOUZA, Matilde. **Política ambiental global e o Brasil**. São Paulo: Contexto, 1ª edição, 2024.

TOLEDO, Luis Roberto. Cofco envia primeira carga de soja livre de desmatamento para a China. **Canal Rural**, 05 jun. 2024. Disponível em: <<https://www.canalrural.com.br/agricultura/cofco-envia-primeira-carga-de-soja-livre-de-desmatamento-para-a-china/>>. Acesso em: 15 jul. 2024.

YE, Jingzhong. Land Transfer and the Pursuit of Agricultural Modernization in China. **Journal of agrarian change**, v. 15, n. 3, p. 314-337, 2015.

WANG, Zhihe; HE, Huili; FAN, Mijun. **The Ecological Civilization Debate in China**. Monthly Review, 2014. Disponível em: <<https://monthlyreview.org/2014/11/01/the-ecological-civilization-debate-in-china/>>. Acesso em: 1 jun. 2024.

WESZ, Valdemar João J; ESCHER, Fabiano; FARES, Tomaz Mefano. Why and how is China reordering the food regime? The Brazil-China soy-meat complex and COFCO's global strategy in the Southern Cone. **The Journal of Peasant Studies**, v. 50, n. 4, p. 1376-1404, 2023.

WILKINSON, John. **O mundo dos alimentos em transformação**. Curitiba: Editora Appris, 2023.

XI, Jinping. **The Governance of China** (English Version). Foreign Language Press: Beijing, ed. 2, 2018.

XINHUA. COFCO's investment in Brazil exceeds 2.3 bln USD. **Xinhua**, 13 abr. 2023. Disponível em: <<https://english.news.cn/20230413/2773f70d9e684b0e8dcd4e95a6fe05fd/c.html>>. Acesso em: 15 jul. 2024.

ZHAN, Shaohua. **China and Global Food Security**. Cambridge University Press, 2022.

Funções de colaboração exercidas	
Laura Schneider de Lima:	Conceituação; Metodologia; Validação; Curadoria de dados; Administração do projeto; Análise formal; Investigação; Escrita (primeira redação); Escrita (revisão e edição);
Marina Paula Oliveira:	Conceituação; Metodologia; Validação; Curadoria de dados; Administração do projeto; Análise formal; Investigação; Escrita (primeira redação); Escrita (revisão e edição);

Informações fornecidas pelas autoras de acordo com a [Taxonomia de Funções de Colaborador \(CRediT\)](#)

Diretrizes para autores

1. A revista *Conjuntura Austral* publica Análises de Conjuntura, Artigos de Pesquisa e Resenhas Bibliográficas, nos idiomas português, inglês e espanhol;
2. A revista está dividida em quatro seções: Conjuntura (Análises de Conjuntura); Pesquisa (Artigos de Pesquisa); Leitura (Resenhas Bibliográficas) e Dossiê (Dossiês temáticos e Edições Especiais);
3. As contribuições devem ser originais e podem ter sido depositadas (de forma prévia ou simultânea à submissão para avaliação na revista) nos servidores de preprint considerados pela *Conjuntura Austral*;
 - 3.1 A revista aceita submissões de preprints depositados nos seguintes servidores:
 - [American Political Science Association](#)
 - [OSFPreprints](#)
 - [Preprints.org](#)
 - [SciELO Preprints](#)
 - 3.1.1. Caso decida realizar o depósito do manuscrito em servidor de preprint de maneira simultânea à submissão para a revista, os(as) autores(as) se comprometem a depositá-lo em um dos servidores considerados pela *Conjuntura Austral*;
 - 3.2 Os preprints submetidos à revista serão avaliados por três pareceristas, sendo ao menos um membro do Comitê Editorial e outros dois selecionados de forma *ad hoc* pelo Comitê Editorial;
 - 3.2.1. Caso solicitado, os nomes dos(as) pareceristas poderão ser, a critério do Comitê Editorial, informados aos(as) autores(as) do manuscrito;
 - 3.2.2. Em caso de aprovação dos preprints para publicação, os pareceres emitidos serão também publicados, acompanhados dos nomes dos(as) respectivos(as) avaliadores(as);
 - 3.3 Caso a contribuição esteja depositada em servidor de preprint, os(as) autores deverão informar o fato ao Comitê Editorial por meio do preenchimento do campo específico na Carta ao Comitê Editorial, disponível [aqui](#), que deverá ser enviada como documento suplementar no momento da submissão do manuscrito;
4. Os manuscritos submetidos à revista devem respeitar critérios específicos de números mínimos e máximos de caracteres; nessa contabilização são incluídos título, resumo e palavras chave (no idioma original e em inglês), corpo do texto e notas de rodapé; não são incluídas as referências.
 - 4.1 Trabalhos que não estejam adequados aos tamanhos estabelecidos poderão, mediante solicitação e a partir da avaliação do Comitê Editorial, ser considerados para a publicação; o registro dessa solicitação, bem como sua justificativa, deverão ser apresentados no momento da submissão, na seção "Comentários ao editor" no processo de submissão de artigos no sistema;
 - 4.2 Os artigos de Análise de Conjuntura devem conter entre 15 mil e 25 mil caracteres (incluindo espaços);
 - 4.2.1 As Análises de Conjuntura deverão ser textos científicos que analisem uma situação ou fato atual, buscando uma interpretação que localize tal situação em estruturas explicativas (teóricas ou históricas) mais amplas. Diferentemente de um texto jornalístico ou informativo, a análise de conjuntura internacional deverá procurar elementos explicativos mais amplos, fundamentados em bibliografia pertinente, correlacionando a questão abordada. As análises de conjuntura devem conseguir articular elementos conjunturais e estruturais de forma equilibrada, oferecendo uma explicação provisória ao problema internacional apontado.
 - 4.3 Os Artigos de Pesquisa devem conter entre 35 mil e 50 mil caracteres (incluindo espaços);
 - 4.3.1 Os artigos de pesquisa deverão ser trabalhos resultantes de pesquisa científica original. Podem ser resultados parciais de pesquisas mais amplas, mas que já podem ser divulgados como uma unidade encerrada. Devem ter originalidade, precisão conceitual, definição do problema, dos objetivos e tratamento correto dos dados, adotar e apresentar de forma clara metodologia adequada, ser referenciado em bibliografia pertinente, e apresentar seus resultados. O texto deve ser suficientemente claro para um público mais amplo. O uso de imagens e tabelas que não tenham sido produzidas para o artigo enfraquecem a submissão e devem ser evitadas.
 - 4.4 As Resenhas Bibliográficas devem conter entre 7 mil e 9 mil caracteres (espaços inclusive).
 - 4.4.1 As resenhas deverão ter caráter crítico e analítico, não devendo limitar-se à apresentação da obra em questão. Espera-se que o texto contribua não apenas para o conhecimento da obra (identificando de forma clara e objetiva tanto seu argumento central, quanto sua estrutura de sustentação), mas também para situá-la no campo de estudos de Relações Internacionais, apresentando elementos que demonstrem sua interlocução com outras obras e também sua atualidade e relevância;
5. Os dados sobre os(as) autor(as) (nome completo, titulação, ORCID iD, filiação institucional – com o nome da instituição por extenso – e e-mail para contato) devem ser inseridos nos respectivos campos da plataforma de submissão da revista para todos os(as) autores(as);
 - 5.1 Essas informações deverão ser igualmente preenchidas na Carta ao Conselho editorial, disponível [aqui](#), que deverá ser enviada como documento complementar no momento da submissão do manuscrito;
 - 5.2 Os manuscritos, especialmente aqueles que não estejam depositados em servidores de preprints, não devem conter qualquer informação dos(as) respectivos(as) autores(as);
6. O completo preenchimento, pelos(as) autores(as), do formulário de submissão do artigo no sistema da Revista é imprescindível; submissões com dados incompletos não serão encaminhadas para avaliação;
 - 6.1 O formulário de submissão do artigo deve ser obrigatoriamente preenchido também em inglês, o que é possível por meio da opção de troca de idioma disponível na parte superior do formulário (é necessário alterar o idioma no campo específico, no topo do formulário, e clicar no botão "submeter");
 - 6.2 A seção do formulário de submissão destinada ao URL deve ser preenchida com o link para o Currículo Lattes do(a) autor(a) – sempre que ele(a) tiver um;
 - 6.3 Todos(as) autores(as) devem ter seu ORCID iD informado no momento da submissão; caso o formulário informe que o ORCID iD é inválido, tente retirar o "S" de "https" no endereço do ORCID iD; caso o problema persista, contate a equipe da *Conjuntura Austral*;
7. Não serão considerados para avaliação artigos com mais de três autores, salvo em casos considerados pertinentes pelo Comitê Editorial; o registro de solicitação para tanto, bem como sua justificativa, deverão ser apresentados na seção "Comentários ao editor", no processo de submissão de artigos no sistema;

8. A titulação mínima para a submissão de manuscritos é Mestre(a);
 - 8.1 Não serão aceitos trabalhos de graduandos(as), nem mesmo na condição de coautores(as);
 - 8.2 Trabalhos de mestrandos(as) só serão aceitos se acompanhados de outro(a) autor(a) com titulação maior;
9. No caso de resenhas bibliográficas, só serão aceitas contribuições de obras publicadas no máximo 24 meses antes da submissão do manuscrito;
 - 9.1 Nas resenhas devem ser informados os dados completos e o ISBN da obra analisada;
 - 9.2 As resenhas não passarão pelo processo de revisão duplo-cego por pares, sendo sua avaliação realizada por integrantes do Comitê Editorial da revista;
10. Todas as contribuições devem vir acompanhadas de:
 - 10.1 Três palavras-chave no idioma original e em inglês, separadas por ponto-e-vírgula (;);
 - 10.2 Título no idioma original e em inglês;
 - 10.3 Resumo no idioma original e em inglês;
 - 10.4 Além de constarem no arquivo submetido para avaliação, estas informações devem ser inseridas obrigatoriamente nos campos destinados a elas no momento da submissão no sistema;
11. No caso das contribuições em inglês, elas também devem apresentar:
 - 11.1 Três palavras-chave em um segundo idioma (português ou espanhol), separadas por ponto-e-vírgula (;);
 - 11.2 Título em um segundo idioma (português ou espanhol);
 - 11.3 Resumo em um segundo idioma (português ou espanhol);
 - 11.4 Além de constarem no arquivo submetido para avaliação, estas informações devem ser inseridas obrigatoriamente nos campos destinados a elas no momento da submissão no sistema;
12. Os títulos dos artigos devem ter no máximo 200 caracteres (espaços incluídos), e não devem ser inseridos totalmente em maiúsculas no momento da submissão no sistema;
13. Os resumos deverão ter entre 150 e 200 palavras, bem como apresentar, de forma clara e concisa, o tema, os objetivos, a metodologia utilizada e as conclusões do trabalho;
14. As contribuições deverão ser geradas por um software de processamento de textos amplamente utilizado, e apresentada em formato Microsoft Word, OpenOffice ou RTF, em fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço 1,5, sem espaçamento entre parágrafos; contribuições em qualquer outro formato não serão aceitas;
15. As notas de rodapé restringem-se a esclarecimentos adicionais ao texto, não devendo conter referências bibliográficas ou links;
 - 15.1 Caso a nota de rodapé seja incluída no final da frase, ela deve ser inserida depois do ponto final.
16. O uso de imagens (fluxogramas, mapas, tabelas, gráficos e figuras) deve ser restrito ao essencial para a ilustração dos argumentos desenvolvidos no texto;
 - 16.1 As tabelas, fluxogramas, gráficos e quadros devem ser produzidos no mesmo software de produção de textos utilizado na elaboração do manuscrito (ou em um software compatível), e devem ser incluídos no corpo do texto, com títulos, legendas e referências adequados, e não como imagens ou ao final do texto, como anexos;
 - 16.2 A localização de mapas e imagens deve ser indicada de forma sequencial ([Figura 1], [Figura 2], etc.) no corpo do texto, acompanhada do título e das respectivas referências;
 - 16.2.1 As imagens não devem ser incluídas no corpo do texto, e sim encaminhadas como documentos complementares, em formato .jpeg com resolução de ao menos 300 dpi;
 - 16.2.2 No caso de imagens que não tenham sido produzidas pelo autor e que não tenham uma licença que permita sua livre reprodução, a submissão deve incluir, como documento complementar, uma autorização formal assinada pelo autor, editor e/ou detentor do copyright da imagem para seu uso e reprodução no artigo submetido à *Conjuntura Austral: journal of the Global South*.
17. As citações diretas devem seguir a norma ABNT 10520/2002: até três linhas no corpo do texto destacada por aspas; maior de três linhas com recuo de 4cm do lado esquerdo, espaçamento simples e fonte tamanho 10pt.
 - 17.1 As citações diretas devem estar obrigatoriamente no mesmo idioma que o artigo; caso o texto original esteja em outro idioma, a tradução do trecho em questão deverá ser usada no corpo do texto, acompanhada da indicação de que a tradução foi feita pelos(as) autores(as) do manuscrito, e a versão original poderá ser introduzida como nota de rodapé;
18. As referências devem ser listadas ao final do texto e devem se restringir àquelas efetivamente citadas no artigo.
 - 18.1 No corpo do texto deve ser observado estritamente o sistema (AUTOR/A, data). Não serão aceitas referências bibliográficas completas em notas de rodapé.
19. As referências bibliográficas devem estar em ordem alfabética de sobrenome, e devem constar no final do trabalho. Além de constarem no arquivo submetido para avaliação, as referências devem ser inseridas obrigatoriamente no campo destinado a elas no momento da submissão no sistema. O formato utilizado pela Revista é:

SOBRENOME, Nome. Título do livro: subtítulo. Cidade: Editora, Ano.

SOBRENOME, Nome; SOBRENOME, Nome. Título do Capítulo/Artigo. In: SOBRENOME, Nome; SOBRENOME, Nome (Eds). Título do livro: subtítulo do livro. Cidade: Editora, Ano, cap.X, p. xx-xx.

SOBRENOME, Nome. Título do Artigo. Nome do Periódico. Cidade do periódico, v.X, n.X, p. xx-xx, Ano. Disponível em: Link para o artigo. Acesso em dia mês ano.

SOBRENOME, Nome. Título da tese acadêmica: subtítulo. Tese de Doutorado em (curso), Universidade, País, Ano, (nº de páginas)p.

SOBRENOME, Nome. Título da notícia de jornal/revista. Nome do Jornal/revista. Cidade, dia mês. ano (da publicação da notícia). Disponível em: link para a notícia. Acesso em dia mês. ano.
20. Em caso de dúvidas a respeito da formatação das referências bibliográficas, utilizar a NBR 6023:2018 e a NBR 10520:2002 da ABNT como referência;
 - 20.1 Como forma de assegurar a conformidade com o estilo adotado pela revista, a Conjuntura Austral incentiva os(as) autores(as) a utilizarem a ferramenta [MyBib](#) para a elaboração da lista de referências;
 - 20.1.1 O estilo de citação a ser utilizado é “*Universidade Federal do Rio Grande do Sul - SBUFRGS - ABNT (autoria completa) (Portuguese - Brazil)*”;
 - 20.2 Em caso de dúvidas, os(as) autores(as) são aconselhados(as) a consultar a equipe da Conjuntura Austral antes da submissão dos manuscritos;

21. Os manuscritos submetidos à Conjuntura Austral não devem conter jargões, devendo ser escritos de forma clara e concisa. Linguagem não-discriminatória e científica são obrigatórias, e termos racistas, sexistas e/ou que expressem qualquer forma de preconceito não serão tolerados;
22. Termos e expressões em outro idioma que não o principal do artigo devem estar indicados em itálico;
23. Os conjuntos de dados usados para sustentar argumentos e conclusões de artigos devem, preferencialmente, estar disponíveis de forma integral e gratuita para os(as) leitores(as) da revista;
 - 23.1 Os manuscritos submetidos devem citar e referenciar todos os dados, bases de dados, códigos de programas e outros materiais que tenham sido utilizados ou gerados na pesquisa;
24. Os artigos devem, obrigatoriamente, conter seções de introdução, de conclusão e de referências;
 - 24.1 A fragmentação excessiva do restante do texto, com a inclusão de mais de duas subseções, deverá ser evitada;
 - 24.2 Na seção de introdução dos manuscritos devem ser apresentados de forma clara e facilmente identificável o tema e o problema da pesquisa, além da metodologia utilizada;
 - 24.3 Na seção de introdução e nas conclusões, quadros, tabelas ou figuras de qualquer natureza não são permitidos;
25. A Conjuntura Austral não publica mais de um artigo de um(a) mesmo(a) autor(a) em um intervalo menor do que doze meses; não serão aceitas submissões simultâneas de um(a) mesmo(a) autor(a);
26. Os(as) autores(as) deverão preencher a Carta ao Conselho Editorial, disponível neste [link](#), e incluí-la como documento suplementar no momento da submissão do artigo;
27. Agradecimentos devem ser incluídos apenas em casos em que façam referência a apoio substancial recebido pelos(as) autores(as) no desenvolvimento da pesquisa que originou o artigo;
 - 27.1 Os agradecimentos devem ser inseridos, pelos autores, no campo indicado na Carta ao Conselho Editorial;
 - 27.2 Agradecimentos a auxílios ou financiamentos, bem como agradecimentos a colaborações de colegas e eventual menção à origem de um artigo (como, por exemplo, teses) devem ser indicados nesta seção;
 - 27.3 Agradecimentos aos(as) pareceristas e dedicatórias não são permitidos;
 - 27.4 Agradecimentos a indivíduos devem preceder agradecimentos a instituições ou agências;
28. Caso o manuscrito submetido seja aprovado para publicação, os(as) autores(as) se comprometem a fornecer, à Conjuntura Austral, materiais como comunicados de imprensa, entrevistas ou quaisquer outras informações solicitadas pelo Comitê Editorial;
29. A Conjuntura Austral: journal of Global South está aberta a propostas de dossiês temáticos ou edições especiais;
 - 29.1 Um dossiê temático ou edição especial inclui, geralmente, entre 5 e 7 artigos que versem sobre um tema comum ou um mesmo conjunto de questões;
 - 29.2. Propostas de dossiês temáticos e/ou edições especiais deverão ser enviadas para o e-mail da revista (conjunturaaustral@ufrgs.br), ter no máximo três autores(as), e ser acompanhadas das seguintes informações:
 - 29.2.1. Nome(s), filiação por extenso, informações de contato, currículos resumidos dos(as) proponentes, bem como os link para seus Currículos Lattes (quando houver) e ORCIDid;
 - 29.2.1.1 Ao menos um(a) dos(as) autores(as) deve ter título de doutor(a), e todos(as) devem ter ao menos título de mestre(a);
 - 29.2.2 Proposta da edição especial ou dossiê, com no máximo 4.000 palavras de extensão (contabilizadas as notas e referências), contendo o título proposto para a edição especial, uma apresentação da temática da edição proposta e as justificativas da proposta;
 - 29.2.3 Uma lista com os nomes, ORCIDid e contatos de ao menos 10 (dez) possíveis pareceristas a serem considerados para atuar na edição.
 - 29.3. Em conjunto com o Comitê Editorial da Conjuntura Austral, os(as) proponentes do dossiê ou edição especial, na condição de Editores(as) Convidados(as), ficarão responsáveis por divulgar a edição e captar artigos para avaliação, bem como por supervisionar os processos de revisão por pares;
 - 29.3.1 Aos(as) proponentes será facultado a elaboração de um Editorial para edição, o qual deverá ter caráter científico, sendo passível de citação acadêmica, e não se limitando à mera apresentação da edição;
 - 29.4. As propostas aprovadas ficarão disponíveis no sistema da Revista Conjuntura Austral, como chamada especial, por no mínimo 60 dias, que é o prazo que todas as pessoas (seguindo as diretrizes da Revista) poderão enviar artigos, resenhas ou análises de conjuntura;
 - 29.4.1 A Conjuntura Austral não publica números fechados ou completos, ficando, portanto, todos os dossiês temáticos e edições especiais abertos à submissão de trabalhos por todos(as) os pesquisadores(as) interessados.
 - 29.5. Os trabalhos submetidos para essas edições deverão seguir as mesmas orientações das demais submissões, sendo incluídos apenas em uma seção diferente da revista, no momento da submissão, e serão submetidos ao mesmo processo de revisão cega por pares.
 30. Somente serão encaminhadas para avaliação aquelas contribuições que estiverem de acordo com todas as diretrizes estabelecidas pela revista.

Condições para submissão

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

1. A contribuição é original, e não está sendo avaliada para publicação por outra revista; se não for esse o caso, uma justificativa deve ser incluída no campo "Comentários ao editor";
2. Os arquivos para submissão foram gerados por um software de processamento de textos amplamente utilizado, e estão em formato Microsoft Word, OpenOffice ou RTF (não ultrapassando 2MB); documentos em qualquer outro formato não serão aceitos.
3. URLs para as referências foram informadas sempre que necessário.
4. O texto está em espaço 1,5; usa fonte Times New Roman de 12-pontos; emprega itálico em vez de sublinhado (exceto em endereços URL); as tabelas foram geradas no processador de texto e estão inseridas no corpo do texto, não no final do documento, como anexos; as imagens tem seu espaço de inserção indicado no corpo do texto, em numeração sequencial entre colchetes ([Imagem 1], [Imagem 2], etc.) e serão incluídas como documentos suplementares.
5. O texto está plenamente de acordo com os padrões de estilo, requisitos bibliográficos e demais critérios e exigências descritos nas [Diretrizes para Autores](#), na seção Sobre a Revista.
6. No caso de manuscritos que não tenham sido depositados em servidores de preprint, a identificação de autoria do trabalho foi removida do arquivo e da opção "Propriedades" no software de processamento de texto, garantindo, desta forma, o critério de sigilo da revista, conforme instruções disponíveis em [Assegurando a Avaliação Cega por Pares](#).

7. Caso os(as) autores(as) decidam depositar o manuscrito em um servidor de preprints de forma simultânea à submissão para avaliação na revista, estes se comprometem a depositá-lo em um dos servidores aceitos pela Conjuntura Austral;
8. Os(as) autores(as) asseguram que a existência de quaisquer conflitos de interesse de ordem financeira, comercial, política, acadêmica e/ou pessoal com relação ao manuscrito, bem como todo o apoio material e/ou financeiro recebido para o desenvolvimento deste trabalho, estão claramente informados no campo "Comentários ao Editor".
9. Os(as) autores(as) preencheram correta e integralmente a [Carta ao Comitê Editorial](#), que será encaminhada como documento suplementar na submissão de seu manuscrito.
10. Os(as) autores(as) estão cientes e plenamente de acordo com as [Diretrizes de ética e de boas práticas editoriais](#) adotadas pela revista.

Declaração de direito autoral

Autores que publicam nesta revista concordam com os seguintes termos:

- a. Autores(as) mantêm os direitos autorais e concedem à revista o direito de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Internacional Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 4.0](#), que permite seu uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, bem como sua transformação e criações a partir dele, desde que o(a) autor(a) e a fonte originais sejam creditados. Ainda, o material não pode ser usado para fins comerciais, e no caso de ser transformado, ou servir de base para outras criações, estas devem ser distribuídas sob a mesma licença que o original.
- b. Autores(as) têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não-exclusiva da versão do trabalho publicada nesta revista (ex.: publicar em repositório institucional ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial nesta revista.
- c. Autores(as) têm permissão para publicar, nos repositórios considerados pela Conjuntura Austral, a versão preprint dos manuscritos submetidos à revista a qualquer ponto antes ou durante o processo editorial, já que isso pode gerar alterações produtivas, bem como aumentar o impacto e a citação do trabalho publicado (Veja [O Efeito do Acesso Livre](#)).
- d. Autores(as) têm permissão e são incentivados(as) a publicar e distribuir online (em repositórios institucionais e/ou temáticos, em suas páginas pessoais, em redes ou mídias sociais, etc.) a versão posprint dos manuscritos (aceitos e publicados), sem qualquer período de embargo.
- e. A *Conjuntura Austral: journal of the Global South*, imbuída do espírito de garantir a proteção da produção acadêmica e científica regional em Acesso Aberto, é signatária da [Declaração do México sobre o uso da licença Creative Commons BY-NC-SA para garantir a proteção da produção acadêmica e científica em acesso aberto](#).

Apoio:

